



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO
SOCIAL DE IDOSOS: O CASO DE UM PROGRAMA
INTERDISCIPLINAR NA UFCG – PB**

FERNANDA PINTO

CAMPINA GRANDE – PB

2012

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO
SOCIAL DE IDOSOS: O CASO DE UM PROGRAMA
INTERDISCIPLINAR NA UFCG – PB**

FERNANDA PINTO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, Área de concentração: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais, sob a orientação da Prof^a. Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago.

CAMPINA GRANDE – PB

2012

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

P659e Pinto, Fernanda.
A extensão universitária e o desenvolvimento social de idosos [manuscrito]: o caso de um programa interdisciplinar na UFCG – PB. / Fernanda Pinto. – 2012.
156 f.: il. color.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional).
Universidade Estadual da Paraíba, Pró Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2013.

“Orientação: Profa. Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago, Departamento de Serviço Social.”

1. Extensão Universitária. 2. Desenvolvimento Social. 3. Idosos. I. Título.

21. ed. CDD 305.26

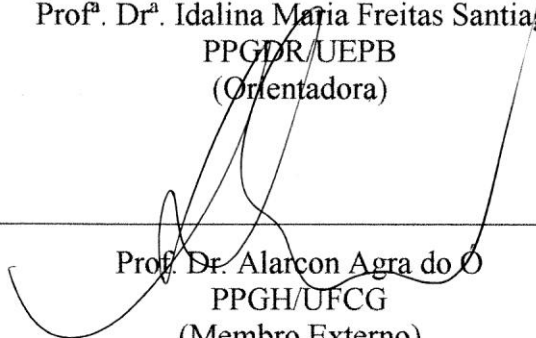
FERNANDA PINTO

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO
SOCIAL DE IDOSOS: O CASO DE UM PROGRAMA
INTERDISCIPLINAR NA UFCG – PB**

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Desenvolvimento Regional (MDR) da Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito para a
obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento
Regional, aprovada em 20 / 12 / 12.



Prof.^a. Dr.^a. Idalina Maria Freitas Santiago
PPGDR/UEPB
(Orientadora)



Prof. Dr. Alarcon Agra do O
PPGH/UFCG
(Membro Externo)



Prof.^a. Dr.^a. Rosilene Dias Montenegro
PPGH/PPGDR/UFCG/UEPB
(Membra Interna)

CAMPINA GRANDE

2012

*Aos meus amados pais, que abriram mão da
“liberdade” da juventude por amor a mim e que
fazem qualquer coisa por minha felicidade. A
minha vida não teria sentido sem vocês, meu porto
seguro, meu eterno lar.*

AGRADECIMENTOS

Após uma (longa) jornada temos muitas marcas. Nenhum caminho se segue sozinho. O ser humano é um ser relacional. Eu sou um ser extremamente dependente de outros para viver bem e não me envergonho de assumir isso no início de um texto acadêmico e formal. Sendo assim, quero avisar aos leitores que mais que um agradecimento, essa sessão é também uma declaração de amor. É, amor, porque eu amo as pessoas e a capacidade incrível que cada ser tem de conseguir se envolver com outros, de respeitar, de contribuir. Sei que as pessoas tem defeitos, mas quero aqui, agradecer as qualidades das pessoas que de alguma forma fizeram parte do meu percurso no mestrado.

Quero iniciar agradecendo ao criador da minha vida, aquele que me ama infinitamente mais do que eu mereço e que renova diariamente suas misericórdias sobre a minha vida: *Deus*, o autor e consumidor da minha fé. Obrigado por me deixar alcançar lugares mais altos que meus sonhos.

Agradeço a meus pais e irmãos a infinita credibilidade nas minhas escolhas e total participação (mesmo que as vezes, de forma involuntária) nos meus planos e projetos, acadêmicos ou não. Obrigado por sempre estarem comigo e me amar incondicionalmente, vocês são a razão da minha vida.

À Rosimario, agradeço pela companhia cotidiana, que mesmo com a distância territorial, se faz mais presente que qualquer outra pessoa em minha vida. Te agradeço por todas as noites acordado lendo meus textos, me ajudando com artigos e aguentando todas as minhas mudanças repentinas de humor, principalmente nos últimos meses desse trabalho. Mais que um companheiro, você tem sido um entusiasta na minha vida e na minha carreira acadêmica. Se um dia a vida nos levar por caminhos diferentes, saiba que você marcou minha vida para sempre e que sem você esse trabalho teria uma “cara” bem diferente.

Agradeço as minhas tias, avós e avô, que sempre me entusiasmaram e se alegraram com os resultados dos meus trabalhos. Acreditem, cada sorriso e apoio recebido são importantíssimos na minha vida.

Ao professor Cidoval, coordenador do programa e pessoa de qualidades admiráveis, deixo aqui o meu agradecimento pela atenção, confiança e apoio durante todo o curso, sem dúvida esse programa não estaria tão bem sem a sua liderança. A professora Idalina, minha orientadora, agradeço a paciência que dispensou a mim e as contribuições a esse trabalho. As longas tardes de orientação em sua casa foram muito úteis.

Agradeço a professora Rosilene Montenegro, que se dispôs a participar da minha banca de qualificação e da defesa final, pois sua contribuição é muito importante para

mim, enquanto pesquisadora e admiradora do seu trabalho. Minha admiração vai além dos muros institucionais. Ao professor Alarcon agradeço a participação na banca final, bem como a leveza de suas ideias, que enxerga conhecimento e ciência onde a maioria vê apenas um amontoado de papel e vê pessoas onde a maioria só consegue enxergar alunos. Obrigada.

Aos meus colegas de turma agradeço a paciência de ouvir meus questionamentos sem fim sobre as abordagens históricas de cada tema, assunto e notícia. Foi um presente ter a chance de conhecer pessoas de idades, personalidade, formações e interesses tão diferentes. Katiana, Giovana, Thiago, Helmano, Alisson, Erivaldo, Flávio e Zélio, você mais que os outros, compartilharam comigo as dúvidas e diversões de aulas tão multidisciplinares. Agradeço em especial a Manuel, companheiro de intercâmbio que durante alguns meses foi mais que um amigo, foi meu irmão fora da minha casa e vivenciou comigo angústias e descobertas da pesquisa.

À professora da UFPR, Islândia Bezerra da Costa, que mesmo sem me conhecer, me recebeu na sua casa como a uma amiga de longa data e me deu um lar em Curitiba. Pesquisadora engajada nas causas sociais terminou por me envolver com seus ideais de sustentabilidade e tolerância as diferenças, de forma tal que mesmo após meu retorno à Campina Grande, muito do que aprendi com você é presente em minha vida. Acredite, conhecer você foi um dos maiores ganhos do meu intercâmbio, obrigado por me mostrar que existem pessoas como Mônica Anjos e Osvaldo Heller da Silva, que além de pesquisadores louváveis, são pessoas muito mais louváveis que suas pesquisas.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha formação, de Campina Grande à Curitiba, e que “iluminaram” meus pensamentos, eu, assim como Paulo Freire, acredito que o conhecimento só se faz na troca entre alunos e professores. E essa troca ocorreu muitas vezes.

Agradeço as professoras Carmen Verônica e Keila Queiroz as orientações acadêmicas enquanto extensionista, a abertura para minhas pesquisas na sede do PIATI, o desprendimento nas entrevistas e a colaboração incondicional dentro e fora da academia. Sem vocês a minha história no programa existiria.

Agradeço também a professora Benedita, mulher respeitosa e ser humano dotado de qualidades que ultrapassam a sua pequena estatura. Devo muito do que sei sobre teorias do envelhecimento e práticas de pesquisa a senhora, que me ensinou como deve agir o verdadeiro pesquisador que não vê nas pessoas apenas um objeto de estudo, vê humanos. A senhora será sempre o meu maior exemplo de profissional.

Aos idosos que colaboraram com essa pesquisa, entrevistados ou não, agradeço a oportunidade de ter estado com vocês, de ser professora e aluna de cada um e de poder, através dos nossos encontros, construir essa pesquisa.

Agradeço a Nadeje, coordenadora de Extensão Cultural na UFCG, pela paciência em me receber e pela prontidão em me fornecer informações sobre o funcionamento da extensão universitária na instituição e as lutas do Fórum de Pró-reitores das Universidades Públicas Brasileiras.

Também, não posso deixar de agradecer ao programa de fomento a pesquisa, CNPq, que durante 16 meses patrocinou meus gastos com essa pesquisa, bem como ao PROCAD, programa que viabilizou meu intercâmbio com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná- PUC-PR, em 2011, experiência essa que me trouxe muitos ganhos, não apenas acadêmicos. Agradeço também a UEPB que me proporcionou essa experiência da pós graduação em nível de mestrado e ao PRPG por financiar algumas de minhas viagens acadêmicas.

Agradeço enfim, a cada aluno do ensino básico e ensino superior que participou dos minicursos, simpósios e grupos de estudo que estive a frente, pois cada dúvida, cada palavra, cada colaboração construiu a pesquisadora que sou hoje.

Todos que me ajudaram e que por algum motivo eu não citei, sintam-se, com esse parágrafo, agraciados com meus agradecimentos, pois sou hoje, parte do que cada um me fez. Obrigada a todos.

“O mais importante e bonito, do mundo, é isto: Que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando” (Guimarães Rosa, Grandes Sertões Veredas).

PINTO, Fernanda. **A Extensão Universitária e o Desenvolvimento Social de Idosos: o caso de um programa interdisciplinar na UFCG –PB.** 156f. Dissertação – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

RESUMO

Essa pesquisa objetivou analisar a Extensão Universitária enquanto política pública educacional como possibilitadora do desenvolvimento social de idosos. Para isso analisamos o funcionamento do *Programa Interdisciplinar de Apoio a Terceira Idade – PIATI*, (sediado na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG) enquanto possibilitador e instrumentalizador do desenvolvimento dos idosos atendidos pelo programa entre os anos de 2007 e 2010. Realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre a história da Extensão Universitária no Brasil e sobre alguns conceitos referente ao “desenvolvimento”. Também traçamos um histórico sobre o funcionamento do programa em questão ao longo dos seus nove anos de existência. Analisamos documentos oficiais, como os relatórios anuais e arquivos do programa, bem como realizamos pesquisa empírica, através das entrevistas que fizemos com idosos, alunos e coordenadoras do PIATI para analisarmos, a partir da visão de Amartya Sen (2002), o desenvolvimento proporcionado (ou não) aos idosos que participaram do programa. Podemos observar que a extensão universitária, no caso do funcionamento do PIATI, foi promotora do desenvolvimento social dos idosos que dele participaram. Salientamos que há deficiências em algumas áreas em que o programa atua, mas o seu ponto central tem sido promover melhorias na vida dos idosos que tem acesso ao mesmo. Concluímos que a extensão universitária no Brasil ainda apresenta alguns problemas que precisam ser sanados, como a marginalização das suas ações e a falta de investimento institucional, contudo, também mapeamos alguns ganhos nos últimos anos, no que se refere ao apoio e reconhecimento da importância do exercício da extensão para as universidades.

Palavras - Chave: Extensão Universitária. Desenvolvimento Social. Idosos.

PINTO, Fernanda. **La vulgarisation de l'Université pour le développement des personnes âgées et social: le cas d'un programme interdisciplinaire en UFCG-PB.** 155f. Dissertation - Université de Paraíba, Campina Grande, 2012.

RESUMEN

Cet article analyse la vulgarisation de l'Université en tant que politique de l'enseignement public comme catalyseur du développement social chez les personnes âgées. Pour cela, nous analysons le fonctionnement du programme interdisciplinaire à l'appui du troisième âge - PIATI, (dont le siège est à l'Université Fédérale de Campina Grande - UFCG) programme en tant que facilitateur et de fournisseur de l'élaboration des aînés inscrits au programme entre 2007 et 2010. Nous avons effectué une recherche documentaire sur l'histoire de la vulgarisation de l'Université au Brésil et sur certains concepts pour le «développement». Également tracé une histoire sur le fonctionnement du programme concerné au cours de ses neuf années d'existence. Nous avons analysé les documents officiels, tels que les rapports annuels et les fichiers de programme, ainsi que la recherche empirique menée au moyen d'entrevues que nous avons fait avec les personnes âgées, les étudiants et les coordonnateurs du programme en question d'analyser, du point de vue d'Amartya Sen (2002), le développement fournis (ou non) aux personnes âgées qui ont participé au programme. Nous pouvons observer que l'extension de l'université dans le cas de l'opération de PIATI faisait la promotion du développement social des personnes âgées qui ont participé. Nous constatons qu'il ya des faiblesses dans certains domaines dans lesquels le programme fonctionne, mais son point central a été de promouvoir l'amélioration des conditions de vie des personnes âgées qui y ont accès. Nous concluons que l'extension de l'université au Brésil présente encore quelques problèmes qui doivent être résolus, tels que la marginalisation de leurs actions et le manque d'investissement institutionnel, cependant, a également cartographié des gains de ces derniers mois, en ce qui concerne le soutien et la reconnaissance de l'importance de l'extension pour les universités.

Palabras - Clave: Extensión de la Universidad. Desarrollo Social. Personas de Edad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIA 1: Entrada da sede do PIATI

FOTOGRAFIA 2: Prédio do Centro de Humanidades da UFCG

FOTOGRAFIA 3: Sala de reuniões e de computadores do PIATI

FOTOGRAFIA 4: Quadro branco, flanelógrafo e birô do PIATI

FOTOGRAFIA 5: Cozinha do PIATI

FOTOGRAFIA 6: Biblioteca, arquivo e almoxarifado do PIATI

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Liberdades Políticas

QUADRO 2: Liberdades Econômicas

QUADRO 3: Disponibilidades Sociais

QUADRO 4: Segurança Protetora

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

CPAE – Comissão Permanente de Avaliação de Extensão

CODAE – Coordenação das Atividades de Extensão

DECOM – Departamento de Comunicação

EUA – Estados Unidos da América

FOREXT – Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias

FORPROEX – Fórum de Pró Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituições de Ensino Superior

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ILP – Instituição de Longa Permanência

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

IPES – Instituições Públicas de Ensino Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

SESU – Secretária de Educação Superior

ONG's – Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PAIR – Programa de Ações Intergeracionais em Rede

PIATI – Programa Interdisciplinar de apoio à Terceira Idade

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PET – Programa de Educação Tutorial

PIB – Produto Interno Bruto

PNEU – Plano Nacional de Extensão

PNI - Política Nacional do Idoso

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PREAC – Pró- Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PROBEX – Programa de Bolsas de Extensão

PROCAD – Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

PROEXT – Programa de Apoio a Extensão Universitária

PROLICEN – Programa Bolsas de Licenciatura

PSF – Programa Saúde da família

PUC-PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

REDE FIBRA – Grupo de Estudos sobre a Fragilidade em Idosos Brasileiros

RENEX – Rede Nacional de Extensão

SAB – Sociedade Amigos do Bairro

SEDIR – Setor de Documentação de História Regional

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SESU – Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação

SIEX/ Brasil – Sistema de Informação em Extensão Universitária na Web do Brasil

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNICAMP – Universidade de Campinas

UERJ – Universidade do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I CAPÍTULO – EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL NAS IPES.....	20
1.1 – Extensão Universitária: conceituação.....	20
1.2 Primeiros registros das atividades extensionistas.....	28
1.3 - FORPROEX e a importância das suas ações	39
1.4 - A Política Nacional de Extensão das IPES (1999)	44
1.5 - Criação e institucionalização do ProExt (2003)	46
II CAPÍTULO: AS VÁRIAS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO	50
2.1– Os significados atribuídos ao Desenvolvimento	51
2.2 – Desenvolvimento Regional	55
2.3 - Desenvolvimento Local	57
2.4– Desenvolvimento Social	59
2.5– Desenvolvimento e liberdades	63
III CAPÍTULO: A MATERIALIZAÇÃO DAS AÇÕES: O PIATI	69
3.1 - Histórico do Programa	69
3.2 - Estrutura Física e Parcerias	77
3.3 – Funcionamento do Programa	80
3.4 - A relação dos relatórios anuais do PIATI com o Desenvolvimento enquanto liberdade	84
IV EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE IDOSOS

4.1 – O envelhecimento no contexto do Brasil atual	
4.2 – Liberdades Políticas	
4.3 – Disponibilidades econômicas	
4.4 – Oportunidades Sociais	
4.5 – Proteção e Segurança	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 85

ANEXOS

Anexo A	I
Anexo B.....	II
Anexo C.....	III

INTRODUÇÃO

O Brasil vem passando por uma transformação demográfica no que tange ao envelhecimento da sua população. Atualmente há no mundo 600 milhões de idosos e no Brasil essa cifra chega a 18 milhões¹.

Em 2025, de acordo com dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2002) os idosos no Brasil atingirão uma cifra aproximada de 30 milhões de pessoas, o que equivale a 15% da população. Devido às quedas nas taxas de fecundidade, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980 e à diminuição gradativa das taxas de mortalidade registradas nas últimas décadas, o envelhecimento da população brasileira é uma realidade cronologicamente nova, mas que tende a um alto aceleramento nos próximos anos. Em face dessas mudanças tornou-se necessária a implementação de políticas públicas e sociais para buscar uma maior participação dos idosos na sociedade.

A velhice no Brasil, apesar de esforços cada vez mais notáveis em pesquisas e implementações de estudos da área da Gerontologia, da Geriatria, das Ciências da Saúde e, nos últimos 25 anos, também das Ciências Humanas e Sociais, ainda é um tema extremamente delicado no que tange o convívio cotidiano, os direitos, os déficits educacionais, a violência e a pobreza, realidades com que convive boa parte dos idosos no país.

De acordo com dados do IBGE (2008), no Nordeste vivem aproximadamente 3.087.586 pessoas com mais de 60 anos de idade. Elas representam 7,3 % da população total da região. Atualmente vivem aqui, na região Nordeste, 52% dos idosos do país². De acordo com o Conselho Estadual do Idoso (2009), a Paraíba tem uma população de 392 mil idosos e, proporcionalmente, é a terceira maior do Brasil, representando 10,8% da população do estado, perdendo apenas para o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul.

¹ Dados obtidos em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-10-01/no-dia-do-idoso-especialistas-cobram-politicas-publicas>, página gerada em 02.12.2012.

² Dados obtidos em <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/educacao-na-midia/10503/maioria-dos-analfabetos-brasileiros-sao--idosos-pardos-e-vivem-no-nordeste>, página gerada em 02.12.2012.

Em Campina Grande-PB existem muitas ações desenvolvidas para atender algumas necessidades dos idosos residentes no município. Projetos e programas executados em consórcio entre os governos federal, estadual e municipal, também desenvolvido por ONG's, faculdades particulares, SAB's, SESC, SESI e ações voluntárias da iniciativa privada. Contudo, são as ações empreendidas pelo planejamento estatal que nos interessam nessa pesquisa.

Para Borges (2002), a expressão *Política Pública* é utilizada atualmente nos meios oficiais, bem como nas ciências sociais, para substituir o que até a década de setenta era chamado de planejamento estatal.

A temática dessa pesquisa refere-se ao desenvolvimento social de um dado grupo social - os idosos - sendo possibilitado a partir do incremento de políticas públicas³ educacionais aplicadas pela universidade para esse grupo geracional não acadêmico.

O objetivo geral dessa dissertação é analisar a influência da Extensão Universitária como viabilizadora do desenvolvimento social de idosos, considerando o caso do funcionamento de um programa de extensão universitária intitulado “Programa Interdisciplinar de Apoio a Terceira Idade –PIATI”, instalado na Universidade Federal de Campina Grande -UFCG, desde 2003.

Os objetivos específicos dessa pesquisa foram: refazer, através de análises bibliográficas, o percurso que a Extensão Universitária teve no Brasil, enfocando o momento em que a preocupação com os idosos vai surgir; Mostrar algumas discussões acerca dos conceitos de Desenvolvimento e as múltiplas possibilidades de interpretações e usos desses conceitos; Analisar o funcionamento e a estrutura do PIATI, fazendo uso de relatórios anuais dos projetos que integraram o programa, ao longo dos anos de 2007 a 2010, para compreender a relevância social que o mesmo obteve com o incremento de ações que visavam o desenvolvimento social do seu público alvo; E por fim, analisar, a partir de entrevistas realizadas com coordenadoras, estudantes e idosos que participaram do programa extensionista em questão o possível

³ É nesse sentido que vão surgir no Brasil diversas ações, em formas de políticas públicas para tentar sanar esse despreparo estatal em lidar com tamanha demanda populacional envelhecida, que vem aumentando anualmente no país.

desenvolvimento social ocorrido com a intervenção das ações do programa na vida dos idosos por ele atendidos.

A escolha desse recorte temporal se deu devido ao maior fluxo de atividades e financiamentos existentes no programa desde sua criação, em 2003. Também a acessibilidade a documentos e relatórios referentes a esses anos – 2005 à 2009 – foi imprescindível para essa escolha, uma vez que as fontes facilitaram nossa análise. Contudo, salientamos que antes mesmo do ano de 2003 alguns dos projetos que integraram o PIATI já existiam, mas de forma desarticulada, sendo apenas com a criação do PROEXT, também em 2003 que a união de todos os projetos que trabalhavam com temáticas referentes a velhice e com idosos na UFCG se uniram em um só programa, sediados num mesmo local.

O PROEXT foi criado com o “objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas”⁴. Ele abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social, de acordo com texto exposto no site⁵ do próprio programa. Foi justamente com essa abertura institucional que os projetos de extensão e também de iniciação científica tiveram a sua aproximação e funcionamento financiados pelo MEC.

Entre os temas que o PROEXT desenvolve está a “atenção a pessoa idosa” o qual é o norte dos projetos que formaram o PIATI, tendo abertura para “geração de trabalho e renda em economia solidária”, “promoção e/ou prevenção a saúde”, “direitos humanos”, “educação de jovens e adultos”, “educação ambiental e apoio ao desenvolvimento comunitário”, “inclusão digital”, entre outros temas.

Minha relação com os temas pesquisados é bastante próxima, uma vez que, durante a graduação fui aluna-pesquisadora de projetos de extensão universitária por três anos. Desse modo tive a oportunidade de conhecer o funcionamento de projetos

⁴ Texto disponível http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&Itemid=487, página gerada em 15.09.2010.

⁵ O site é abrigado no portal do Ministério da Educação e traz informações sobre os editais que são lançados anualmente e os temas que interessem ao programa trabalhar, na sua abordagem social. Contudo, a história da criação do programa não consta nos conteúdos do mesmo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&Itemid=487, página gerada em 20.09.11.

de extensão bastante distintos em sua ementa, mas com objetivo semelhante na sua execução.

Particpei de projetos integrantes do PIATI por dois anos e por seis meses fiz parte de um projeto de extensão ligado a preservação do Setor de Documentação e História Regional, da Unidade Acadêmica de História e Geografia da UFCG - SEDHIR⁶. Por um ano, também, fui integrante de um projeto de extensão ligado a criação do arquivo da UFCG e da preservação de documentos vinculados a criação da instituição, desde o seu surgimento enquanto Escola Politécnica⁷.

Como aluna remanescente dessas experiências não pude deixar de realizar um trabalho em nível de pós-graduação que registrasse essas experiências, agora de uma forma mais madura e crítica, com o auxílio dos conhecimentos que fui adquirindo na especialização em História do Brasil e da Paraíba⁸ e no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional⁹ da UEPB.

Durante o percurso da pós-graduação, junto ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional/UEPB, especificamente no segundo ano do mestrado, tive a oportunidade de fazer parte do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD)¹⁰, quando realizei um intercâmbio institucional com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), campus de Curitiba, que me proporcionou uma experiência imensurável no âmbito acadêmico e cultural.

A convivência com alunos e professores da pós- graduação, em outro Estado do país, com realidade bastante distinta da minha, as aulas, seminários e *workshops* que foram lá realizados, me trouxeram uma maior compreensão dos sentidos

⁶ O projeto pretendia (ainda está em atividade na universidade em questão) selecionar, catalogar e preservar o acervo documental existente no Setor de Documentação e História Regional/UFCG e é aberto para pesquisadores pertencentes à academia ou não.

⁷ Escola que foi a primeira de ensino superior criada em Campina Grande (PB) em 1952, com o curso de Engenharia Civil.

⁸ Essa especialização foi cursada nas “Faculdades Integradas de Patos – FIP”.

⁹ O Mestrado em Desenvolvimento Regional foi cursado na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

¹⁰ Programa Nacional de Cooperação Acadêmica que tem o objetivo de promover a formação de recursos humanos de alto nível, nas diversas áreas do conhecimento, através de projetos conjuntos de pesquisa de média duração. Intensificar, também, o intercâmbio científico no país, por intermédio do envolvimento de equipes acadêmicas de diversas instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras, criando condições para a elevação geral da qualidade do ensino superior e da pós-graduação. Disponível em <http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/procad>, página gerada em 06.07.11.

que o desenvolvimento pode ter dentro de uma nação tão múltipla, bem como da importância da construção de redes de pesquisas colaborativas entre instituições.

Dentro da proposta do PROCAD, essa pesquisa se insere na segunda vertente proposta no projeto apresentado¹¹ pela Universidade Estadual da Paraíba, que busca, em linhas gerais, oferecer uma nova leitura da região Nordeste mapeando, em distintas dimensões, “experiências e ações consideradas de desenvolvimento regional/local, seus impactos, suas forças orientadoras e suas implicações políticas. (Edital PROCAD N°21/2009. p.2.)”.

A relação Extensão Universitária – Idosos – Desenvolvimento Social é compreendida nessa pesquisa com a seguinte percepção: os programas extensionistas são condutores e possibilitadores de processos de desenvolvimento, tendo inicialmente a premissa de que o objetivo da Extensão Universitária é o de promover a melhoria social das pessoas por que participam das suas ações.

Nossa compreensão sobre a relação possível entre os três conceitos centrais dessa pesquisa se dá no momento em que compreendemos a Extensão Universitária enquanto política pública educacional que busca, no caso específico do atendimento ao idoso, promover a inserção do mesmo como cidadão pleno em seus direitos, sendo capaz de fazer suas próprias escolhas, a partir do conhecimento.

Uma política pública é, geralmente, criada para trazer melhorias a um determinado grupo social ou a vários. Entendendo melhorias como avanços, desenvolvimento, optamos por utilizar o conceito de Desenvolvimento no sentido que Veiga (2008) consagra em seu livro *Desenvolvimento Sustentável: o desafio para o século XXI*:

O processo de desenvolvimento pode expandir as capacidades humanas, expandindo as escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas e criativas. E as pessoas são tanto beneficiárias desse desenvolvimento, como agentes do processo e da mudança que provocam. (VEIGA, 2008. p.85)

¹¹O título do projeto é: "Análise teórica e mapeamento das experiências de desenvolvimento regional/local em regiões periféricas – o caso do Nordeste". O projeto foi proposto conjuntamente para o Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRJ e o Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, da PUC-PR, no edital PROCAD – NF N° 21/2009.

Analisar a aplicação do termo *Desenvolvimento* é ir além da concepção de ganhos econômicos enquanto melhoria de vida, como um fato que se encerra em si. É levar em conta também as questões de ganho de papéis sociais, de realizações pessoais e satisfação com seu habitat.

“Na concepção de Sen e de Mahud, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. E são as quatro mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade.” (VEIGA, 2008.p. 86)

Sen (2002) afirma que o Desenvolvimento é liberdade e que ele deve ser medido pela expansão do conjunto capacitório das pessoas, uma vez que para esse autor, capacidade é a liberdade de efetivar tipos diversos de funcionamentos, ou de levar o tipo de vida que se deseja. Para ele, o debate em torno das capacidades só é possível se levarmos em conta algumas liberdades instrumentais. Será em torno das premissas levantadas por Sen que direcionaremos nossas análises acerca do possível desenvolvimento social ocorrido com a intervenção do PIATI na vida dos idosos.

Todas as escolhas conceituais apresentadas nessa dissertação são uma forma de endereçamento do trabalho aqui desenvolvido, uma vez que a interdisciplinaridade é o ponto forte do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, o que permite nosso *costurar* entre as ciências, construindo uma relação cordial, dentro do possível, com diversas áreas do conhecimento.

É nessa miscelânea polifônica de possibilidades analíticas que adotamos um conceito de pesquisa criado por Carrara¹² (1998), um pesquisador que se sentiu dividido entre a História a Antropologia, e designa a noção de *aldeia arquivo* para analisar o espaço que ele observa. É na introdução do livro "Crime e loucura – o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século", que o autor expressa uma ambivalência em sua própria percepção do objeto por ele analisado. Dessa forma ele resolve esta ambivalência com a criação desse conceito, argumentando o uso de cada

¹² Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1982), mestre (1987) e doutor (1995) em Antropologia Social pelo Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente desenvolve pesquisa principalmente nos seguintes temas: sexualidade, gênero, homossexualidade, direitos humanos e violência. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4727090Z5>.

termo: *aldeia* pelo inevitável olhar de antropólogo e *arquivo* pela sua pretensão de historiador.

Carrara nos concedeu importantes contribuições no que se refere a metodologia de pesquisa. Desse modo a minha *aldeia* será o PIATI e o universo que tange as ações dos programas por ele desenvolvidos. O *arquivo* também foi o referido programa, que forneceu boa parte dos documentos necessários para a realização da pesquisa, inicialmente com o acesso aos relatórios que foram feitos e ainda constam na sede do programa e principalmente pelas entrevistas que foram possibilitadas devido à ligação dos três segmentos envolvidos com o programa, que formam o centro das análises aqui objetivadas.

O conceito de Desenvolvimento e as mudanças de concepções ao longo dos anos, bem como o modelo de desenvolvimento escolhido para essa pesquisa, o de Desenvolvimento Social serão analisados na busca de uma maior compreensão da aplicabilidade desse modelo para as análises propostas nesse trabalho. E recorreremos mais uma vez a análise bibliográfica, dessa vez, fazendo uso também, dos conhecimentos obtidos durante as disciplinas do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, do Programa de Pós Graduação em História da UFCG, bem como do Programa de Pós Graduação em Gestão Urbana, pertencente a PUC – PR, na qual realizei intercâmbio institucional pelo PROCAD, em 2011.

Outras fontes utilizadas para o desenvolvimento desta pesquisa foram inicialmente às informações contidas nos documentos oficiais sobre a institucionalização da Extensão Universitária, disponíveis em sites do Governo Federal, os relatórios anuais dos programas executados no PIATI, artigos que compartilham as experiências de extensão pelo país nos últimos anos, livros que discorrem sobre as temáticas analisadas e, sobretudo entrevistas realizadas com participantes dos projetos em questão.

Na pesquisa documental analisamos os relatórios e arquivos dos projetos presentes no programa. Tivemos acesso a todos os relatórios anuais dos projetos, bem como do programa em questão, contudo, para análise objetivo dessa pesquisa utilizamos apenas as que se referem ao recorte temporal já mencionado. Desse modo, entre os anos de 2007 a 2010 foram considerados quatro relatórios anuais do

PIATI, para analisarmos se as ações realizadas pelo programa se enquadram nas quatro liberdades instrumentais – liberdade política, liberdade econômica, disponibilidades sociais e segurança protetora - apontadas por Sen como instrumentalizadoras do desenvolvimento, adotadas por nós nessa pesquisa.

Buscamos desenvolver a relação entre Desenvolvimento Social e Extensão Universitária a partir das análises de entrevistas realizadas com coordenadoras, estudantes e idosos que participaram do programa extensionista em questão, procurando compreender, através de um roteiro pré-estruturado o possível desenvolvimento social ocorrido com a intervenção das ações do programa na vida dos idosos por ele atendidos, mais uma vez, tendo as premissas de Sen, como norte. As entrevistas foram realizadas com três segmentos, que sejam: idosos, alunos extensionistas e coordenadoras. Decidimos entrevistar (nossa amostra) três pessoas por cada segmento supracitado.

Creemos que a extensão possui um funcionamento possível a partir de três segmentos: os coordenadores, que elaboram os projetos e programas, os alunos que realizam as ações planejadas pelos coordenadores e a comunidade que recebe as intervenções dos alunos. Desse modo foram indispensáveis que as entrevistas fossem realizadas com esses três segmentos que possuem opiniões e experiências específicas da prática extensionista, bem como são necessários para a existência da extensão universitária.

Os idosos entrevistados foram escolhidos de forma aleatória, de acordo com a disponibilidade e acessibilidade apresentada, uma vez que os projetos que são mencionados no corpo do texto e analisados estão desativados atualmente. Entre os idosos, duas mulheres e um homem foram entrevistados. Escolhemos nomes de flores para indicar cada idoso, uma vez que seus nomes reais foram ocultados, como acordado antes da realização das entrevistas.

Chamamos de *Delfim* o idoso que tem 72 anos. Ele só foi alfabetizado após os 60 anos, é aposentado, mora na zona rural da cidade de Assunção e sua situação sócio econômica é de carência financeira, uma vez que o mesmo declarou viver com rendimentos oriundos das aposentadorias dele e da esposa que sustentam quatro netos e uma cunhada que moram com ele, mas não contribuem financeiramente com as

despesas da casa. Para suprir o restante das necessidades econômicas de sua casa, seu Delfim realiza trabalhos como auxiliar de pedreiro na cidade de Campina Grande e é o maior provedor da família.

A senhora de 62 anos, viúva, residente na zona urbana de Campina Grande, que possui o segundo grau completo e divide sua casa com a mãe, que é uma idosa enferma, a filha e o genro, chamamos de *Rosa*. Ela reside numa área nobre da cidade, é proprietária da sua casa e não é a principal fonte de renda da família. É aposentada, bem como a sua mãe e não realiza nenhum tipo de atividade remunerada. Sua situação financeira é a melhor entre os três idosos entrevistados.

Gardênia foi o nome escolhido para nos referirmos a senhora de 79 anos que mora na zona urbana de Campina Grande. Ela mora sozinha, é viúva, completou o primeiro grau, e tem na sua aposentadoria sua maior fonte de renda, que é complementada com o apoio financeiro das filhas. Ela reside num dos bairros carente circundantes a UFCG e a sua casa também é própria.

Entrevistamos duas ex-alunas e um ex-aluno extensionista. Eles foram escolhidos de acordo com uma divisão que realizamos: separamos os projetos do PIATI em três grandes áreas: educação, saúde e ciências sociais. Sendo assim, entrevistamos um ex-integrante de um projeto de cada área e a escolha dos mesmos também foi aleatória, uma vez que todos já não se encontram mais na UFCG, tendo concluído suas graduações.

Os alunos tiveram os seus nomes reais substituídos por nomes de idosos que fizeram parte do PIATI. Desse modo atribuiremos a ex-integrante do projeto de educação o nome de *Luzia*, a ex-integrante do projeto de Ciências Sociais o nome de *Fátima* e ao ex-integrante do projeto de saúde o nome de *Inácio*.

O PIATI, desde a sua fundação em 2003 teve apenas três coordenadoras, são elas, em ordem cronológica: Benedita Edina da Silva Lima Cabral, Carmen Verônica de Almeida Nóbrega e Keila Queiroz e Silva. Nosso projeto inicial era entrevistar as três, contudo, devido a problemas de saúde, infelizmente não pudemos entrevistar a professora Benedita, primeira coordenadora do programa. A trajetória de uma pesquisa sempre é perpassada por surpresas e nesse caso, lamentamos muito não contar com as contribuições da professora em questão. Realizamos a entrevista com as

outras duas coordenadoras, que demonstraram permissividade e abertura do programa, bem como dos seus arquivos para a nossa pesquisa. Ambas permitiram que seus nomes reais fossem utilizados na escrita dessa pesquisa.

Como metodologia de análise para as entrevistas, optamos por utilizar a análise de conteúdos para descrever e interpretar o que foi dito pelos entrevistados. Com essa metodologia pretendemos fazer uma descrição sistemática, qualitativa para atingir uma compreensão dos significados do dito nas respostas.

Entende-se por análise de conteúdo:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadoras (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas destas mensagens). (BARDIN, 2009.p. 44)

Desse modo, buscaremos contextualizar historicamente e socialmente as respostas recebidas, bem como a condição social dos entrevistados, situando as respostas num contexto qualitativo.

Realizamos as análises das entrevistas dividindo-as em categorias. Construímos um quadro¹³ categórico onde as liberdades instrumentais – Liberdades Políticas; Facilidades econômicas; Oportunidades Sociais; Segurança Protetora - foram divididas e subdivididas de acordo com os segmentos mencionados.

As questões¹⁴ feitas às coordenadoras e aos alunos extensionistas foram as mesma, contudo, as inquiridas aos idosos tiveram a linguagem adaptada a realidade e ao nível de compreensão dos mesmos.

Compreendemos que a realidade social, educacional, geracional, cultural e econômica de cada um dos segmentos analisados nas entrevistas é específica e precisa ser levada em consideração, pois, será nesse amálgama de visões, discursos e pontos de vista que construiremos nosso trabalho.

Creemos que as falas dos entrevistados vão além do simples "binômio" pergunta-resposta; são registros de um mundo que existe em meio ao mundo da

¹³ O mesmo encontra-se disponível por completo nos anexos dessa dissertação.

¹⁴ Os roteiros das entrevistas realizadas com cada seguimento de se encontram nos anexos dessa pesquisa.

produtividade, da funcionalidade, da vitrinização dos seres, da liquidez¹⁵ do viver na contemporaneidade.

Em um momento em que a hiper especialização tem sido o modelo que persegue os padrões educacionais, entender os sentidos do funcionamento de projetos com pessoas de gerações consideradas não mais produtivas é compreender também o momento nacional que esse trabalho reflete, tanto no campo educacional, como no campo dos estudos sobre geração e – principalmente! – nos programas e projetos de desenvolvimento nacional e regional que o país está vivenciando.

Esse trabalho é uma pesquisa realizada por uma historiadora, desse modo, termos que fazem parte do universo conceitual em pesquisas históricas são comuns na leitura do mesmo, uma vez que ele é uma pesquisa de História realizada num programa de Desenvolvimento Regional. Contudo, conceitos comuns no campo teórico das discussões em Desenvolvimento, Sociologia, Educação, Políticas Públicas e Gerontologia também fazem parte da construção do mesmo.

Pretendemos contribuir para análises do funcionamento da Extensão Universitária no Brasil, partindo da ideia de compreensão do micro para o macro analítico, bem como da concepção de desenvolvimento social, especificamente para o grupo geracional em questão - os idosos.

Partindo dessa lógica analista, a dissertação foi organizada em quatro capítulos, em que pretendemos abarcar as discussões necessárias para a compreensão do tema proposto. Ele é composto das partes que estão relacionadas abaixo:

Capítulo I – Extensão Universitária no Brasil nas IPES – Conceituamos, através de pesquisa bibliográfica a Extensão Universitária no Brasil e sua funcionalidade, realizando uma arqueologia da sua regularização e criação de órgãos gerenciadores do seu funcionamento, fazendo uso dos documentos oficiais, dando ênfase ao momento em que os temas escolhidos pelo Plano Nacional de Extensão Universitária iniciam a percepção da necessidade de abarcar os idosos em suas ações.

¹⁵ Termo/ metáfora utilizada por Zigmunt Bauman (2000), sociólogo polonês, nascido em 1925, na busca de explicar a crise das ideologias tidas como fortes e sólidas, criando, do ponto de vista cultural, uma atmosfera leve e cheia de incertezas no que concerne ao futuro, caracterizada pela precariedade e a rapidez com que as informações chegam e as relações acontecem, é o que ele denomina de crise da pós-modernidade.

II Capítulo – Desenvolvimento Social enquanto liberdade – Realizamos uma análise dos conceitos de Desenvolvimento Regional, Local e Social, buscando bases para as análises posteriores direcionadas a compreensão do Desenvolvimento Social como resultado de liberdade adquiridas socialmente, relacionando- a com a Extensão Universitária e os idosos.

III Capítulo – A materialização das ações: O PIATI – Realizamos um breve histórico da existência do programa, sua estrutura física e a dinâmica do funcionamento do mesmo. A partir dos relatórios finais do programa, referentes aos anos de 2007 à 2010, analisamos as ações realizadas pelo programa, buscando enquadrá-las nas quatro liberdades instrumentais para o desenvolvimento, apontadas por Sen.

IV Capítulo – Extensão Universitária e o Desenvolvimento Social de Idosos – Nesse capítulo foram analisadas as entrevistas realizadas com coordenadoras, estudantes extensionistas e idosos que fizeram parte do PIATI para investigar se as liberdades instrumentais que levaram ao desenvolvimento social ocorreram com os idosos ao longo dos quatro anos analisados.

Por fim, tecemos nossas considerações finais, acreditando poder ter contribuído com reflexões e comentários sobre o objeto dessa dissertação.

1 CAPÍTULO – EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL NAS IPES

1.1 Extensão Universitária: conceituação

Discutiremos nesse tópico as diversas concepções que a Extensão Universitária possui no contexto atual, baseado na bibliografia analisada para a tessitura do mesmo. Iniciaremos com a definição que separa a extensão universitária dos cursos de extensão:

A guisa de esclarecimento vale salientar que existe uma diferença conceitual e prática entre as expressões extensão universitária e cursos de extensão universitária, a saber: os cursos de extensão universitária, geralmente acadêmicos e com pequena carga horária, destinam-se a complementar conhecimentos em áreas específicas. Já as atividades de extensão universitária, dever constitucional das universidades, são bastante amplas, complexas e não se confundem com “cursos de extensão”. Dizemos isso, porque um curso de extensão, ou vários cursos de extensão, pode(m) estar inserido(s) dentro das atividades de extensão universitária, mas não enseja(m) que extensão sejam apenas cursos de extensão universitária (SANTOS, 2011, p.11).

Desse modo, a Extensão Universitária vai compreender uma atividade componente no fazer universitário, é parte fundamental enquanto base que compõe o tripé base da universidade, que é formado pelo ensino-pesquisa-extensão, hoje, necessários para se buscar compreender os diversos significados que a universidade pode vir a assumir na sociedade e no estado.

Para Carneiro e Souza (2009), a Extensão Universitária é entendida enquanto prática acadêmica a ser repensada a partir da proposta neoliberalista, sendo uma forma também paliativa de ações estatais, na busca por preencher erros ou faltas do próprio estado. Elas fazem um levantamento dos significados das políticas públicas na

atualidade, uma vez que as autoras entendem a extensão como política pública educacional, enfatizando as mudanças políticas, culturais e sociais pelos quais o Brasil vem passando, que influenciaram as diversas conceituações que a extensão teve no país.

A relação teoria e prática, de acordo com as autoras, são essenciais para compreendermos o sentido que a extensão assume atualmente na universidade e na sociedade,

Neste sentido, a extensão é um lugar privilegiado onde se encontram as duas dimensões: teoria e prática. No entanto, essas dimensões não são simplesmente decorrentes uma da outra. Ao contrário, muitas vezes, a relação dá-se de forma bastante contraditória, pois as práticas sociais são socialmente determinadas (CARNEIRO e SOUZA, 2009, p. 22).

Seriam então as novas práticas sociais que determinariam novas análises na academia, que necessitaria repensar o saber/fazer popular para redimensionar suas teorias, reformulando produções, criações e conceitos.

Portanto, a extensão é lócus privilegiado de construção do conhecimento, pois é, no entanto, com a realidade, tentando descobrir suas relações essenciais, a partir da convivência com o novo, através da investigação sistemática que o sujeito é capaz de construir novos conceitos, desde que sua inscrição, no real, faça-se à luz de uma determinada referência teórico-conceitual (CARNEIRO e SOUZA, 2009, p. 23).

No mesmo sentido de compreensão sobre a extensão, Araújo (2009) define a extensão como necessária ao fazer universitário, não como modelo de assistencialismo acadêmico, mas como pilar dessa instituição que tem no trinômio ensino-pesquisa-extensão as bases necessárias para o seu funcionamento. Para essa autora, sobre o tripé base da universidade,

A extensão congrega os dois anteriores - **ensino e pesquisa** - (grifo nosso), pois não se pode pensar em extensão, sem verificar o seu sentido educacional, sua prática educativa exercida a partir de ambientes informais de ensino, mas ela também possibilita pensar que a partir dela e nela se compreendem também uma pesquisa histórica, educacional, social, econômica, política ou cultural dependendo do lócus a que direciona, contribuindo deste modo, para as esferas da vida social, mostrando também seu caráter interdisciplinar. (ARAÚJO, 2009, p. 65)

A autora aponta que a extensão é uma maneira de problematizar a sociedade, uma vez que ela permite aos universitários (bem como professores e funcionários) aprender a conhecer o mundo simbólico e cultural da comunidade que eles vão trabalhar.

É importante ressaltar que a extensão possibilita não apenas o contato do universitário com a sociedade extramuros; para as ações extensionistas o importante é, sobretudo, o que esse aluno adquire nas experiências vividas da extensão. A extensão é, assim, uma ação coletiva, onde o lócus do conhecimento está em todos os sujeitos nele compreendidos, uma vez que são potencializadores de preceitos éticos, do compromisso social colaborativo na transformação da sociedade (ARAÚJO, 2009).

Em artigo sobre a relação entre a extensão e a comunicação nas universidades brasileiras, Silva et al. (2009) nos dão uma importante contribuição no que se refere à compreensão da extensão além do assistencialismo. Os autores fazem parte do DECOM/UEPB¹⁶ e nos mostram alguns resultados de programas desenvolvidos nessa instituição. Contudo, ressaltam a visão preconceituosa pela qual a extensão ainda é vista nas universidades,

Conforme pensam alguns pesquisadores, extensão é algo menor no processo de formação intelectual do docente e do próprio alunado. Esquecem as aproximações, a provocação do debate, os entrelaçamentos possíveis e necessários existentes entre o ato de pesquisar, produzir conhecimento e compartilhar essa produção junto aos vários segmentos da sociedade (SILVA et al., 2009, p.55).

Eles ainda apontam como causa da pouca atenção com as atividades extensionistas as melhores condições que os projetos de pesquisa possuem para o crescimento acadêmico, referindo-se às agências de fomento, que financiam bolsas maiores para a pesquisa do que para a extensão e os programas de pós-graduação, que praticamente não exercem a extensão como prática institucional.

Ainda sobre as insatisfações assinaladas, os autores apontam o que eles denominam de “corrida desenfreada para contagem de pontos no **currículo lattes**” (grifo nosso) como desestimuladora da extensão. As atividades de extensão recebem menor valor na tal contagem que, ainda de acordo com eles, reforça o processo

¹⁶ Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

competitivo entre os pesquisadores, relegando as atividades que possuem menor valor computacional as “sobras” institucionais (SILVA et al., 2009).

Alves (2004) discorre sobre a extensão universitária e a formação continuada de professores para agirem de maneira interdimensional na universidade. Ele afirma que não basta realizar trabalhos extensionistas, é preciso que se tenha formação e formadores na busca pela implementação da extensão enquanto base fundamental na existência da universidade.

Em artigo intitulado “As práticas curriculares da extensão universitária”, apresentado no 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, no ano de 2004, Jezine realiza um balanço das concepções de extensão que aparecem nas *home pages* das Universidades Públicas Federais, analisando relatórios, projetos de ação, divulgação de eventos, entre outros documentos, para identificar que a “diversidade teórica de definições sobre a Extensão universitária, aponta para a importância de se apreender a preponderância ideológica que norteia as práticas extensionistas na atualidade” (JEZINE, 2004, p.1).

A autora reafirma a necessidade se compreender o ensino, a pesquisa e a extensão como ações imbricadas, no entanto, ela mostra que outros autores tem uma visão dessemelhante da dela sobre a extensão.

Autores como BATOMÉ (1996), Morais (1996), MARCOVITCH (1998) defendem a incorporação da extensão universitária às práticas de ensino e pesquisa, pois consideram um equívoco a existência da extensão universitária, uma vez que a criação de uma terceira função na universidade não supriria as lacunas deixadas pelo ensino e pela pesquisa (JEZINE, 2004, p. 1).

Para ela, a crítica desses autores está no modelo norte americano de extensão, expressa por meio do assistencialismo enquanto atividades extramuros, que vai servir para desenvolver ações que às vezes podem substituir as ações governamentais. A extensão funcionaria assim, como uma forma de remediar, via universidade, as faltas que o estado tem com a sociedade (JEZINE, 2004).

A autora aponta que ainda há nas IPES (Instituições Públicas de Ensino Superior) uma concepção assistencialista em alguns projetos de extensão, contudo, indica haver mudanças nessa concepção, pautadas no princípio educativo, relacionando

teoria e prática para que se desenvolva uma compreensão histórica de sujeito e de sociedade. Desse modo, a autora considera que a extensão não deve ser vista como uma ação menos importante na universidade, pois integra a composição curricular do fazer acadêmico.

A concepção de extensão como função acadêmica se opõe a ideia de que constitua uma atividade menor na estrutura universitária, a ser realizada por professores sem titulação, nas sobras de tempo disponível e que o trabalho junto às comunidades carentes é uma solidariedade individual. Diante dessa nova visão de extensão universitária, esta passa a se constituir parte integrante da dinâmica pedagógica curricular do processo de formação e produção do conhecimento, envolvendo professores e alunos de forma dialógica, promovendo a alteração da estrutura rígida dos cursos para uma flexibilidade curricular que possibilite a formação crítica (id., op.cit., p.6).

Creemos que essas mudanças na concepção sobre a extensão é resultado também da concepção atual de universidade, indo além dos muros, levando os alunos a conhecerem a realidade para a qual eles aplicam as teorias e levando-os a compreensão de que a relação teoria-prática é resultado de um contato maior com a sociedade.

A universidade possui três funções essenciais: a *acadêmica*, que é fundamentada em bases teórico-metodológicas; a *social*, que deve promover a construção da cidadania e a organização social; a *articuladora*, responsável por articular o saber e o fazer, bem como a universidade e a sociedade. É apenas no exercício dessas funções que o ensino, a pesquisa e a extensão vão se confundir, sendo interconexões e interfaces de um mesmo fazer (JEZINE, 2004).

A extensão seria assim o elemento que articula a comunicação entre teoria e prática, universidade e sociedade. Ela é integradora do pensar, principalmente no que tange a universidade, permeada pela visão dualista de ensino e pesquisa como centro do fazer universitário.

Serrano (2010) faz uma análise crítica dos conceitos de extensão universitária através de um diálogo com as obras de Paulo Freire, autor de uma das obras¹⁷ mais

¹⁷ Comunicação ou Extensão foi lançado em 1971, mas foi escrito em 1968 quando Freire estava no Chile, exilado. Nessa obra ele discute o papel da extensão, através da experiência com os camponeses na construção da Reforma Agrária numa sociedade em transformação. No livro é discutido o engano que se tem sobre a construção e uso do termo extensão e de como a assistência técnica pode-se transformar numa práxis social e da necessidade de discuti-la interdisciplinarmente.

importantes para se entender a extensão universitária, num cenário de fins da década de 1960. Contudo, o diálogo dessa autora vai além de publicações freireanas, pois ela dialoga com várias obras de Freire em seus trabalhos escritos, bem como com autores que ajudam a recontar a História da extensão no Brasil e na América Latina.

Na análise da autora existem quatro momentos em que a extensão universitária no Brasil nas IPES podem ser aquinhoadas para estudo:

Pela análise histórica da extensão universitária vamos encontrar pelo menos quatro momentos expressivos de sua conceituação e prática: o modelo da transmissão vertical do conhecimento; o voluntarismo, a ação voluntária sócio-comunitária; a ação sócio-comunitária institucional; o acadêmico institucional. Tais momentos apresentam-se numa transitoriedade no interior de cada universidade em razão de sua história e de seu projeto pedagógico, assim podemos encontrar nas universidades brasileiras instituições em vários desses momentos conceituais (SERRANO, 2010, p. 1).

A autora critica o conceito que define a extensão como “via de mão dupla¹⁸”, pois, ao seu entender essa concepção não é possibilitadora de um novo saber. Para ela, na relação que a universidade estabelece com a sociedade, os atores envolvidos nesse momento não trocam de papéis, uma vez que não vão perder suas identidades. Contudo, essa simbiose deve possibilitar mudanças, pois a universidade que vai até a comunidade não é a mesma que volta tampouco a comunidade que vai será a mesma que volta (SERRANO, *ibidem.*).

Para Melo Neto (1994), a extensão universitária, no Brasil, vem apresentando duas linhas de ação. A primeira está centrada no desenvolvimento de serviços e na difusão de cultura e promoção de eventos, daí a sua denominação de eventista-inorgânica; a segunda, denominada de processual-orgânica, está voltada às ações, com caráter de permanência, presentes no processo formativo (ensino) do aluno, bem como na produção do conhecimento (pesquisa) da universidade.

O que separaria essas duas linhas de ação, segundo o supracitado autor, seria apenas a forma de conceber cada ação extensionista, pois, se por um lado à extensão

¹⁸ Serrano afirma que a compreensão do termo “via de mão dupla” aparece nas discussões do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão, em 1987, com um significado acadêmico e a conceituação voltada ao dar-receber na relação universidade e comunidade. Ela aceita o questionamento de Melo Neto (2004) que diz que esse conceito separa o processo educativo da própria educação, o processo cultural da própria cultura, bem como o processo científico da própria ciência.

universitária se desenvolve através de ações extras sala de aula, ela também, e principalmente, deve ser gestada em sala de aula, com planejamentos e pesquisas prévias, que vão ser completas em atos que se estenderão a comunidade.

Fernandes (2008) escreve sobre a relação dos jogos institucionais e as motivações pessoais na prática da extensão universitária. Nesse trabalho, ela analisa os alunos que participam de projetos de extensão numa dada universidade, através de uma pesquisa psicossocial, buscando perceber como esses alunos relacionam o ensino e a pesquisa através da prática extensionista.

A autora identificou alguns dos motivos que levam os alunos e professores a participarem de atividades de extensão. Ela listou três motivadores centrais, que sejam: o olhar assistencial filantrópico, a motivação profissional, que inclui a chance de exercitar antecipadamente o fazer da profissão, e a militância política. Mas foi a partir da experiência extensionista que, segundo os depoimentos coletados na pesquisa, alguns participantes conseguiram desenvolver a capacidade crítica de entender a extensão enquanto possibilitadora do desenvolvimento social dos que por ele foram atingidos.

Ainda segundo a autora, os interesses políticos envolvidos nas ações executadas nos projetos e programas de extensão podem esconder também interesses políticos institucionais envolvidos nesse processo.

O aluno que participa da atividade de extensão é beneficiado pela política institucional, no sentido de aquisição de conhecimento, de geração de conhecimento, mas ele e o trabalho que desenvolve como extensionista, também pode ser instrumento para a promoção da extensão como valor de mercado, de acordo com a política de marketing adotada pela instituição (FERNANDES, 2008, p. 177).

Jogos de interesses dentro da instituição universitária são sempre presente nas relações cotidianas da mesma e os projetos e programas de extensão universitária também são alvo dessa busca por visibilidade acadêmica, seja por parte de coordenadores de Centros, ou de Departamentos, ou mesmo de professores que utilizam os resultados e alcances das ações extensionistas para conseguirem negociar concessões dentro da instituição, bem como para servirem de “trampolim” na política institucional de cargos elegíveis. Não estamos condenando essa prática, mas apenas citando os usos dos resultados positivos obtidos com projetos e programas de extensão.

Notamos que nas análises das concepções teóricas que alguns pesquisadores possuem sobre a Extensão Universitária, em um primeiro momento, elas nos aparecem como uma prática que beneficia muito mais a comunidade que a universidade, e os primeiros estudos sobre a extensão apontam no sentido paternalista das ações praticadas pelos universitários. Logo em seguida, essas concepções passam por uma conceituação de via de mão dupla, onde ambos ganham com esse aprendizado compartilhado, na compreensão de que a comunidade ganha com as práticas de extensão, mas também oferece ganhos para os pesquisadores. Em um terceiro momento temos críticas ao uso das ações extensionistas como autopromoção acadêmica institucional, uma vez que os projetos e atividades desenvolvidas por programas e projetos de extensão têm sido o centro de análises e políticas para promoção dos gestores institucionais, bem como facilitadora da implementação de conceitos políticos, eficazes para quem os desenvolve.

Adotaremos aqui um conceito de extensão que é um misto da concepção de via de mão dupla, no que se referem aos ganhos auferidos pelos agentes integrantes desse processo, juntamente com a concepção de que as ações extensionistas são muitas vezes utilizadas como autopromoção acadêmica.

Compreendemos que a comunidade é beneficiada, na maioria das vezes, com as ações extensionistas, uma vez que essas ações representam intervenções tidas como positivas por quem as idealiza, junto à comunidade. Algumas vezes essas ações executadas pelas universidades tem um alcance social maior que as ações governamentais realizadas por outros setores do Estado, que não o educacional.

A outra parte desse ganho duplo se dá no sentido das ações extensionistas servirem de alicerce para o desenvolvimento de pesquisas que são baseadas na experiência social-comunitária, resultando em trabalhos acadêmicos que fornecem conceitos e que vão servir para outras pesquisas. A academia ganha muito com esse contato extramuros com a comunidade. E são os resultados positivos dessa relação que a disfunção da prática extensionista, a busca pela autopromoção institucional surge, em algumas universidades.

Vejamos agora, o processo de concepção da extensão universitária, iniciando pelos seus primeiros registros aqui no Brasil, para que possamos entender como chegamos ao patamar de concepção atual.

1.2 Primeiros registros das atividades extensionistas no Brasil

As múltiplas concepções do significado atribuído a Extensão Universitária influenciam também nas datas que os pesquisadores desse tema nos fornecem sobre o seu possível início. Nogueira (2005), afirma que foi apenas na segunda metade do século XIX, na Inglaterra, que surgiram as primeiras experiências com a extensão acadêmica universitária, atreladas à ideia de educação continuada, tendo os cursos e atividades destinados não apenas às pessoas de baixa renda, mas a toda a população adulta que não se encontrava na universidade.

Surgiram nos Estados Unidos, em seguida, experiências de Extensão Universitária sob a forma de prestação de serviços técnicos, difusão técnico-científica, realização de cursos profissionalizantes, educação à distância, educação permanente, cursos noturnos ou outras opções, com grande diversidade de metodologias ou tecnologias (CAPELETTE e MAZZEI, 2008). Esse modelo era caracterizado pela prestação de serviços na área rural e urbana (NOGUEIRA, 2005).

Para Rocha (2001), a Extensão nasceu no Mosteiro de Alcobaça - Portugal, por volta do ano de 1269. Progressivamente, ela foi adotada por instituições e colégios religiosos, abrangendo os criados pelos jesuítas na América Latina, no período colonial.

Na América Latina, a história da Extensão Universitária tem seu ponto mais marcante a partir do Movimento Estudantil de Córdoba, Argentina. O movimento levou esse nome por criar um manifesto, em 1918, que estabelecia algumas demandas que para os estudantes eram fundamentais ao funcionamento democrático universitário, sintetizadas por Freitas Neto (2011):

- Co-participação dos estudantes na estrutura administrativa;
- Participação livre nas aulas;
- Periodicidade definida e professorado livre das cátedras;

- Caráter público das sessões e instâncias administrativas;
- Extensão da Universidade para além dos seus limites e difusão da cultura universitária;
- Assistência social aos estudantes;
- Autonomia universitária;
- Universidade aberta ao povo.

Ainda sobre esse movimento, o autor afirma que:

A chamada Reforma de Córdoba é considerada um marco na história das universidades latino-americanas por ser pioneira na construção de um modelo institucional que atribuiu uma identidade e um modelo de atuação renovado no ensino superior (FREITAS NETO, 2011,P.1).

Em artigo que discorre sobre o movimento, o professor de História e historiador em questão, faz uma análise do funcionamento das universidades latino americanas e a influencia desse movimento dos estudantes universitários argentinos, que ganhou o apoio de sindicatos, políticos de esquerda e pessoas que mesmo sem engajamento político também demonstravam imensa insatisfação com o autoritarismo oligárquico na universidade de Córdoba.

Para Serrano (2011), Córdoba 1918 passa a ser marco do movimento extensionista universitário, pois é nessa data que os estudantes assumem o poder na Universidade Católica tradicional ali existente, tendo uma universidade integrada ao povo e à vida da nação como meta.

Nogueira (2005) afirma que as atividades de extensão universitária no Brasil tem seu início fortemente influenciadas pelo modelo europeu de extensão, tendo a Universidade de São Paulo (USP), criada em 1911, sido a primeira IES a desenvolver esse tipo de atividade, que tinha também, vinculada a ela a Universidade Popular. Essa segunda ministrava cursos gratuitos abertos a população em geral. Propaganda religiosa, política ou comercial eram proibidas nesses cursos que tratavam de temas variados.

Jezine (2001) afirma que as Universidades Populares no Brasil, eram conhecidas como Universidades Livres, e as primeiras foram as de Manaus, criada em 1909, no ciclo da borracha, a do Paraná e a de São Paulo em 1911.

A ação dos estudantes, a partir de Córdoba, colocará a extensão Universitária em evidência, com a criação de Universidades Populares em várias nações latino americanas... A Extensão Universitária vivenciada em forma de Universidades Populares passará a ser vista pelos militantes dos movimentos universitários como uma obrigação... Nas Universidades Populares, os estudantes colocavam em prática metodologias, tecnologias e difundiam concepções de educação e de vida em sociedade, o que não tinham condições de vivenciar nas Universidades que estudavam (ROCHA, 2008, *apud*. SERRANO, 2011, p.5).

Essas instituições visavam o ensino das massas populares, tentando provocar uma aproximação destas com as camadas da população letrada. Elas surgiram com o apoio da Maçonaria, tendo importado da França os ideais de uma cultura republicana. As atividades delas centravam-se na oferta de palestra, cursos livres, conferências, visitas de estudos, entre outras.

Já segundo Rocha (2001) foi na década de 1930 que ocorreram as primeiras atividades extensionistas, assim que teve início o processo de reforma universitária no Brasil. Foi a partir dos militantes do movimento da Escola Nova¹⁹, os quais se engajaram em espaços de destaque no governo daquela época que a ideia de “educação progresso” vai ser levada a diante, reflexo da política autoritária e centralizadora do Governo Provisório²⁰.

Com esse norte, um estatuto para o “bom funcionamento” das instituições de ensino superior foi instituído, oscilando entre a postura autoritária e liberal, que, ao mesmo tempo em que estabelece um modelo único de funcionamento de universidade para o Brasil, abre espaço para as especificidades regionais.

¹⁹ Especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX, a Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino. Desenvolveu-se no Brasil sob importantes transformações econômicas, políticas e sociais, que na essência da ampliação do pensamento liberal no Brasil, propagou o seu ideário. O escolanovismo creditava a educação o exclusivismo para a construção eficaz de uma sociedade, justa e democrática, levando em consideração as diversidades e respeitando a individualidade dos sujeitos, que estariam aptos a conjecturar sobre a sociedade, bem como seriam capazes de inserir-se nessa sociedade. Desse modo, a educação escolarizada deveria ser sustentada no indivíduo integrado à democracia, o cidadão atuante e democrático. Os críticos da Escola Nova acusaram o movimento de abrir mão dos conteúdos tradicionais e de não exigir nada dos alunos, aceitando apenas a sua espontaneidade.

²⁰ O Governo Provisório foi a ascensão de Vargas ao poder, de 1930 a 1934, o que acarretou a suspensão da Constituição de 1891, pois esse novo governo administraria por meio de decretos-leis (atos do executivo com força de lei). Todos os órgãos legislativos foram dissolvidos e foram nomeados interventores para os Estados, reorganizando o poder estatal. A União (governo federal) passou a dispor de dois novos ministérios: o do Trabalho, Indústria e Comércio, e o de Educação e Saúde Pública. A estrutura do poder judiciário também foi alterada, sendo criadas as justiças especializadas do Trabalho, Eleitoral e a Militar.

Contudo, de acordo com Hunger (1998), há registro de dois momentos, anteriores ao Estatuto das Universidades Brasileiras, em que a extensão universitária teve suas experiências iniciais, mesmo ainda não sendo em universidades, mas em cursos superiores, eles ocorreram: na Universidade Livre de São Paulo, criada em 1911, e na Escola Superior de Agricultura (1920) e a de Veterinária de Viçosa (1926²¹), em Minas Gerais.

Na Escola Superior de Agricultura em Lavras- SP, (hoje Universidade Federal de Lavras), as atividades buscavam responder as consultas dos agricultores, pretendendo levar instrução aos fazendeiros e a suas famílias. Foi em 1921 que se iniciaram, na escola, com os trabalhos de divulgação técnico-científica em 1922, na publicação da revista “O Agricultor”, junto ao Serviço de Propaganda Agrícola (JEZINE, 2006).

Na segunda experiência, na Escola Superior de Agricultura de Viçosa, inaugurada em 1926, já em 1929, iniciou-se a realização da “Semana do Fazendeiro”, contando com a participação de 39 pecuaristas, atividade que ainda hoje se realiza. Eram atividades de inspiração norte americana, assistencialista onde a extensão era uma forma de prestação de serviços do mundo acadêmico para a sociedade. O funcionamento das Escolas Superiores de Agricultura e de Veterinária marcaria o modelo paternalista de extensão no Brasil.

Após essa data, temos em 1930 a criação do Estatuto das Universidades Brasileiras²², um documento que formalizou pela primeira vez a extensão universitária enquanto ação mister para o funcionamento das mesmas. Foi a partir do Decreto nº 19.851, de 11/04/1931, promulgado na gestão de Francisco Campos²³, então Ministro da

²¹ No governo de Arthur Bernardes, em 1926, foi criada a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, no Estado de Minas Gerais, assessorada pelo professor Henry Hoffs, diretor do Florida Agricultura College e orientada pelos paradigmas dos Land Grant College. (HUNGER, 1998 p.19)

²² Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo provisório sancionou decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. Estes Decretos ficaram conhecidos como "Reforma Francisco Campos", então responsável por esse ministério, criado a partir da utopia de que os problemas educacionais do Brasil se resolveriam dentro da universidade, pois de lá deveria sair cidadãos comprometidos com a nação e professores prontos a transformar o estado brasileiro a partir dos ensinamentos recebidos lá.

²³ Advogado e jurista, em 1929 apoiou a união que concomitou com a indicação de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal. Participou das articulações que levaram ao movimento armado de outubro de 1930, quando teve fim à República Velha. No governo de Getúlio Vargas (1930-1934), chefe do Estado Provisório, foi ministro e em 1932 deixou o ministério para disputar, sem sucesso, uma cadeira na Assembleia Nacional Constituinte.

Educação e Saúde Pública do Brasil, que esse estatuto vai servir de baliza para o funcionamento de IPES.

O que não podemos esquecer é que Francisco Campos concebia a universidade brasileira pelos modelos norte americano que estabelecia laços de solidariedade com a sociedade. Contudo, para Campos, as ações e cursos da universidade deveriam ser “destinados a propagar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários e no ensino a formar profissionais” (Estatuto, artigo 35 alínea f).

Segundo Rothen (2011), foi também nessa mesma data que outros dois decretos foram instituídos no Brasil: a criação do Conselho Nacional de Educação²⁴ (CNE) e o da Organização da Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Para o autor,

Os três decretos são interligados: o *Estatuto* [grifo do autor] define o modelo de universidade a ser adotado no Brasil; a *Organização da Universidade do Rio de Janeiro* [grifo do autor] foi, por um lado, a primeira aplicação do modelo organizacional previsto no decreto, por outro, a definição dos “moldes” para o ensino nas diversas faculdades; e a “criação do CNE” aponta para a instalação de um “conselho técnico” com a atribuição de um órgão consultivo do Ministério (ROTHEN, 2011, p. 1).

Analisando a concepção de extensão presente no Estatuto das Universidades, encontramos no Título VI, que rege sobre a Organização Didática, no art. 36, as primeiras menções sobre a extensão,

Nos institutos de ensino profissional superior serão realizados os seguintes cursos:

- a) cursos normais, nos quais será executado, pelo professor catedrático, o programa oficial da disciplina;
- b) cursos equiparados, que serão realizados pelos docentes livres, de acordo com o programa aprovado pelo Conselho técnico-administrativo de cada instituto, e que terão os efeitos legais dos cursos anteriores;
- c) cursos de aperfeiçoamento que se destinam a ampliar conhecimentos de qualquer disciplina ou de determinados domínios da mesma;

²⁴No site do CNE (<http://www.cnedu.pt/>) encontramos a explicação de que esse conselho era órgão independente, mas que possuía funções conjuntivas. Foi a Assembleia da República que elegeu os presidentes desse órgão, que possui como competência emitir opiniões, pareceres e recomendações sobre todas as questões educativas, por iniciativa própria ou em resposta a solicitações que lhe sejam apresentadas pela Assembleia da República e pelo Governo.

- d) cursos de especialização destinados a aprofundar, em ensino intensivo e sistematizado, os conhecimentos necessários a finalidade profissionais ou científicas;
- e) cursos livres, que obedecerão a programa previamente aprovado pelo Conselho técnico-administrativo do instituto onde devem ser realizados, e que versarão assuntos de interesse geral ou relacionados com qualquer das disciplinas ensinadas no mesmo instituto;
- f) cursos de extensão universitária destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários (BRASIL, 1931).

O texto mostra que o entendimento sobre a extensão era o de estender a comunidade os serviços dos alunos universitários, como um grande laboratório a testar as “experiências” de aprendizado (ou não) da academia, como explícito no uso da palavra “benefício”, mostra que mais pessoas precisam ter acesso ao que é apreendido na universidade.

A primeira vez em que a palavra extensão é citada no estatuto ela remete aos cursos que podem e devem oferecidos para melhorar as atividades de pesquisa, uma vez que o texto afirma que a extensão se destina a atividade técnica e científica - entendendo aqui pesquisa como parte fundamental da ciência -, podemos notar que o sentido dado nesse primeiro momento a extensão fica no campo de cursos extra e complementares. Nesse mesmo Título, no art. 42 vemos as atribuições dadas, naquele momento histórico a extensão:

Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário.

§ 1º Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimento uteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.

§ 2º Estes cursos e conferências poderão ser realizados por qualquer instituto universitário em outros institutos de ensino técnico ou superior, de ensino secundário ou primário ou em condições que os façam acessíveis ao grande público (BRASIL, 1931).

A ideia de indissociabilidade, entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é presente, de forma explicitamente clara, nesse momento nacional educacional. A extensão ainda é tida, de acordo com o estatuto, como prolongadora em benefício coletivo, da atividade técnica e científica, como vimos o que pode ser resultado do

pensamento de Campos sobre a universidade, que seria o de pura e simplesmente formação profissional, formando técnicos que desenvolvessem o país.

Podemos notar que a ideia salvacionista educacional, presente nos preceitos da Escola Nova, tem forte influência na escrita desse estatuto ao lermos o Título XVII, que rege sobre a Vida Social Universitária, no qual é afirmado que:

As universidades brasileiras, solidárias nos mesmos propósitos e aspirações de cultura, devem manter ativo intercâmbio de entendimento e de cooperação, afim de que eficazmente contribuam para a grande obra nacional que lhes incumbe realizar (BRASIL, 1931.p.3).

Nesse sentido a universidade é compreendida pelos gestores que aprovam esse estatuto como lugar de transformação e progresso nacional. A extensão surge nesse momento como organização, no termo mais estrito da palavra, servindo, a partir de então como importante mecanismo de aproximação da instituição universitária com a comunidade. Encontramos isso escrito no artigo 99 do estatuto, o que prevê que a vida social universitária terá as seguintes organizações fundamentais,

Art. 99. A vida social universitária terá com organizações fundamentais:

- a) associações de classe, constituídas pelos corpos docente e discente dos institutos universitários;
 - b) congressos universitários de dois em dois anos;
 - c) **extensão universitária**; (grifo nosso)
 - d) museu social;
- (BRASIL, 1931).

A extensão universitária era entendida desde a sua criação, numa íntima relação com a sociedade, a qual possuía seu poder político e administrativo cada vez mais centralizado, em meio às heranças da Revolução de 1930. Neste contexto a extensão era compreendida enquanto braço do Estado, espaço de intervenção social, consistindo em mera execução de políticas feitas por ele.

Far-se-ia através de cursos de extensão designados a divulgar, em benefício coletivo as técnicas científicas dos institutos universitários; deveria se processar por cursos e conferências, de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos de universidade; vista como difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos em benefício do aproveitamento individual (BRASIL, 1931, art. 34-42-109).

Destacando assim que a extensão deveria ser feita para quem estava fora da universidade, para as massas que na década de 1930, ano da criação do estatuto, não tinham acesso facilitado a escolarização e muito menos ao ensino superior. Os cursos de extensão popular vinham atender essa demanda populacional, que ao mesmo tempo buscava sanar alguns problemas sociais e aumentava ainda mais o fosso que existia (existia?) entre a sociedade e a universidade.

Todavia, a influência do Movimento de Córdoba, para a tomada de consciência entre os estudantes universitários na América Latina foi de fundamental importância, pois significou o maior movimento estudantil em prol de melhores relações entre a universidade e a sociedade.

De acordo com Melo Neto (2001) a criação da UNE foi fortemente influenciada por esse movimento, sendo ele o marco dos movimentos estudantis e de ações extensionistas pela América Latina.

Várias das formulações daquele movimento [Córdoba] estão presentes entre os estudantes brasileiros, desde a fundação da União Nacional dos Estudantes - UNE - e se externaram, marcadamente, no Congresso da entidade realizado na Bahia. Naquele Congresso (1961), exercitando a autonomia do movimento estudantil, a UNE estabelecem diretrizes, decidindo-se por **abrir a universidade ao povo** (grifo do autor), prestando serviços e promovendo cursos a serem desenvolvidos pelos estudantes em suas faculdades. Esses serviços possibilitariam o **conhecimento da realidade** (grifo do autor) aos próprios estudantes e, assim, a universidade - a extensão - os levaria à realidade. O papel da universidade, através da extensão, seria ainda a **conscientização das massas populares** (grifo do autor), despertando-as para seus direitos (MELO NETO, 2001, p. 9).

Em 1938 é fundada a União Nacional dos Estudantes (UNE), que vai se engajar na luta dos movimentos populares, principalmente entre os anos de 1961 e 1964, mas desde a sua fundação se engajou na luta por aproximar a universidade da comunidade, ainda dotados do conceito assistencialista como forma de ir ao extramuros institucional. Na prática os estudantes universitários realizaram intensas atividades extensionistas, mas desvinculada da instituição universitária.

Nas décadas de 1940 e 1950 as discussões sobre extensão nas universidades tem pouco movimento em âmbito nacional, excetuando as ações desenvolvidas pela UNE,

sendo apenas em 1960 que a discussão sobre o tripé ensino-pesquisa-extensão é intensificada, com forte participação popular.

A importância da UNE para construção do conceito de extensão é imensa, uma vez que pela primeira vez é criada no Brasil uma instituição representativa de todas as categorias e níveis estudantis no país, que por sua vez tem como uma de suas metas, aproximarem da comunidade os conhecimentos produzidos nas escolas, centros de ensino e universidades. Sua maior contribuição foi à metodologia de trabalho utilizada que possibilitava a reflexão sobre as ações realizadas.

Merecem relevância os Centros Populares de Cultura (CPC's), criados em 1938 com ações alfabetizadoras em todo país; o teatro da UNE, que circulava pelas periferias das cidades com peças reflexivas acerca da realidade nacional; os Centros de Debates, Clubes de Estudo e ainda cursos de educação política que abordavam temáticas de interesse dos trabalhadores (FREITAS NETO, 2011, p.8).

Temos então a Extensão Universitária sendo exigida enquanto prática universitária que saísse dos muros das instituições, a abertura da universidade a comunidade em ações que aproximem os alunos dos não universitários, na busca por uma relação que fizesse a universidade ir até os atores que não entram pelas suas portas e ao mesmo tempo, trazê-los para “dentro” de si.

Em 1961, ano que se realiza o I Seminário Nacional da Reforma Universitária, promovido pela UNE, em Salvador – BA foi exigido o acesso do povo as universidades. Nesse seminário uma carta foi redigida no sentido de envolver a população nas lutas estudantis, que eram também de toda a população. Uma reforma universitária era exigida, compromissada com o povo brasileiro.

No que define as diretrizes para a Reforma no Compromisso com as Classes Trabalhadoras e com o Povo, definido no seminário baiano, a carta delibera:

Abrir a Universidade para o povo, através da criação de cursos acessíveis a todos; utilizar os Diretórios Acadêmicos ou as próprias Faculdades para realização de cursos de alfabetização de adultos, de mestre de obras nas Escolas de Engenharia, para líderes sindicais nas Faculdades de Direito. Promovê-los não só nos prédios das Escolas, como em favelas, circunvizinhanças de fábricas e bairros operários. Colocar a Universidade a serviço das classes desvalidas com a criação de escritórios de assistência judiciária, médica, odontológica, técnica

(habitações, saneamento de vilas ou favelas), etc. Que isto não seja realizado paternalisticamente é necessário, sobretudo despertar a consciência popular para seus direitos (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961).

Não podemos esquecer que, se por um lado a concepção de extensão que se tinha era a de uma organização assistencialista, por outro havia a repressão pela qual o país passava com o regime militar²⁵ instaurado no país, que limitava o discurso mais ferrenho de cunho denunciador a pobreza e a miséria social e pela qual o Brasil passava. Para Gurgel (1986) os estudantes brasileiros, desde o início das atividades extensionistas, foram responsáveis atividades extensionistas, antes de ser apropriada pelo discurso ditatorial.

Carneiro e Souza (2009) afirmam que na década de 1960 o país passava por um momento histórico em que nas universidades o público dominante era elitista, parcela mínima da população, mas que mesmo assim já se tinha um engajamento universitário em projetos de assistência e promoção social. Mesmo essas ações sendo ainda dominadas por um caráter autoritário e assistencialista.

Na busca de superação da dimensão de prestação de serviços assistencialistas e voluntarista, a extensão universitária é redimensionada com ênfase na relação teoria-prática, na perspectiva de uma relação dialógica entre universidade e sociedade, como oportunidade de troca de saberes.

Sobre esse período em que a concepção de extensão universitária estava no campo do voluntarismo e do assistencialismo, Serrano (2011, p. 6) afirma que:

O Voluntarismo como momento da extensão Universitária, reveste-se também de forma positiva, de um início de uma tomada de consciência da necessidade de mudanças na forma de atuação das Universidades, em sua relação com a sociedade.

Para esse autor, os princípios que norteiam essa concepção de ação voluntária sócio-comunitária da extensão abrem ao diálogo as ações da universidade no Brasil, que vão passar de uma postura autoritária, verticalizada, “coisificada” do homem e com as

²⁵ Período entre 1964 e 1985, no qual o Brasil esteve sob o governo dos militares, caracterizado pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar. Desse modo as atividades extensionistas não poderiam continuar a ter um caráter de conscientização política, nem de difusão cultural, forçados nos ideais de liberdade. Durante esse período elas, as atividades extensionista, se restringiam ao assistencialismo social.

Universidades Populares e o Movimento Estudantil, para buscar a edificação de um diálogo, este como princípio de trabalho da extensão, para construir relações com os outros e com o mundo.

O Congresso Nacional aprovou em 1968 com a Lei nº 5.540, de 28/11/68, a Reforma Universitária, que definiu normas de funcionamento e organização do ensino superior, e o presidente da República, invocando o Ato Institucional nº 5, de 13/12/68, editou o Decreto-lei nº 464, de 11/2/1969, estabelecendo "normas complementares à Lei nº 5.540.

A Reforma Universitária de 1968 tornou a Extensão obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino superior e nas universidades, como cursos e serviços especiais estendidos à comunidade. Essa reforma representou um avanço no melhoramento da educação superior brasileira, ressaltados os aspectos autocráticos da obrigatoriedade, frutos do regime então vigente, centralizador e ditatorial.

Souza (2000) *apud* Florido (2010, p. 12) afirma que:

Após o Manifesto de Córdoba na Argentina (1918), a criação da UNE e o contexto político-social pós Getúlio intensificou-se a discussão em torno do compromisso social da Universidade e os estudantes tomaram para si a bandeira da expansão do conhecimento acumulado nos meios intelectualizados e a responsabilidade quanto à promoção cultural dos brasileiros. Através de programas de alfabetização para adultos pelo método freiriano e difusão da cultura popular, estabeleceram parcerias com a igreja e com movimentos sociais para a realização de projetos extensionistas.

Nos anos 1980, a extensão entrou em evidência junto ao MEC, no que se refere aos estudos acadêmicos, com o término da Ditadura Militar e o começo da abertura política nacional.

1.3 FORPROEX e a importância das suas ações

É a partir da década de 1980 que as discussões acerca da importância e dimensões que a extensão necessitava ter nas universidades vão ganhar mais força.

A década de 80 marcou o início de uma nova fase da Universidade, com a implementação de sua democratização (...) houve uma reformulação do conceito utilizado para extensão. A extensão passou a ser buscada além da sua compreensão tradicional, de disseminar conhecimentos, prestar serviços ou difundir cultura. (...) o compromisso com a população passou a ser o eixo das atividades e a extensão passou a ser entendida como articuladora do ensino e da pesquisa, “vinculando-as ao exercício de transformação da Sociedade” (SOUZA, 2000, *apud*, FERNANDES, 2008, p.97).

Hunger (1998) afirma que na década de 1980 há uma crise identitária no que se refere à concepção de universidades no Brasil. O autor faz um breve levantamento do que foi escrito na época sobre o tema, assinalando que os títulos não são animadores:

Literatura produzida na década de 80 sobre a Universidade Brasileira denuncia as suas limitações: "As sete pragas da universidade brasileira" (LEITE, 1980); "Intelectuais e vivaldinos" (DEMO, 1982); "Extensão universitária: versão e perversões" (CARNEIRO, 1985); "A Universidade em ritmo de barbárie" (GÍANOTTI, 1986); "Pesquisa universitária em questão" (SCHWARTZMAN e CASTRO, 1986); "Extensão universitária: comunicação ou domesticação" (GURGEL, 1986); "Ensino público e algumas falas sobre universidade" (SAVIANI, 1987); "A sinecura acadêmica - a ética universitária em questão" (COELHO, 1988); "A universidade brasileira nos anos oitenta: sintomas de regressão institucional" (CUNHA, 1989). Dentre tais leituras, constata-se que a crise da Universidade está na sua identidade e a Extensão Universitária constitui uma função importante para sua definição no contexto da inserção social. (HUNGER, 1998, p. 15)

É em meio a esse cenário apontado por Hunger que no ano de 1987 é instalado o Fórum Nacional de Pró – Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, durante o I Encontro de Pró-reitores. Este fórum foi responsável a partir de então pela

discussão prática, funcionamento, bem como a base teórica e conceitual da própria extensão.

A criação do Fórum Nacional ocorre tendo como base algumas questões já consensuais entre seus membros participantes, as quais seriam o fundamento para elaboração das políticas de Extensão. Isso significa que o entendimento entre os Pró-Reitores se deu a partir dessas ideias consensuais, que podem ser apreendidas como conclusões dos documentos dos encontros regionais. São elas: o compromisso social da Universidade na busca da solução dos problemas mais urgentes da maioria da população; a Indissociabilidade entre as atividades de Ensino, Extensão e Pesquisa; o caráter interdisciplinar da ação extensionista; a necessidade de institucionalização da Extensão no nível das instituições e no nível do MEC; o reconhecimento do saber popular e a consideração da importância da troca entre este e o saber acadêmico; e a necessidade de financiamento da Extensão como responsabilidade governamental (NOGUEIRA, 2001.p.67).

De acordo com o que nos informa o site da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro²⁶,

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometido com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. São membros natos do FORPROEX, com direito a voz e voto, os Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos equivalentes das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras.

Foi em Brasília, entre os dias 4 e 5 de novembro do ano já mencionado que ocorreu o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, estando presentes nele representantes de 33 universidades públicas do país. Nesse encontro foi redigido²⁷, durante as plenárias, um documento que definia o conceito de extensão universitária para essa organização,

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da

²⁶ Disponível em <http://b200.nce.ufrj.br/~pr5/index.php/o-que-e-extensao/forum-de-pro-reitores.html>, acessado em 10. 06.11.

²⁷ Documento disponível no site do FORPROEX (<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>), acessado em 20. 06. 11.

elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (I ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX, 1987.p. 2).

Podemos notar que o tom do discurso que essa definição de extensão trás já é mais articuladora dos processos de ensino e pesquisa, uma vez que ele apresenta uma extensão diferente da que foi gestada, até então. A visão assistencialista da extensão começa a ser questionada e o retorno acadêmico, que esse processo instrumentaliza, também começa a ter destaque na compreensão dos Pró-Reitores de Extensão das IPES. Ainda na década de 1980, agora indo além da disseminação de conhecimentos, a Extensão Universitária é compreendida como ações realizadas também através de cursos, seminários e conferências, da prestação de serviços, com consultorias e assessorias e a difusão cultural, com a realização de eventos e produtos artísticos e culturais.

A população e sua relação com a academia vão ser o norte das ações extensionistas, creditando a essas ações uma maior democratização do conhecimento, com uma concomitante produção dessa confrontação com a realidade que é a ida a campo, o contato com a realidade social que a maioria das ações extensionistas proporciona.

O já citado documento, redigido durante o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão em 1987, também define a institucionalização da extensão, uma vez que a mesma é entendida agora como indissociável do ensino e da pesquisa. Desse modo, as medidas e procedimentos que direcionem as atividades acadêmicas foram divididos em três grupos. O primeiro refere-se às medidas e procedimentos de ordem metodológica, o segundo diz respeito às medidas referentes à estrutura universitária e o terceiro à valorização da extensão regional e nacional.

As medidas e procedimentos de ordem metodológica dizem respeito a forma como as ações acadêmicas devem ser desenvolvidas, visando maior integração da universidade na sociedade. Neste contexto, devem ser enfatizadas no processo extensionista os seguintes enfoques e ações:

1. As Instituições de Ensino Superior Públicas (IESP) orientarão sua política de extensão objetivando prioritariamente a transformação social que implique na melhoria das condições de vida da maioria da população.
2. Serão consideradas atividades de extensão, exclusivamente aquelas referenciadas nas diretrizes conceituais deste documento.
3. Os estágios curriculares e extracurriculares estarão inseridos na política extensionista definida pela Universidade.
4. Será garantida a participação das comunidades envolvidas no trabalho, na elaboração, execução e avaliação dos projetos de extensão das Universidades.
5. Serão fomentadas ações que propiciem a sensibilização da comunidade acadêmica às atividades de interesse social.
6. A divulgação dos trabalhos de extensão será estimulada através de publicações e outros meios de comunicação
7. Recomenda-se que as universidades desenvolvam mecanismos de avaliação permanente da pesquisa e do ensino, do ponto de vista de suas importâncias para a sociedade (ANAIS DO I FÓRUM DO FORPROEX, 1987).

Nesse texto vemos que a comunidade não é concebida, apenas como mera receptora das ações da universidade. É garantido o direito a participação da comunidade que terá intervenção no planejamento, execução e avaliação das ações extensionistas. A universidade precisa ser sensível à realidade dos grupos e comunidades que vai intervir para que o planejamento faça sentido e a ação promova desenvolvimento, considerado nos Anais do I Fórum do FORPROEX.

O estímulo através de editais, bem como a fiscalização das atividades extensionistas, propicia a extensão um caráter mais sério e ligado intrinsecamente ao funcionamento das IES, as quais passam a vincular os estágios as ações extencionistas.

No que diz respeito às *Medidas Referentes à Estrutura Universitária*, o outro grupo em que as medidas e procedimentos para a institucionalização da Extensão universitária foi dividido, referente ao funcionamento da extensão dentro dos departamentos, suas normas, políticas, conselhos competentes e como ela se adaptará a estrutura organizacional da universidade, de modo que fique no mesmo nível do ensino e da pesquisa.

As Medidas para a Valorização da Extensão Regional e Nacional, último dos grupos que referendam a institucionalização da extensão, versam sobre o MEC e a criação de um órgão representativo responsável pela extensão na estrutura organizacional do mesmo, bem como sobre a busca por uma integração em nível regional e nacional dos Pró-Reitores de Extensão, de Ensino, de Pesquisa e de Pós-Graduação, por meio de encontros periódicos que aproximem seus planejamentos, fortalecendo as ações universitárias.

O documento redigido durante o I Encontro Nacional de Pró-reitores de Extensão delibera sobre os financiamentos da extensão, os quais precisam ter recursos separados nos orçamentos das universidades, com verbas permanentes para os programas e projetos, de modo a assegurar sua continuidade. Além disso, abre espaço para que outras agências possam também financiar a execução desses projetos. Está previsto no mesmo documento que o MEC deve criar um fundo de recursos separado para financiar projetos e programas de extensão e estabelecer um sistema de bolsas para extensão no mesmo nível que as bolsas de iniciação científica e de monitoria (I FÓRUM DO FORPROEX, 1987).

Por fim, o documento, que é o regimento inicial do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, estabelece que os objetivos da sua existência e do seu funcionamento são:

- I - Formulação de diretrizes básicas que permitam a articulação das ações comuns das Pró-Reitorias das IESP da área, a nível regional e nacional;
- II - Estabelecimento de políticas de ações que visem à orientação e fortalecimento de atuação das Pró-Reitorias;
- III - Articulação permanente com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileira (CRUB), visando à análise e encaminhamento das questões referentes à área de atuação das Pró-Reitorias;
- IV - Articulação permanente com o Fórum de Pró-Reitores de Ensino e com o Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem a real integração da extensão, ensino e pesquisa;
- V - Contato com os órgãos governamentais e outros segmentos da sociedade, atuando como interlocutor sobre questões e políticas relacionadas com a área de atuação das Pró-Reitorias (*I FÓRUM DO FORPROEX, 1987*).

Além da institucionalização, conceituação e o financiamento para as atividades da extensão, a criação desse órgão, o FORPROEX, vai assegurar o funcionamento do Plano Nacional de Extensão, o primeiro documento regulador do conceito e ações de Extensão Universitária, publicado em 1999.

1.4 Plano Nacional de Extensão das IPES (1999)

O Plano Nacional de Extensão Universitária consiste em um texto no qual as discussões, iniciadas em 1987, na formação do FORPROEX, vão servir de baliza para seus princípios. Ele foi elaborado pelo FORPROEX e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto. E, de acordo com seu texto inicial,

O Plano não pretende subtrair das universidades a capacidade de decidir sobre seus programas de extensão universitária. Tendo sido elaborado em debate aberto, representa o pensamento de grande parte das comunidades universitárias brasileiras, reconhece a autonomia da universidade e apresenta propostas orientadas por valores civilizatórios (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. CONCEITUAÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. NOV, 1999).

Este plano nacional significou um grande avanço para o desenvolvimento das instituições acadêmicas, uma vez que, através da união temática de programas que tenham os mesmo temas, foi possível haver uma maior unidade nacional acerca das discussões e ações desses programas. O reconhecimento, pelo poder público de que a extensão não é mais a terceira esfera do funcionamento universitário e sim a base, juntamente com o ensino e a pesquisa, garantiu também verbas que viabilizassem a continuidade dos programas extencionistas.

Ele expressa a Política Nacional de Extensão, pactuada pelas IES, que integram o FORPROEX. O Plano Nacional de Extensão faz parte de um conjunto de três documentos/livros²⁸, publicados tanto no site do FORPROEX, quanto de forma impressa, que servem de marco para a compreensão da extensão universitária no país.

²⁸ Os três documentos básicos - Plano Nacional de Extensão Universitária, Sistemas de Dados e Informações - base operacional, e Avaliação da Extensão Universitária.

Entre os principais objetivos do Plano Nacional, podemos destacar os que mais se aproximam da nossa pesquisa, que são²⁹:

- Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- Assegurar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade;
- Dar prioridade às práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes como as relacionadas com as áreas de educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda;
- Estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade;
- Criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;

A ação direta na sociedade, transformando a realidade, agindo na mudança e desenvolvimento social é a marca das ideias presentes nesse plano, que é desenvolvido através de planos regionais e institucionais a partir de áreas temáticas³⁰: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho. São a partir dessas áreas que as ações são planejadas e executadas, tendo em vista o caráter horizontal das escolhas.

As ações, em cada área temática, serão executadas segundo linhas programáticas definidas, com o cuidado de ser estimulada a interdisciplinaridade, o que supõe a existência de interfaces e interações temáticas. Ênfase especial deve ser dada à participação dos setores universitários de extensão na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a maioria da população, à qualificação e educação permanente de gestores de sistemas sociais e à disponibilização de novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e ao **desenvolvimento tecnológico e social do país** [grifo nosso] (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. CONCEITUAÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. NOV, 1999).

²⁹ Texto retirado dos objetivos do Plano Nacional de Extensão universitária. Conceituação de Extensão Universitária. Nov, 1999.

³⁰ Inicialmente denominadas de Grupos Temáticos.

O texto conclui com a indicação da realização de parcerias com órgãos e instituições ligadas às áreas e articulações políticas com agências de desenvolvimento, para prover o financiamento da extensão, bem como a criação de um sistema de avaliação de metas, realizada pela instituição. O FORPROEX também mantém a Rede Nacional de Extensão – RENEX³¹, a qual possui um cadastro atualizado sobre as instituições que fazem parte dessa organização, divulgando os eventos, ações e atividades das mesmas, bem como a referida rede. A RENEX também coordena o Sistema Nacional de Informação de Extensão, o SIEX/BRASIL³².

1.5 Criação e institucionalização do PROEXT

Em 2003, de acordo com Fernandes (2000), num diálogo entre o FORPROEX e o MEC/ SESu³³, foi criado o Programa de Extensão universitária - PROEXTE, Programa de Fomento a Extensão Universitária, base para o PROEXT³⁴, que visa apoiar as IPES no tocante ao desenvolvimento de programas e projetos de extensão que tragam contribuição para a implementação de políticas públicas e melhoria social.

PROEXT é um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições Federais, Estaduais e Municipais de Ensino Superior tendo como objetivos:

1. Apoiar as Instituições Públicas de Ensino Superior no desenvolvimento de programas e projetos de extensão, conforme o enquadramento da instituição, que contribuam para a implementação de políticas públicas.
2. Potencializar e ampliar os patamares de qualidade das ações propostas, projetando a natureza das mesmas e a missão das instituições de ensino superior públicas.

³¹ Site da Rede Nacional de Extensão: <http://www.renex.org.br/>.

³² O SIEX é um sistema de informações que monitora facilita o acompanhamento das ações e avaliações da extensão universitária no país, bem como do INEP e do MEC, tudo de forma virtual, *on line*.

³³ Secretaria de Educação Superior do Brasil.

³⁴ Programa de Extensão Universitária, voltado à promoção de políticas públicas.

3. Estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior.
4. Contribuir para a melhoria da qualidade de educação brasileira por meio do contato direto dos estudantes com realidades concretas e da troca de saberes acadêmicos e populares.
5. Dotar as Instituições Federais, Estaduais e Municipais de Ensino Superior de melhores condições de gestão de suas atividades acadêmicas de extensão para os fins prioritários enunciados nesse programa (PROEXT 2013 – MEC/SESu).

O PROEXT foi regulamentado pelo Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2003 e os temas desenvolvidos por esses programas são: Formação de professores para o sistema educacional; Atenção integral a família; Combate a fome; Erradicação do trabalho infantil; Combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; Juventude e desenvolvimento social; Geração de trabalho e renda em economia solidária; Promoção e/ou prevenção a saúde; Violência urbana; Direitos Humanos; Educação de jovens e adultos; Atenção a pessoa idosa, a pessoa com deficiência e as populações indígenas e quilombolas; Atividades complementares ao Programa Brasil Alfabetizado; Educação Ambiental e apoio ao desenvolvimento comunitário; Inclusão étnica; Apoio a organização e desenvolvimento comunitário; Inclusão social dos usuários de drogas; Inclusão Digital; Apoio as atividades de escolas públicas; Ensino de Ciências; Educação de jovens e adultos, incluindo apoio ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de educação, alfabetização e letramento³⁵.

A cada ano um novo edital é publicado e apresenta nos seus temas algumas demandas da atualidade do país, dentro dos temas acima citados. Dessa forma novos subtemas são adicionados as grandes áreas temáticas, para tentar abranger as necessidades educacionais, culturais e políticas do país.

As universidades tem no PROEXT um programa de extensão universitária que visa incentivar o desenvolvimento de ações voltadas à promoção de políticas públicas. Ele age de maneira a proporcionar aos estudantes um contato direto com realidades sociais da sua comunidade, bem como a troca de saberes acadêmico. São realizadas

³⁵ Dados obtidos em <http://portal.mec.gov.br>.

chamadas públicas no site do MEC e instituições públicas de ensino superior do país inteiro podem se candidatar e enviarem suas propostas.

Cada universidade define a sua gestão do PROEXT, com base no art. 53 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o repasse de recursos pelo MEC é realizado por meio de descentralização ou convênio. De 2003 a 2010, foram apoiados 1.274 projetos de extensão executados em 70 municípios brasileiros³⁶.

O programa foi criado para racionalizar as ações de apoio à extensão universitária desenvolvidas no âmbito do Ministério da Educação. Desde o início do programa ampliaram-se as parcerias interministeriais, estando atualmente comprometidos com o PROEXT os Ministérios da Pesca e Aquicultura, da Saúde, das Cidades, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, da Cultura e do Trabalho e Emprego, juntamente com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres³⁷.

A compreensão da Extensão Universitária, enquanto Política Pública Educacional é concebida por mim, a partir da leitura dos editais do PROEXT, bem como do sítio eletrônico do mesmo, afirmando que esse órgão apoia à implementação de políticas públicas no Brasil, sendo desse modo à extensão uma política pública educacional que em suas ações realiza a inclusão social via IPES.

Após esse breve histórico do funcionamento da Extensão Universitária no país, compreendemos que a mesma pode ser entendida no sentido de possibilitadora do desenvolvimento social, uma vez que de acordo com a definição governamental³⁸, a extensão é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade, orientado pelo princípio constitucional da indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa, que visa a melhoria das relações e condições da sociedade.

Nesse sentido, o PROEXT vai abranger a extensão universitária com ênfase na inclusão social, buscando em muitos de seus textos/editais, preencher lacunas que o poder público no “extra universidade” deixa em aberto. É a partir dos editais do

³⁶ Dados obtidos no site do MEC: http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foifeito/program_116.php, acessado em 28.01.11.

³⁷ Dados obtidos em: www.mec.gov.br, acessado em 22.09.11.

³⁸ Dados obtidos no site www.portal.mec.gov.br/proext/, acessado em 12.10.2010.

PROEXT, que o programa que vamos analisar – PIATI – foi possível, pois nele temos a interdisciplinaridade como base das ações e a temática “idoso” surgiu como uma das preocupações das políticas públicas educacionais a partir de 2003, mostrando que a reconfiguração etária nacional ganha espaço nas políticas públicas educacionais universitárias.

Nos editais do PROEXT, no que diz respeito à relação com a sociedade, a palavra “desenvolvimento” é repetida nos três pontos que explicitam seus objetivos:

1. Impacto social, pela ação de superação dos problemas sociais, contribuição a inclusão de grupos sociais, ao **desenvolvimento** [grifo nosso] de meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento e a ampliação de oportunidades educacionais, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação;
2. Relação multilateral com os outros setores da sociedade, pela interação do conhecimento e experiência acumulados na academia com o saber popular e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, com vistas ao **desenvolvimento** [grifo nosso] de sistemas de parcerias interinstitucionais; e
3. Contribuição na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao **desenvolvimento** [grifo nosso] regional e nacional (PROEXT – MEC/SESu).

Desse modo, faremos no próximo capítulo uma análise sobre os sentidos atribuídos ao desenvolvimento, explicitando a concepção que adotaremos nessa pesquisa, de forma que as ações realizadas em projetos e programas de extensão universitária sejam compreendidas como maneiras de se buscar o desenvolvimento.

II CAPÍTULO: Movimento Sinérgico: Desenvolvimento

“Ora, mudanças na sociedade humana são mudanças sociais, desenvolvimento, portanto, é mudança social” (FRANCO, 2012).

O conceito de desenvolvimento historicamente possui dois sentidos, um ligado ao crescimento econômico, limitado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o outro que leva em conta o grau de satisfação das necessidades humanas (FURTADO, 1980).

Para Veiga (2005), existem três correntes de compreensão sobre o desenvolvimento. O primeiro seriam os fundamentalistas, que entendem o desenvolvimento como crescimento econômico. Contudo, essa concepção foi enfraquecida com a criação do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), em 1971, através do "Relatório do Desenvolvimento Humano" e do lançamento do "Índice de Desenvolvimento Humano" (IDH), que vai levar em conta fatores de melhorias sociais para compreender o desenvolvimento.

A negação do desenvolvimento é o norte da segunda corrente. Veiga também afirma que os estudiosos que coadunam dessa concepção de desenvolvimento enquanto “mito” denominam-se de pós-modernistas. Autores como Giovanni Arrighi, Oswaldo de Rivero, Majid Rahnema, Gilbert Rist e Celso Furtado são representantes dessa vertente.

A terceira vertente, que usaremos como norte para nossas pesquisas é a que compreende o desenvolvimento como liberdade, ganhando destaque com a publicação do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano (1990), tendo nas publicações e estudos de Amartya Sen em 1996 e 1997 a noção da necessidade da garantia dos direitos individuais de todas as pessoas para que se efetive a liberdade de cada um.

A liberdade individual é um comprometimento social, tudo que limita as escolhas e as oportunidades das pessoas deve, de acordo com Sen (2000), ser eliminado. As liberdades dependem também de outros determinantes, como serviços de saúde, educação e direitos civis, pois o desenvolvimento deve eliminar as principais fontes de privação de liberdades, como a pobreza, a tirania, a carência de oportunidades econômicas, a destruição social sistemática, a negligência dos serviços públicos e a intolerância ou interferência de Estados opressivos (VEIGA, 2010).

Às vezes, a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças curáveis, à oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, a possibilidade de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como, por exemplo, a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação, ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais (VEIGA, 2010.p. 36).

Concordamos com Sen e com Veiga que desenvolver é ser livre. O alcance da liberdade só se dará quando todos os indivíduos de uma sociedade tiverem acesso aos bens, serviços e assistência a que desejam, levando em conta os variantes de geração, gênero, etnia, pertencimento cultural, religioso e identidade de cada grupo. Desse modo, adotamos nessa pesquisa o conceito de desenvolvimento atrelado a liberdades básicas, utilizando, em especial, as concepções de Sen. Vejamos agora algumas concepções sobre o conceito de desenvolvimento.

2.1 AS VÁRIAS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO

O termo “*desenvolvimento*” possui diversos significados, variando conforme a área do conhecimento em que ele é aplicado seja para explicar um fenômeno ou mesmo para definir um conceito.

Para Franco,

Desenvolvimento é o movimento sinérgico, captável por alterações de algumas variáveis de estado, que consegue estabelecer uma estabilidade dinâmica em um sistema complexo, no caso, uma coletividade humana. Crescimento é movimento. Mas movimento não pode ser reduzido a crescimento. Criar, crescer, renovar, reinventar – tudo isso é movimento, não apenas crescer. Crescer é importante, mas tem limites relativos aos valores de outras variáveis, melhor dizendo, à configuração global do arranjo de todas as variáveis que expressam fatores de desenvolvimento. Para além desses limites, o crescimento deixa de ser sinérgico e, assim, deixa de significar desenvolvimento (FRANCO, 2012, s.d.).

A maior parte dos conceitos que encontramos nos dicionários da língua portuguesa nos trás o significado de desenvolvimento como “progresso”, “melhoramento”, “avanço”, “crescimento”, “evolução”. E durante muito tempo, o termo *desenvolvimento* estava ligado apenas ao crescimento econômico, seja de uma sociedade, de uma nação, ou mesmo de uma pessoa.

Cândido (2010) compreende o desenvolvimento para além das conquistas econômicas. Para ele, mesmo as projeções de um futuro melhor estão implícitas nesse processo.

Desenvolvimento constitui um termo versátil; pode ser aplicado tanto como um meio quanto um fim. Como meio, compreende um processo orientado que busca alcançar um bem-maior, seja ele riqueza, poder, felicidade etc. Ao tornar-se um fim, o desenvolvimento converte-se no objetivo de ações e estratégias estabelecidas; ele implica uma situação futura positivamente diferente da atual e traduz, implicitamente, as definições de riqueza, poder, felicidade etc. (CANDIDO, 2010, p. 28).

Sendo meio, o desenvolvimento é um processo que levará a algum lugar diferente do atual e melhor, pois enquanto processo e enquanto avanço, ele propicia melhoras, independente da natureza das mesmas. Pensando enquanto fim, o desenvolvimento trará ganhos finais, é um estado de gozo de algo que foi alcançado.

O desenvolvimento implica em se ter estratégias processuais, que são ações orientadas a fins, potencialmente, evolutivos. Por isso, requer planejamento e gestão. Para se ter um desenvolvimento durável

deve-se buscar a participação dos atores envolvidos, permitindo um progresso gradativo, através de um planejamento de curto e longo prazo que contemple as esferas econômica, social e ambiental (ULLRICH, 2009, p. 26).

Compreender o desenvolvimento como ganho é uma forma positiva de entender esse conceito que define uma forma, tomada aqui como coletiva, de melhoria social, cultural, econômica, educacional e ambiental.

[...] O desenvolvimento pode permitir que cada indivíduo revele suas capacidades, seus talentos e sua imaginação na busca da auto-realização e da felicidade, mediante esforços coletivos e individuais, combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo gasto em atividades não econômicas. [...] Maneiras viáveis de produzir meios de vida não podem depender de esforços excessivos e extenuantes por parte de seus produtores, de empregos mal remunerados exercidos em condições insalubres, da prestação inadequada de serviços públicos e de padrões subumanos de moradia (VEIGA, 2005, p. 80-81).

As capacidades individuais podem produzir um conjunto de ações que tragam melhoria de vida a coletividade. Veiga mostra que a realização pessoal depende também de fatores extra econômicos, levados em conta a partir de necessidades específicas de um grupo social ou cultural.

Creemos que o desenvolvimento ocorre em um dado território, sendo ligada a autoconfiança coletiva em conceber recursos, mobilizando os já existentes, atuando de forma cooperativa e solidária. Desse modo, não há como relacioná-lo apenas com avanços materiais, pois a proposta central do desenvolvimento está em conceder aos seres humanos, dignidade enquanto cidadãos, através de um conjugado de valores que compreendam justiça, democracia, ética, solidariedade, segurança e outros que atendam suas necessidades de bem-estar social, de infraestrutura, de sustentabilidade.

O desenvolvimento jamais será obtido individualmente. É necessária a articulação das pessoas em comunidades, que vão refletir a identidade que caracterizará essas pessoas e a construção social regional dessa comunidade. Esse processo gera um conjunto específico de valores regionais, que vai ocorrer num dado recorte de território, definindo e especificando ações e políticas para essa região ou localidade.

Para Franco (2012) o desenvolvimento é crescimento, mas um crescimento que traga na sua bagagem mudanças tanto qualitativas, como quantitativas, no âmbito social, cultural, econômico, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Tenho sempre defendido esse argumento, mas não custa repetí-lo aqui. Durante muito tempo acreditamos que o fator econômico era o único determinante do desenvolvimento. Hoje sabemos que o desenvolvimento tem muitas dimensões – econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica –, que mantêm umas em relação às outras, um relativo grau de autonomia. Todas essas dimensões comparecem no processo de desenvolvimento, em conjunto, determinando-o ou, em particular, cada qual o condicionando. Em outras palavras, estou afirmando que não existe alguma coisa como um primado da determinação econômica. Isso é um mito! (FRANCO, 2012, s.d.).

Embora, concordemos com Franco, que o “primado da determinação econômica” seja em certo modo, um mito para a melhoria do bem estar social, precisamos nos render a realidade de que para se alcançar algumas necessidades individuais e coletivas, se faz necessário que o crescimento econômico ande junto com as melhorias sócias, um alicerçando o outro. Nesse sentido, coadunamos com a contribuição de Sachs (2001) ao enfatizar:

Por outro lado, o fato de que o desenvolvimento não está contido no crescimento econômico não deve ser interpretado em termos de uma oposição entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento econômico, se repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, e colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento (SACHS, 2001, p. 157-158).

Segundo Sen, pobreza econômica é também uma forma de restrição às liberdades, pois ela rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter remédios ou mesmo de vestir-se e morar bem. Sen afirma que a compreensão de desenvolvimento só é possível se relacionarmos liberdades instrumentais como o alcance final das ações desenvolvimentistas, tais liberdades como oportunidades econômicas, facilidades sociais, garantias de transparência, liberdades políticas e segurança protetora. Para ele, o desenvolvimento pode ser visto como “um processo de expansão de liberdades reais que as pessoas desfrutam (SEN, 2000, p.17)”.

O que podemos afirmar sobre todas as definições é que, o desenvolvimento envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam, exclusivamente, pelo sistema de mercado, mas que variam de acordo com os desejos e necessidades individuais para atingirem a coletividade, no sentido positivo de crescimento.

2.2 Desenvolvimento Regional

O conceito de região é discutido, atualmente, de maneira bastante abrangente e complementar. Ao se formular uma ideia sobre uma dada região, devem-se levar em consideração os processos sociais, de produção, culturais, de interação, de economia, entre outros.

Para Oliveira (1981), uma região “pode ser pensada praticamente sob qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas, históricas” (OLIVEIRA, 1981, p. 27).

Sobre o conceito de região, enquanto identidade de um espaço, Cândido (2010) afirma que,

[...] É preciso considerar o fato de que “a capacidade de influenciar a produção de espaço é um importante meio de aumento do poder social” (HARVEY, 1992:213), cujos benefícios se traduzem em recompensas materiais. Harvey explica a noção de espaço com auxílio de Foucault, que o descreve como um sistema de contêineres de poder social: “a acumulação do capital desconstrói perpetuamente esse poder social ao dar nova forma às suas bases geográficas” (HARVEY, 1992:217). Assim, é possível compreender por que o capitalismo territorializa e desterritorializa quase que simultaneamente, visando sempre mais poder. É o capital que se manifesta através do domínio do tempo e do espaço (CÂNDIDO, 2010, p. 33).

A região pode ser definida como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares, o que possibilita certa identificação entre seus habitantes.

Conceitualmente a região é uma classe de área, isto é, um conjunto de unidades de área, como os municípios, que apresenta grande uniformidade interna e grande diferença face a outros conjuntos. Os princípios da taxonomia são adotados e os procedimentos operacionais são os da estatística descritiva, entre eles as medidas de variabilidade, a análise fatorial e a análise de agrupamento (CORREA, 1997, p. 186).

Corrêa vai mais além nessa análise, pois, além de afirmar que muitas vezes a diferença perante outros conjuntos é maior que a uniformidade interna, perante as especificidades de interesses dos indivíduos, mesmo dentro de uma mesma região, ele mostra que são esses interesses que propiciaram o desenvolvimento destes espaços, nem sempre convergindo entre si, mas havendo uma tentativa de se uniformizar quando o fim maior for o melhoramento de uma dada região.

Nesse sentido, Cândido afirma que o sentimento de pertencimento pode ser a força que possibilita o desenvolvimento de uma região, advindo da união de forças de pessoas, empresas e instituições que vejam nesse progresso um espelho do sucesso do espaço identitário do qual faz parte.

O desenvolvimento regional, [...] não é necessariamente sinônimo dos fenômenos complementares de crescimento e de progresso. Sua denominação abrange aspectos conceituais destes dois termos, mas apresenta-se como algo mais complexo: tendo a criatividade e o conhecimento humanos como molas propulsoras do desenvolvimento e sendo, a região (espaço ou território) onde ocorre o desenvolvimento, vinculada ao sentimento de pertencimento do ser humano. No entanto [...], o desenvolvimento está intimamente ligado ao crescimento e ao progresso desde as suas origens (CANDIDO, 2010.p. 34).

Oliveira e Lima (2003) afirmam que o desenvolvimento regional pode ser explicado pelo entrecruzamento de três formas que mutuamente se explicam e se bastam, mesmo sendo de naturezas diferentes.

No longo prazo, o desenvolvimento de uma região pode ser explicado como resultado da interação de três forças: alocação de recursos, política econômica e ativação social. Essas forças mantêm relação de interdependência recíproca, ou seja, mantêm relações de retroalimentação. (OLIVEIRA; LIMA, 2003.p.33)

Segundo os autores acima citados, na primeira força, a *alocação de recursos*, o desenvolvimento é associado à disponibilidade de recursos disponíveis, dependendo

também da participação regional no uso de recursos nacionais e estaduais. Esse fator é basicamente exógeno à região e tem características centralizadas.

A segunda força, a *política econômica*, ainda de acordo com Oliveira e Lima (2003), tem relação com os efeitos das políticas macroeconômicas e também as setoriais. Essa dependência das ações do governo central, exógena a região, é quem afeta positiva ou negativamente a região.

A *ativação social*, a terceira força, depende da ativação da população local. Nesse caso é a capacidade que uma região tem de criar um conjunto de elementos, sejam eles políticos, institucionais e sociais que norteiam o crescimento gerado por forças exógenas, no sentido de atingir o desenvolvimento. Já essa força,

[...] é essencialmente endógena e está associada: ao aumento da autonomia de decisão da região; ao aumento da capacidade regional para reter e reinvestir o excedente gerado pelo processo de crescimento; a uma permanente e crescente melhora social (qualidade de vida); e à preservação do meio ambiente (OLIVEIRA; LIMA, 2003.p.33).

Sendo de natureza endógena ou exógena, as forças se entrecruzam no sentido de possibilitar uma relação mais direta para o crescimento da região. É fundamental que se leve em consideração as desigualdades e as oportunidades existentes para que haja desenvolvimento numa dada região.

É necessário que se faça uma leitura da região, para que conseqüentemente possa-se conhecê-la melhor, o que possibilitará a verificação dos problemas, buscando gerar uma diminuição das desigualdades regionais e facilitar a identificação de novas potencialidades. Desse modo a construção de um diagnóstico que ajude a estabelecer critérios, determinando as prioridades locais, vão colaborando para uma melhor estruturação das políticas de desenvolvimento.

2.3 Desenvolvimento Local

Atualmente observa-se uma tendência à valorização do desenvolvimento local, autônomo, integrado e sustentável, que enfatiza as pessoas como sujeitos ativos do lugar onde vivem o que cria um senso de pertencimento e projeta esta percepção ao meio ambiente.

Illrich (2009) enfatiza essa visão de identificação com seu espaço, ao afirmar que,

O desenvolvimento local ou regional é a grande busca das organizações, do Estado e da sociedade. O conceito de desenvolvimento está ligado a inúmeras variáveis e relacionado a diversas questões, desde o desenvolvimento pessoal, até o desenvolvimento de uma organização, localidade, sociedade. (ILLRICH: 2009, p.29)

Faz-se necessário pensar nos atores, e compreender os laços que unem o local aos sujeitos, pois são eles que aplicam ao local um sentido particular, a partir o qual os sujeitos fundam as suas experiências cotidianas, e é a partir desse pressuposto que podemos entender o desenvolvimento local.

A necessidade do desenvolvimento local surge para dar uma função aos territórios, afirmando a singularidade de cada local. É sempre uma procura pelas maiores potencialidades, bem como as vantagens comparativas de cada território, espaço, região onde os empreendimentos se concretizam.

Portanto, as relações entre os atores e organizações (Estado, mercado e sociedade civil) ocorrem em um determinado espaço ou local, que pode ser entendido tanto no sentido de espaço delimitado, de abrangência; como no sentido de espaço abstrato das relações sociais que se quer privilegiar (FISCHER, 2002). O espaço possui duas concepções, afirma Santos (2000), baseando-se na teoria de François Perroux. A primeira concepção é o espaço da economia, pois, para ele, a economia produz um espaço a partir das escolhas que as empresas fazem de pontos do território, necessários à sua sobrevivência. A outra concepção é a do espaço dos geógrafos, onde tudo está contemplado, e não apenas os fluxos econômicos. É nesse espaço que se realiza a vida coletiva, onde os atores estão presentes (ILLRICH, 2009, p.29).

A solução dos problemas regionais, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida demandam o fortalecimento da sociedade e das instituições locais, pois são estas que transformarão o impulso externo de crescimento em desenvolvimento. É a partir do

local que o regional é praticado, são forças endógenas, mas que ao mesmo tempo recebem influências exógenas que fortalecem esse impulso (OLIVEIRA; LIMA, 2003).

Portanto, falar em desenvolvimento significa falar em diálogo permanente, em participação efetiva das sociedades locais, pois, caso contrário, estar-se-á sempre reproduzindo as imagens perversas do “bom civilizado” parasitando o “mal selvagem” (OLIVEIRA; LIMA, 2003.p.36).

Ao valorizar os fatores internos ou endógenos, as políticas econômicas partem de outro pressuposto, o de que o “outro” – no caso, as populações locais – precisa ser ouvido. O predomínio do “bom selvagem” sobre o “mau civilizado” dá espaço para novos diálogos e novas perspectivas de emancipação não apenas para alguns iluminados, mas para parcelas maiores da sociedade. O paradigma “desde baixo”, ao invés de negar espaços para a subjetividade dos moradores locais, tende a ampliá-los de maneira inelutável (OLIVEIRA; LIMA, 2003, p.30).

Nessa visão, o global, ou o macro, passa a ter sua importância associada ao local, ao micro e vice e versa, já que um está em constante mudança por conta das interferências do outro. Por esse motivo, encontramos alguns autores que se utilizam do termo “glocal”, a junção dos dois aspectos, para se referir ao desenvolvimento.

2.4 Desenvolvimento Social

A Organização das Nações Unidas (ONU), através da resolução 2029 da XX Assembleia Geral da ONU, criou em 22 de novembro de 1965 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento que, inicialmente, objetivava coordenar o Programa das Nações Unidas de Assistência Técnica, criado em 1949 e o Fundo Especial das Nações Unidas, criado em 1958. Em 1971, essas duas organizações se unificaram completamente sob o nome de Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A ONU, através do Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH, que leva em questão valores sociais que o Produto Interno Bruto (PIB)³⁹ desconsidera, como a

³⁹ O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer sejam países, estados ou cidades), durante um período

longevidade e a educação das pessoas, tenta analisar relatórios produzidos periodicamente sobre o desenvolvimento das nações buscando elaborar planos de ações para melhorar a realidade das mesmas.

O site do PNUD no Brasil⁴⁰ afirma que

O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver".

O PNUD também dissemina um conjunto⁴¹ de 8 (oito) objetivos, 22 metas e 48 indicadores para o desenvolvimento do mundo, que devem ser cumpridos até 2015, definidos pelos países membros da ONU em 2000, acompanhando os avanços dos países rumo ao seu alcance. Os 8 Objetivos para o Desenvolvimento do Mundo⁴² são:

1. A redução pela metade da pobreza e da fome
2. A universalização do acesso à educação primária
3. A promoção da igualdade entre os gêneros
4. A redução da mortalidade infantil
5. A melhoria da saúde materna
6. O combate ao HIV/AIDS, malária e outras doenças
7. A promoção da sustentabilidade ambiental
8. O estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento

determinado. Ele é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região ou nação.

⁴⁰ <http://www.pnud.org.br/idh/>.

⁴¹ Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

⁴² Disponível em <http://www.pnud.org.br/pnud/index.php>, acessado em 20.02.2012.

Ainda de acordo com o que nos informa o portal do PNUD no Brasil, foi a partir de 1996, quando o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil foi produzido, que o conceito de desenvolvimento humano se firmou no país.

Em 1996, o PNUD lançou o primeiro Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, com o IDH de todos os municípios brasileiros, em parceria com a Fundação IBGE, a Fundação João Pinheiro e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Esse banco de indicadores georreferenciais permitiu estabelecer diagnósticos até então inéditos no Brasil sobre o país, as regiões, os estados e os municípios.

As análises desses dados trouxeram para os gestores dos municípios e estados um panorama aprofundado de realidades sociais, econômicas e culturais de cada região analisada, o que poderia facilitar as ações dos mesmos. Acreditamos que essa é uma visão de desenvolvimento mais centrada no homem enquanto ser social, não afastado do crescimento e poderio econômico, mas trazendo com ponto norteador a qualidade de vida e o bem-estar.

Sobre o desenvolvimento centrado no homem, Furtado (1961), afirma que:

O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação, de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso às formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um futuro melhor para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza e efetiva a melhoria das condições de vida desta população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política. As estruturas de países que lideraram o processo de desenvolvimento econômico e social não resultaram de uma evolução inercial, mas de uma opção política orientada para formar uma sociedade apta a assumir um papel dinâmico nesse processo (FURTADO, 1961 *apud* Cadernos do Desenvolvimento, 2006, p. 25).

É nesse sentido que Franco (2012) nos afirma que se faz necessário reconhecer, que todo desenvolvimento é desenvolvimento social. Para ele, esse entendimento é óbvio, uma vez que o conceito de desenvolvimento se aplica a sociedades. Pois as mudanças só ocorrem para transformar (melhorar) as condições de existência da sociedade humana, que ele denomina como cheia de complexidade. “Ora, mudanças na sociedade humana são mudanças sociais. Desenvolvimento, portanto, é mudança social (FRANCO, 2012, p.2)”.

Mudança social é mudança nos componentes e nas relações entre os componentes do conjunto que constitui o que chamamos de sociedade. Se não houver mudança dos componentes e das relações entre os componentes desse conjunto, não há desenvolvimento. Ora, esses componentes são os seres humanos e essas relações são, em última instância, as relações que se estabelecem entre os seres humanos. Usando, metaforicamente, a linguagem econômica, poderíamos dizer que haverá mudança social quando houver alteração do capital humano e do capital social. [...] Ora, se desenvolvimento é mudança social, mas não é qualquer mudança, então desenvolvimento é aquela classe de mudanças sociais nas quais se verificam alterações dos fatores humanos e sociais que garantam a estabilidade dos sistemas sociais. Em outras palavras, todo desenvolvimento é desenvolvimento social (FRANCO, 2012, p.3).

As afirmações de Franco, apesar de soarem radicais, no sentido de entender o desenvolvimento puro e simplesmente como social, explicitam uma forma diferente de ver o desenvolvimento, colocando as melhorias e os ganhos sociais como centro das melhorias que a humanidade desenvolve. E de acordo com Furtado (1983),

A nós, cientista social caberá à responsabilidade de velar para que não se repitam os erros do passado, ou melhor, para que não voltem a ser adotadas falsas políticas de desenvolvimento, cujos benefícios se concentram na mão de poucos. Quando o consenso se impõe a uma sociedade, é porque ela atravessa uma era pouco criativa. Ao se afastar do consenso, o jovem economista perceberá que os caminhos já trilhados por outros são de pouca valia. Logo notará que imaginação é um instrumento de trabalho poderoso e que deve ser cultivada. Perderá em pouco tempo a reverência do que está estabelecido e compendiado e, à medida que pensar por conta própria, com independência, conquistará a autoconfiança e perderá a perplexidade (FURTADO, 1983 *apud* Cadernos de Desenvolvimento, 2006, p. 27).

A concepção de desenvolvimento humano trouxe às Ciências Sociais Aplicadas o conceito de desenvolvimento social, que vai além do desenvolvimento humano, analisando esse humano na sua relação com seu meio, com a sociedade na qual ele está inserido. Desse modo o desenvolvimento social procura entender como, vivendo em sociedade, o homem alcança progresso e avanços coletivos.

Para Sen (2000), o desenvolvimento se encontra na liberdade das pessoas de efetivar tipos diversos de funcionamentos em sua vida, de acordo com suas escolhas e capacidades, levando em conta as várias coisas que uma pessoa considere valioso ter ou fazer. Desse modo, o desenvolvimento é medido, para o autor pela expansão do conjunto de capacidades das pessoas. É a liberdade de escolher o que acha valioso para

ter ou fazer, tendo possibilidade de opção, significando mais que um mero receptor passivo da ajuda governamental, sendo agente do sistema econômico, político e social.

2.5 Desenvolvimento e liberdades

Amartya Sen, um dos criadores do IDH, em sua premiada (e já citada) obra “*O Desenvolvimento como Liberdade*” (2000), nos dá uma imensa contribuição para a definição de desenvolvimento que buscávamos para utilizar nesse trabalho. Diante de diversas concepções de desenvolvimento, com suas mais inúmeras variáveis, esse autor nos concede um amplo estudo sobre desenvolvimento, possuindo uma visão inovadora sobre o tema.

Para Sen, a expansão da liberdade é o fim prioritário do desenvolvimento e ao mesmo tempo é também o meio central dele. A remoção de vários tipos de restrições que deixam as pessoas pouca escolha e pouca oportunidade para exercerem suas ações racionais é o desenvolvimento.

Existem algumas liberdades instrumentais na promoção de outras liberdades. Para o autor, oportunidades sociais de educação e saúde complementam as oportunidades individuais de participação econômica e política, e estimulam as nossas iniciativas no sentido de superar privações.

Sen pondera sobre o fato de que o mercado faz parte do processo de desenvolvimento. Para tanto, inicialmente, é preciso reconhecer a importância da liberdade de troca de palavras, bens, presentes, para depois valorizar a contribuição do mercado para o crescimento econômico. As trocas fazem desta forma, parte do modo como os seres humanos vivem e interagem na sociedade. Nesse sentido, o acesso à

participação social e ao direito a disibilidade e a visibilidade social também fazem parte da liberdade a que as pessoas têm direito. Estas liberdades já proporcionaram algumas evoluções no contexto do desenvolvimento como a igualdade entre os sexos, a natureza dos cuidados dispensados aos filhos, a conquista do voto direto, o direito de ir e vir, entre outros. Por outro lado, em muitos países do terceiro mundo, esta liberdade não existe, vive-se ainda de forma escrava, sem a liberdade para garantir a satisfação de necessidades básicas, como comer e vestir-se.

Oliveira (2007) coaduna com essa concepção, afirmando que,

Faz-se necessário aumentar o acesso da população às instâncias decisórias, ou seja, à participação efetiva nas tomadas de decisões nas esferas públicas, além de viabilizar seu acesso à riqueza gerada pelo país, através de uma política de distribuição de renda mais justa e igualitária. Permitir, também, a possibilidade do acesso ao conhecimento desenvolvido (popularização do conhecimento) através de política pública educacional que possibilite ao cidadão, desde cedo, ter uma visão crítica. Isso só será possível quando a atenção dos governantes não estiver voltada para índices meramente quantitativos, sem levar em consideração o aspecto qualitativo, base de todo processo (OLIVEIRA, 2007, p.13).

Essa visão do desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades concretas ligadas umas nas outras, permite a apreciação do papel de muitas instituições diferentes, como organizações, governos, autoridades locais, partidos políticos, instituições cívicas, sistemas educacionais e meios de comunicação. O que nos permite reconhecer o papel dos valores sociais, bem como dos valores dominantes que influenciam as liberdades de que as pessoas gozam e resguardam.

Os valores dominantes e os costumes sociais afetam também a presença e a ausência da corrupção e o papel da confiança nas relações econômicas, sociais e políticas. Sendo assim, o exercício da liberdade é mediatizado por valores, mas por sua vez, os valores são influenciados pelo debate público e pelas interações sociais, estes mesmos influenciados pelas liberdades de participação (SEN, 2000).

O desenvolvimento tem que estar relacionado, sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais complexos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2000, p.29).

As rendas individuais, bem como o crescimento do PIB, não são descartadas para entender o desenvolvimento. Eles também compõem para a expansão das liberdades, contudo, fazendo conjunto com as disposições sociais econômicas, como os serviços de educação e saúde, e os direitos civis, como a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas.

Há, para o autor, dois papéis fundamentais da liberdade para o desenvolvimento, que são: papel constitutivo, referindo-se as liberdades substantivas, incluindo capacidades elementares como ter condições de evitar privações, ter participação política e liberdade de expressão. E o papel instrumental, que diz respeito a liberdade global que as pessoas têm de viver do modo como desejarem, buscando alcançar da forma que melhor lhes satisfazem o seu bem estar.

As principais formas de privação de liberdades são, de acordo com Sen, a pobreza e a tirania, a carência de oportunidades econômicas e a destruição social sistemática, a negligência dos serviços públicos e a intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Escolhemos utilizar quatro, entre as cinco espécies de liberdades instrumentais apontadas por Sen como indicadores para analisar o possível desenvolvimento social ocorrido com a intervenção das ações do PIATI na vida dos idosos por ele atendidos. São elas: a liberdade política; as disponibilidades econômicas; as oportunidades sociais; e a proteção da segurança.

As liberdades políticas referem-se:

(...) Às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter a liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos, etc. Incluem os direitos políticos associados às democracias no sentido mais abrangente (abarcando oportunidades de diálogo político, dissensão e crítica, bem como direito de voto e seleção participativa de legisladores e políticos) (SEN, 2000, p. 55).

Compreendendo que o nosso universo pesquisado são as ações que um programa extensionista (PIATI) desenvolveu ao longo de 4 anos com idosos que em sua maioria vivem em bairros pobres da cidade de Campina Grande - PB e que em grande parte,

também são vítimas das dificuldades educacionais de mais de 6 décadas atrás no Brasil⁴³. Desse modo, para compreendermos como as liberdades políticas, ou a falta delas se efetiva no meio analisado, buscamos verificar se os idosos que participam da pesquisa tem acesso ao processo eleitoral municipal, estadual e nacional, que concepção eles possuem sobre política, como se dá (quando existe) a representação da comunidade junto as autoridades municipais. Também buscamos saber se esses idosos participam de algum grupo ou conselho no seu bairro e na cidade.

No tocante as coordenadoras do programa, bem como dos alunos que participaram dos projetos no período analisado, os inquirimos sobre as contribuições que eles atribuem a intervenção do programa na vida desses idosos para uma maior conscientização política.

As facilidades ou disponibilidades econômicas se referem às oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. Esta relação depende das condições mercadológicas existentes no processo de desenvolvimento econômico, como também das disponibilidades de financiamento por parte do Estado e da distribuição de renda.

Restrições arbitrárias aos mecanismos de mercado podem levar a uma redução de liberdade devido aos efeitos consequências da ausência de mercados. Negar às pessoas as oportunidades econômicas e as consequências favoráveis que os mercados oferecem e sustentam pode resultar em privações (Sen, 2000, p. 41).

Questionamos os idosos, nesse sentido, sobre o acesso que eles possuem aos bens que desejam, sobre a autonomia (ou não) que eles possuem para adquirir o que precisam, sobre o controle da aposentadoria, bem como o grau (quantificado e qualificando) de satisfação que a sua renda mensal lhes proporciona. As ações do programa também são questionadas como possíveis possibilitadoras de alguma fonte de renda.

Coordenadoras e alunos foram questionados sobre as estratégias, apoios e ações de incentivo a melhoria econômica dos idosos que viviam, em sua maioria, em situação de risco econômico.

⁴³ Foi apenas em 1946 que o Ensino primário no Brasil foi regulamentado, pelo então Ministro da Educação Raul Leitão da Cunha, que garantia a obrigatoriedade do governo brasileiro em garantir a gratuidade e a qualidade desse ensino para todos os brasileiros.

As oportunidades sociais são, para Sen, representadas por diversas necessidades que o ser humano precisa para alcançar plena liberdade. Para Sen, a pobreza não é simplesmente a falta ou poucos rendimentos dos indivíduos, mas sim a privação de capacidades. E estas privações dependem de vários outros fatores como: idade, papéis sociais, localização, condições epidemiológicas, etc. “Ser relativamente pobre em um país rico pode ser uma grande desvantagem em capacidade, mesmo quando a renda absoluta da pessoa é mais elevada pelos padrões mundiais (SEN, 2000, p.111)”.

O analfabetismo é uma boa ilustração no argumento de Sen quando o mesmo se refere às oportunidades sociais. Quando uma pessoa não possui este recurso (a alfabetização, a leitura), a mesma fica impossibilitada de ter acesso aos meios de comunicação no qual o indivíduo poderia se informar sobre política e suas formas de participação como também impossibilita seus meios de adquirir recursos econômicos, uma vez que impera a necessidade primária de saber ao menos ler para que se garanta um “lugar” no mercado, podendo assim, possuir melhores rendas (MAGALHÃES, 2012, p. 4).

No que se refere às oportunidades sociais, sabemos que se constitui uma vastidão de possibilidades, contudo, escolhemos arguir os idosos com questões que norteiem a participação dos mesmos no programa de extensão que estamos analisando. A questão do analfabetismo foi tema central dessa parte da entrevista, ressaltando o que o PIATI ofereceu para a diminuição do índice do analfabetismo entre os idosos, bem como de que forma as ações do PIATI proporcionaram o acesso à saúde pública e a inserção dos idosos em atividades que geravam renda. Leitura de jornais e revistas também consideramos como oportunidades sociais, uma vez que o acesso à informação auxilia o acesso as oportunidades.

Pedimos para as coordenadoras e os estudantes que nos relatassem experiências de ganhos de papéis sociais que alguns desses idosos alcançou, através de suas experiências junto ao PIATI e também pedimos que eles falassem sobre as oportunidades sociais, surgidas a partir da participação desses idosos no programa.

Por último, a quarta liberdade, a segurança protetora, é a base de todas as outras liberdades instrumentais.

Não importando como opera um sistema econômico, algumas pessoas podem encontrar-se no limiar da vulnerabilidade e sucumbir a uma grande privação em consequência de mudanças materiais que afetem

adversamente suas vidas. A segurança protetora é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria absoluta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte. A esfera da segurança protetora inclui disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os indigentes, bem como, por exemplo, a distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência para gerar renda para os necessitados (CRESPO & GUROVITZ, 2002, p. 8).

Essa liberdade se refere às redes de proteção estatal a que os idosos tem acesso. A Previdência Social é parte central dessa rede, uma vez que o conhecimento e o acesso aos benefícios concedidos por ela podem proteger e ajudar as pessoas em momentos extremos de privação de alimentos e de direitos e de vulnerabilidade social.

Questionamos as coordenadoras do programa e os alunos extensionistas sobre o acesso que os idosos tiveram ao participar do programa às explicações sobre o Estatuto do Idoso, seu funcionamento e seus benefícios, bem como dos direitos previdenciários que assistem os idosos no Brasil, buscando compreender se houve desenvolvimento na vida dos idosos a partir dessas possíveis ações do PIATI.

Como veremos mais a frente, no capítulo 4, as entrevistas foram pensadas e estruturadas buscando compreender se essas liberdades foram alcançadas pelos idosos que foram assistidos pelo PIATI, buscando assim compreender se as ações desenvolvidas pelo programa extensionista em questão, proporcionou algum tipo de desenvolvimento social para os idosos por ele atendidos. No próximo capítulo, veremos a materialização das ações do PIATI, através de um breve histórico do seu funcionamento, sua estrutura física, além de demonstrar os possíveis alcances sociais das ações desenvolvidas pelo PIATI, através das análises dos indicadores de desenvolvimento enquanto liberdade, contidos nos textos de seus relatórios finais.

III CAPÍTULO: A MATERIALIZAÇÃO DAS AÇÕES: O PIATI

Esse capítulo foi construído a partir de informações presentes nos relatórios anuais do PIATI, dos relatórios e dos projetos que o compõe para que compreendamos o funcionamento e as estruturas do mesmo.



Fotografia 1 – Entrada da sede do PIATI, 2012.
Acervo pessoas da autora

3. 1 Histórico do Programa

De acordo com os relatórios analisados, o programa surgiu após análises e discussões entre a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX/UFCG e os coordenadores de cinco projetos direcionados à terceira idade, já desenvolvidos por diferentes departamentos da UFCG. O Programa foi aprovado pelo Programa de Apoio à Extensão universitária voltado às políticas públicas – PROEXT/SESu/MEC 2003. Contudo, o PIATI foi a junção de projetos que estavam na ativa, como projetos de extensão, financiados pela própria UFCG, através da Pró Reitoria de Extensão e Pesquisa.

Em 1999 nós trabalhávamos com a alfabetização de adultos e idosos num projeto da universidade chamado PROBEX. Então tínhamos alunos de Letras que eram bolsistas e a gente trabalhava fora da universidade, numa igreja, no Monte Santo, com a “Alfabetização de adultos e idosos”. Aí, de 1999 até 2003 eu continuei trabalhando num projeto individual. Então em 2003, surgiu um edital do MEC de um programa do MEC chamado PROEXT. Então, o que aconteceu: a professora Tânia Régia, daqui de Sociologia, trabalhava na Pró Reitoria de Extensão, convidou todas as pessoas que trabalhavam com

idosos, que tinham projetos PROBEX, pra se reunirem num programa. Então nos reunimos, eu com a Alfabetização, professora Benedita com Sociologia, professora Keyla que trabalhava com memória do idoso, professora Lígia de Cajazeiras que trabalhava em asilos, e professora Rejane que trabalhava com atenção a saúde do idoso. Então nós cinco nos reunimos e criamos um programa, que era chama de Programa Interdisciplinar de Apoio a Terceira Idade, que ainda hoje existe que é o PIATI, desde 2003. Esse programa foi aprovado sem nenhuma restrição pelo MEC, com nota 10 e desde então ele vem sendo renovado⁴⁴.

Já existiam na UFCG (na época um campus da UFPB⁴⁵), projetos que visavam atender os idosos da cidade, mas foi com a criação do PROEXT e a chamada no seu primeiro edital que o programa pôde acontecer. A iniciativa da professora Tânia Régia resultou no primeiro programa interdisciplinar da UFCG e o único também na universidade a trabalhar com idosos.

Os projetos inaugurais do PIATI, de acordo com o relatório do PROEX 2004⁴⁶, foram: Universidade e Questões de Envelhecimento: estudo sobre grupos de idosos na sociedade Campinense; A alfabetização de adultos e pessoas na terceira idade: novos horizontes; O idoso: uma face e uma voz interditas pela escola e pela família; Atenção à saúde em Grupos de terceira idade em Campina Grande; e, Tempo de madureza onde brincadeira é coisa séria. Abaixo trazemos uma breve definição de cada projeto, que consta no relatório citado acima.

O Projeto *Universidade e Questões de Envelhecimento: estudo sobre grupos de idosos na sociedade Campinense*, realizado com alunos e coordenadora do curso de Ciências Sociais:

Realizou atividades em 23 grupos de idosos que participam da Sociedade de Amigos do Bairro (SAB's) e Clubes de Mães, os quais também foram acompanhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande através do Projeto Conviver. O projeto atuou junto às SAB's a fim de

⁴⁴ Entrevista concedida em 25.04.2012, por Carmen Verônica de Almeida Ribeiro Nóbrega, coordenadora do PIATI desde 2005.

⁴⁵ A Universidade Federal de Campina Grande foi criada pela Lei nº 10.419, de 9 de abril de 2002, por desmembramento da Universidade Federal da Paraíba, instituída na forma da Lei Estadual nº 1.366, de 2 de dezembro de 1955, e federalizada nos termos da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960. Contudo, a transição institucional só ocorreu no fim de 2004, com a elaboração do estatuto. Informação disponível no site da instituição.

⁴⁶ Programa de Apoio à Extensão Universitária Voltado às Políticas Públicas - PROEXT 2004 - SESU/MEC. Relatório de programa de extensão. Programa Interdisciplinar de Apoio à Terceira Idade – PIATI.

localizar nas comunidades os idosos que não participam de grupos, com a intenção de motivá-los a se integrarem nas atividades sociais. Assim como ofereceu palestras semanais aos grupos cujos conteúdos contemplaram os seguintes temas: Relações Intergeracionais na Família e na Sociedade; Estereótipos sobre a Velhice; Legislação Social e Previdenciária; Estatuto do Idoso e Lei do Idoso; Solidariedade Familiar e Cidadania. A equipe ainda participou de reuniões organizadas pela Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAS), para discutir políticas públicas para idosos e estabelecer maior integração entre as ações profissionais realizadas pelas instituições universitárias e governamentais. Cumprimos também o programa de atividades junto aos idosos residentes no asilo São Vicente de Paula, oferecendo palestras e fazendo entrevistas nas visitas semanais ao asilo.

O projeto *A alfabetização de adultos e pessoas na terceira idade: novos horizontes*, realizado com a coordenação de uma professora do curso de Letras e alunos de letras e pedagogia:

Teve em suas atividades uma continuação do que já vinha sendo trabalhado há 4 anos na extensão universitária (UFPB/UFCG), ampliando seu alcance a outro público e readequando os seus métodos. As intervenções didáticas seguiram unidades temáticas ligadas à realidade dos alunos, percebeu-se que estes evoluíram na desenvoltura com o material escrito, o que acabou refletindo diretamente na sua capacidade de interagir, ordenando e expressando melhor suas ideias em sala de aula e em outras instâncias discursivas. Muitos alunos, ao longo do curso, revelaram ter chegado à sala de aula sem nenhuma noção sobre a escrita e hoje estão lendo e escrevendo em situações necessárias, tais como: trabalho, banco, comércio, hospitais, entre outros. Tais depoimentos corroboram com as metas do projeto, dentro do Programa, pois junto à alfabetização, trabalhou-se a conscientização dos idosos e, por consequência, a sua inserção social.

O projeto *O idoso: uma face e uma voz interditadas pela escola e pela família*, projeto coordenado por uma professora de História junto a alunos do mesmo curso:

Atuou junto às escolas de ensino fundamental para, ao identificar a existência de crianças que são educadas por avós, intervir nas dinâmicas pedagógicas que desconhecem as experiências destas crianças, ao mesmo tempo em que se construiu relatos e memórias de idosos destas famílias. Sendo assim, propôs-se um novo modelo de ficha de matrícula nas escolas onde foi acrescentado o grau de parentesco da pessoa responsável pelos alunos que não convivem com os pais. O que se elucidou com esta atitude foi um alto índice de crianças e adolescentes que são cuidados e providos pelos avós, sobretudo em bairros de periferia, predominando nesta realidade, o modelo de família ampliada (avó, pais e netos). Neste contexto, evidenciou-se que a escola não estabelece uma relação dialógica com as famílias uma vez que as suas práticas curriculares são preconceituosas e estigmatizantes das diferenças, isso provoca um

profundo abismo simbólico entre os educadores familiares e escolares. O referido projeto conseguiu desestabilizar as políticas identitárias que desqualificam as pessoas diferentes e as famílias diferentes e torná-las visíveis para todos os atores escolares, tirando-as do anonimato.

No projeto *Atenção à saúde em Grupos de terceira idade em Campina Grande*, realizado com alunos e coordenadora do curso de Medicina:

Conseguiu-se, através das ações promovidas ampliar a consciência dos idosos envolvidos acerca do processo de envelhecimento, associando-o aos cuidados com a saúde. Para tanto, realizou-se uma capacitação dos bolsistas, através de pesquisa, e preparação do material didático utilizado em oficinas (folder) que, ao todo, atingiram 240 idosos. Além disso, foram levantadas as características sócio-econômico-demográficas dos idosos envolvidos e o seu perfil epidemiológico, através, respectivamente, de questionários e exame clínico simplificado. Dispondo deste conjunto de informações, o projeto conseguiu viabilizar ações que promoveram mudanças de comportamento dos idosos envolvidos com relação às questões específicas do processo saúde-doença no envelhecimento, sensibilizando-os como agentes ativos de sua própria saúde.

E, por fim, no projeto *Tempo de madureza: onde brincadeira é coisa séria*, também coordenado por uma professora do curso de Ciências Sociais e extensionistas do mesmo curso:

Atuou junto a duas instituições asilares na busca de otimizar um espaço de ressocialização e integração entre os idosos, proporcionando-lhes atividades físicas recreativas e produtivas e palestras informativas. Neste sentido, considera-se que os idosos dos abrigos contemplados trocaram a ociosidade pela ressocialização e integração nas atividades da proposta, as quais procuraram trabalhar o corpo e a mente para que os idosos possam estar socialmente ativos e realizando tarefas cotidianas, o que os impede de iniciar um processo de senilidade precoce.

O funcionamento desses projetos também incluía ações interligadas, principalmente no que se refere a eventos organizados pelo programa, visitas a asilos e palestras.

No ano de 2005, as coordenadoras do PIATI, após algumas reuniões e ideias discutidas, decidem ampliar os temas pesquisados no programa, inserindo agora outros segmentos nas pesquisas. É criado o “Programa de Ações intergeracionais em Rede”, o PAIR, que, tem sua sigla anexada ao do PIATI, que desde então é também grafado como PIATI/PAIR.

O PAIR abrange estudos que relacionem as mais diversas cronologidades, buscando uma relação pacífica entre as mesmas e produzir estudos científicos que

auxiliem na compreensão das mais diversas formas de vivenciar a realidade social nos dias atuais. Nesse programa os idosos não são o foco e sim todas as gerações, sem distinção ou preferência.

O “Programa de ações intergeracionais em rede” - PAIR configura-se como uma proposta de intervenção extensionista de caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar focalizada nas questões relativas às convivências entre as gerações na contemporaneidade. A educação de ensino superior, representada pelos coordenadores de projetos de diversas áreas do conhecimento, vem através de docentes e discentes da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG - aprofundar a interlocução acadêmico-extensionista com os diversos segmentos da sociedade, promovendo uma articulação intergeracional (criança, jovem, adolescente, adulto e idoso), envolvendo, também as instituições asilares do nosso estado, as políticas públicas em nível local e/ou nacional, as Sociedades de Amigos de Bairros - SABs, as Unidades Básicas da família, os grupos da terceira idade, o Programa CONVIVER da Secretaria de Ação Social do município de Campina Grande – SEMAS, a Secretaria de Educação do Município de Campina Grande - SEC, a curadoria da infância, da juventude e a curadoria da cidadania, as famílias das camadas socialmente desfavorecidas, a mídia e outras instâncias que buscam privilegiar um processo de educação continuada ou, como afirma Longworth (2003), ‘uma educação ao longo da vida’⁴⁷.

O PAIR inicialmente foi composto por quatro projetos que abrangiam diversas áreas do conhecimento: Alfabetização de Adultos e Idosos; Atenção à Saúde em Grupos de Idosos; Universidade e Questões Geracionais: Viver e Conviver com grupos de Terceira Idade e, Pedagogia Multicultural: em cena os (des) encontros intergeracionais na família e na escola. Desde então as ações e os projetos que compõem ambos os programas são voltados a todos os segmentos geracionais, mas, sempre os relacionando com o segmento idoso.

Os projetos do PAIR, apesar de também trabalharem com outras gerações, que não a velhice, tem funcionado em consonância - no que se refere aos trabalhos e pesquisas com os idosos - com os objetivos do PIATI que, por sua vez são:

Promover ações pedagógicas que incluam a melhoria da qualidade de vida do(a) idoso(a), com ênfase na proteção à saúde, na educação continuada (alfabetização e escolarização), melhoria das relações familiares e nas práticas de sociabilidade; Capacitar alunos de graduação e pós-graduação das universidades públicas paraibananas para estudar o processo de envelhecimento e as relações intergeracionais na

⁴⁷ Relatório final PROEXT 2006. Programa de Ações Intergeracionais em Rede – PAIR.

família e na sociedade; Ampliar a consciência do idoso acerca do processo de envelhecimento, associando-a aos diversos modos de relação ante os cuidados com a saúde; Atuar junto aos grupos de convivência de idosos do município de Campina Grande, colaborando com seus programas educativos de saúde e lazer; Divulgar a Política Nacional do Idoso e, Apoiar ações pedagógicas de cuidados com saúde e lúdicas para idosos asilados⁴⁸.

Desse modo, os objetivos do PIATI/PAIR, conforme o estabelecido no artigo supracitado compõe a base do afirmado por Jezine (2004), enquanto objetivos da extensão universitária, essa por sua vez, função da universidade:

O trabalho da extensão universitária numa perspectiva acadêmica pretende assim, ultrapassar o limite da ciência técnica, do currículo fragmentado e da visão de homem como objeto a ser manipulado, encaminhando-se para uma visão multidimensional, em que as dimensões político-social-humana estejam presente na formação do sujeito, concebido com ser histórico (JEZINE, 2004, p, 46).

Para a autora, a extensão tem que ser compreendida a partir de um contexto de contradições, que são inerentes ao próprio processo de produção do conhecimento em uma sociedade capitalista. A concepção de universidade com compromisso social, numa perspectiva ideológica viabiliza a organização política do grupo que integra a instituição e participa das suas ações, promovendo criticidade para intervir na realidade, numa perspectiva libertadora e transformadora da autonomia do sujeito (JEZINE, 2004).

No ano de 2006 as atividades do programa foram realizadas, contudo, sem nenhum tipo de financiamento. As coordenadoras não recebiam (nem recebem) salário adicional para o desenvolvimento de trabalhos extensionistas, mas os alunos nesse ano foram todos voluntários e o material de trabalho utilizado, o didático, foi o que restou do ano anterior. Contudo, os projetos continuaram a realizar suas atividades e no ano seguinte o fomento a extensão foi conseguido. Foi também nesse ano que houve uma grande reforma no programa, realizada pela instituição, que deu ao programa o formato físico que tem hoje.

No ano de 2007, os projetos que funcionaram no PIATI/PAIR foram os seguintes: “A Alfabetização de Adultos e Idosos”, com oito alunos de graduação, sendo seis de Letras, uma de Pedagogia e uma de História e quatro professoras, duas de Letras, duas de Pedagogia; “Atenção à saúde em grupos de idosos”, com três alunos do curso

⁴⁸ CABRAL. Benedita E. da S. Lima et al. Programa Interdisciplinar de Apoio à Terceira Idade – PIATI. II Semana de Extensão da UFCG. Campina Grande – PB, 2004.

de Medicina e uma professora, também do curso de Medicina; “Pedagogia Multicultural: em cena os (des) encontros intergeracionais na família e na escola”, com seis alunos do curso de graduação em História e duas professoras, uma do curso de História e outra do curso de Pedagogia; e o “Projeto Universidade e Questões Geracionais: Viver e Conviver com Grupos de Terceira Idade”, com cinco alunos do curso de Ciências Sociais e uma professora do mesmo curso.

O ano de 2007 foi um dos mais intensos, de acordo com os relatórios, no tocante a realização de eventos promovidos pelo programa, a participação dos alunos extensionistas em eventos acadêmicos e a reuniões de planejamento realizadas com toda a equipe integrante do PIATI.

Em 2008 o programa firmou uma parceria, por intermédio da professora Dr^a. Benedita Edina da Silva Lima Cabral, coordenadora do “Projeto Universidade e Questões Geracionais: Viver e Conviver com Grupos de Terceira Idade” (também a primeira coordenadora do PIATI), com um projeto da Universidade de Campinas - UNICAMP, o REDE FIBRA.

Esse projeto analisou dados sobre idosos de todas as regiões do país, com a finalidade de entender quais os perfis dos idosos no Brasil, de acordo com as amostras de cada região, suas fragilidades, necessidades e condições biopsicossociais. Na região Nordeste apenas as cidades de Campina Grande - PB e Parnaíba – PI foram escolhidas para a coleta. Na cidade de Campina Grande alguns alunos da UFCG e da UEPB foram selecionados e treinados para tal pesquisa.

Devido a essa parceria, o PIATI teve papel de destaque nessa pesquisa, no que se refere a Paraíba, pois, a maioria dos alunos extensionistas do mesmo, foram selecionados para pesquisar junto aos pesquisadores da UNICAMP na cidade. Seminário, palestras e cursos de treinamento também fizeram parte das atividades do projeto, que durou quase dois anos, iniciando suas atividades em abril de 2008 e terminando em novembro de 2009.

Tanto em 2008, quanto em 2009 os quatro projetos que funcionaram no ano de 2007 foram renovados. Ao mesmo tempo em que os projetos do PIATI continuavam funcionando, o REDE FIBRA desenvolvia suas atividades e todos os alunos que se

engajaram nas pesquisas do projeto da UNICAMP tiveram sua carga horária no PIATI reduzidas, para que conseguissem realizar ambos os projetos.

No ano de 2010, o programa “recebe” outros projetos e a professora Benedita se aposenta, encerando seu projeto na área de Sociologia. Outros temas e novos pesquisadores se associaram ao programa, houve uma renovação acadêmica no tocante aos alunos extensionistas, a maioria deles que estava no PIATI desde 2007 se formou e novas seleções foram realizadas.

Os projetos que funcionaram em 2010 foram os seguintes: “Práticas interdisciplinares em Educação Ambiental”, “Cuidadores de idosos: uma abordagem andragógica”, “A alfabetização escolar e digital de jovens, adultos e idosos no Cariri Paraibano”, “Promoção da saúde para um envelhecimento saudável”, “Museu de brinquedos e brincadeiras: educação intergeracional e patrimonial”, “As meninas e os meninos da Paraíba: o protagonismo com crianças e adolescentes violentados (as) sexualmente”. Alunos do curso de Arte e mídia, Engenharia de Petróleo e Arquitetura e Urbanismo, também compuseram a equipe de alunos integrantes do programa nesse ano.

O projeto “Cuidadores de Idosos: uma abordagem andragógica” funciona como um curso, que é oferecido para a população em geral, mas que tem seu foco em profissionais que trabalham ou desejam trabalhar no cuidado a pessoa idosa e para isso profissionais de Enfermagem e Psicologia também se associaram ao programa, para compor o quadro de profissionais a ministrarem esse curso, com duração média de nove meses.

Em 2010 também foi criado um Programa de Educação Tutorial - PET dentro do PIATI, intitulado Conexões e Saberes, com o objetivo de:

Ampliar a relação entre a universidade e os moradores de espaços populares, assim como com suas instituições; Aprofundar a formação dos jovens universitários de origem popular como pesquisadores e extensionistas, visando sua intervenção qualificada em diferentes espaços sociais, em particular, na universidade e em comunidades populares; Estimular a formação de novas lideranças capazes de articular competência acadêmica com compromisso social; Desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade e de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; Contribuir para a elevação da qualidade da formação dos estudantes de graduação, da diminuição da evasão e promoção do sucesso acadêmico, valorizando a articulação das

atividades de ensino, pesquisa e extensão; Promover a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação acadêmica, científica, tecnológica e cultural; Formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; Estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania ativa e pela função social da educação superior; Estimular a vinculação dos grupos às áreas prioritárias e às políticas públicas e de desenvolvimento, assim como a correção de desigualdades sociais, regionais e a interiorização do programa.⁴⁹

Alunos dos cursos de História, Pedagogia, Letras, Medicina, Geografia, Enfermagem, Arte e Mídia e Ciências Sociais puderam se submeter ao processo seletivo que deu vaga para a participação nesse PET. As atividades do mesmo foram desenvolvidas dentro da sede do PIATI e as reuniões teóricas ocorrem junto aos alunos que compõem o programa, havendo assim uma interação acadêmica nas discussões e temas abordados.

Anualmente os programas – PIATI e PAIR - são submetidos a renovação, de acordo com as publicações anuais do PROEXT, contudo, para conseguir um maior número de bolsas, os projetos e os programas também submetem propostas para a concessão de bolsas pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID⁵⁰, pelo Programa de Bolsas de Extensão - PROBEX⁵¹, pelo Programa de Licenciaturas - PROLICEN⁵² ou por qualquer outra possibilidade de apoio e fomento a pesquisa que seja ofertada em edital e que possa ser encaixado nas propostas de ações presentes nos programas.

⁴⁹ Processo seletivo para bolsistas do pet/conexões de saberes 2010. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br:8080/chamadas/downloads/778208.pdf>.

⁵⁰ O PIBID é um Programa do Ministério da Educação, gerenciado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), cujo objetivo maior é o incentivo à formação de professores para a educação básica e a elevação da qualidade da escola pública. Sendo um programa de iniciação à docência, os participantes são alunos dos cursos de Licenciatura que, inseridos no cotidiano de escolas da rede pública, planejam e participam de experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar, e que buscam a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem.

⁵¹ O Programa de Bolsas de Extensão - PROBEX é mantido com recursos próprios da UFCG. Sua responsabilidade é contribuir para a formação profissional dos graduandos da UFCG, a partir do envolvimento em situações concretas de ensino-pesquisa viabilizadas pelas atividades de extensão. A Coordenação Geral do Programa Institucional de Bolsas de Extensão da UFCG é atribuição da Coordenação de Cursos e Programas de Extensão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, conjuntamente com o Comitê Assessor de Extensão.

⁵² É um projeto de apoio aos cursos de licenciatura da UFCG, envolvendo diversos cursos e centros da universidade. Desde 1994 o programa é coordenado pela Pró-Reitoria de Ensino. O objetivo é melhorar a formação inicial dos cursos de licenciatura, bem como a formação continuada nas escolas públicas do Estado da Paraíba.

3.2 Estrutura Física e Parcerias

A sede do PIATI está localizada na Universidade Federal de Campina Grande, campus da cidade de Campina Grande, Paraíba, no bairro de Bodocongó. A sala do programa compõe o bloco BA, no Centro de Humanidades. Contudo, cada projeto que compõe o programa tem a mobilidade necessária para realizar suas atividades onde seu público alvo está.



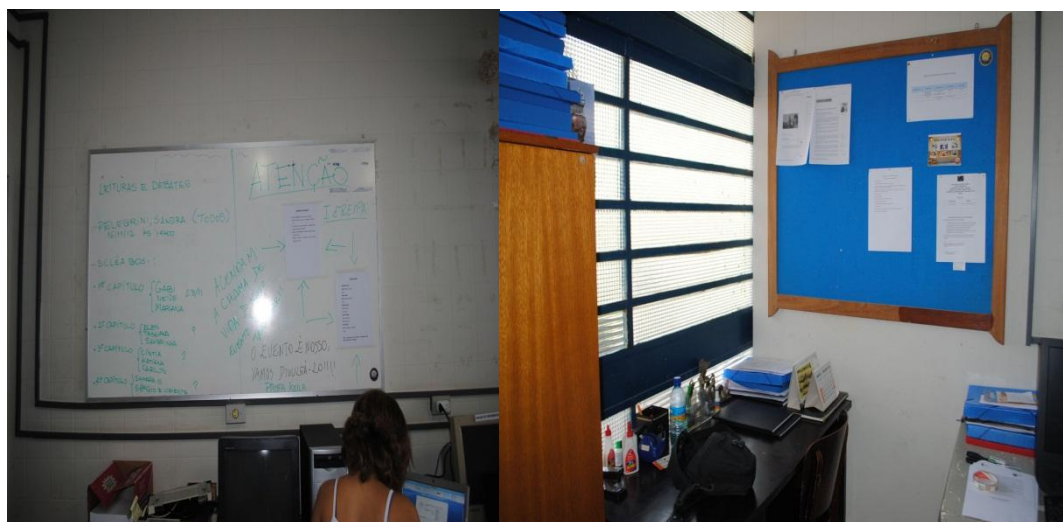
Fotografia 2 – Prédio do Centro de Humanidades da UFCG, 2012.
Acervo pessoal da autora

A sala é ampla e dividida em duas partes, na primeira ficam também as carteiras escolares que servem para as aulas de alfabetização de adultos e idosos, junto aos computadores e os quadros, que auxiliam nas aulas. É nessa primeira sala que ficam o banheiro, o ar condicionado, o telefone, a mesa de reuniões, uma mesa menor para estudos e um birô.



Fotografia 3 – Sala de reuniões e de computadores do PIATI, 2012.
Acervo pessoal da autora

No que se refere aos equipamentos não eletrônicos, há uma mesa grande para reuniões e duas menores para estudo, ambas com cadeiras de escritório. Nas duas paredes laterais da sala foram construídas, na última reforma, em 2007, bancadas para computadores, feitos em alvenaria. Nas paredes ficam um quadro branco e um flanelógrafo.



Fotografia 4 – Quadro branco, flanelógrafo e birô do PIATI, 2012.
Acervo pessoal da autora

Na segunda parte ficam todo o material de consumo didático e de limpeza, ambos em estantes de madeira e de ferro. É nessa parte que ficam também o armário dos livros, o arquivo do programa e uma mini cozinha, equipada com uma

geladeira, um fogão e uma pia para lavar pratos. Também foi construído um novo banheiro para banho, contudo, devido a problemas estruturais ele não está sendo utilizado para tal fim, funcionando como depósito.



Imagem 5 – Cozinha do PIATI, 2012.
Acervo pessoal da autora

O programa está equipado também, com uma biblioteca setorial, que possui um acervo considerável de livros principalmente nas áreas de Ciências Sociais, História, Educação, Envelhecimento populacional, Geriatria, Gerontologia, Educação Ambiental, Medicina e Psicologia.



Imagem 6 – Biblioteca, arquivo e almoxarifado do PIATI, 2012.

Acervo pessoal da autora

Nesse mesmo espaço ficam também todo o material de papelaria, relatórios e documentos escritos do programa, bem como a TV de 20 polegadas, um gravador de voz, dois data show, um notebook, um MP4, uma placa de captura de vídeo, uma filmadora, um tensiômetro, um estetoscópio, um glicosímetro, 6 computadores com web cam e 3 impressoras que são de acesso restrito aos alunos e coordenadores dos projetos lá existentes e também controlados por uma secretária.

Mesmo o programa sendo sediado na UFCG, apenas as pessoas que fazem parte do programa tem acesso aos materiais que ficam na sede do mesmo. A rotatividade se dá nas seleções anuais que os projetos realizam o que garante que vários alunos tenham a oportunidade de usufruir dos materiais didáticos e de pesquisa disponíveis no PIATI.

A maioria dos alunos que participam do programa estuda um turno na graduação e no outro ficam realizando suas pesquisas na sala sede do programa, que desde o ano de 2007 oferece uma boa estrutura de apoio para que isso seja possível.

As ações do PIATI são articuladas a alguns parceiros, na universidade, no município e no estado que, facilitam e viabilizam seus projetos. As atividades externas do programa são realizadas em Sociedades de Amigos de Bairro, asilos, Centro de Convivência do Idoso, em Campina Grande, Secretaria Municipal de Ação Social-CG/PB, Secretaria Municipal de Educação- CG/PB, Programa Saúde da Família de Campina Grande, Pastoral da Pessoa Idosa, bem como escolas públicas urbanas municipais e estaduais.

O funcionamento das parcerias ocorre de diversas formas, variando de acordo com os objetivos de cada projeto para cada ano, bem como com as necessidades das ações do programa durante as ações do planejamento anual. Mostraremos agora, o que informa o relatório do programa em 2009⁵³, no que se refere as ações dos parceiros para as ações que serão desenvolvidas, baseado nas experiências dos anos anteriores.

A Secretaria de Assistência Social – SEMAS é representada pelo Centro de Convivência do Idoso em Campina Grande e ofereceu apoio participando das atividades

⁵³ Programa: Envelhecimento, Educação Intergeracional e Desenvolvimento Regional. Edital do PROEXT 2009. SIGProj N°: 28267.210.32115.13072009.

do programa, através de ações conjuntas voltadas para o segmento idoso. Nesse espaço foram realizados aulas de alfabetização de idosos, palestras sobre o direito do idoso, cuidados com a saúde e o bem estar do idoso. Ações para aumentar a autoestima dos idosos que participam das atividades do centro, como festas e confraternizações que buscam socializar os idosos com a sua família e com outras gerações. A prefeitura oferece diariamente ônibus que levam esses idosos do bairro São José, em Campina Grande, para esse centro que fica no bairro dos Cuités, ofertando aos alunos extensionistas vagas, quando necessário, para realizarem suas atividades e pesquisas nesse espaço.

A Secretaria Municipal de Saúde contribuiu participando de atividades de saúde através dos PSFs⁵⁴, de forma conjunta com os professores e alunos extensionistas, fazendo com que as ações e atividades do PIATI sejam articuladas com as atividades das equipes de Saúde da Família, através dos profissionais da gestão que prestam apoio as equipes. Ações de atenção à saúde, como exames clínicos, além de palestras e oficinas sobre a condição do idoso em relação ao álcool, ao fumo, a sexualidade, a automedicação, o combate ao câncer de colo de útero, o de próstata e a depressão. Os focos das atividades desenvolvidas nesses espaços, com ações conjuntas entre os projetos de extensão direcionados a saúde e o representante da instituição governamental municipal.

A Secretária de Educação, Esporte e Cultura de Campina Grande vem contribuindo com o programa extensionistas através de ações conjuntas que integram discentes e docentes das escolas e das universidades, abrindo espaço para palestras, aulas, oficinas tanto com professores quanto com alunos e seus familiares. Anualmente também ocorrem seminários, palestras e eventos relacionados com o envelhecimento, organizados por essa secretaria que oferta vagas aos participantes do PIATI.

A Curadoria de Defesa dos Direitos do Cidadão e a Curadoria da Infância e da Juventude colaboram debatem políticas públicas e também apoiam a organização de

⁵⁴ Programa Saúde da Família. A Saúde da Família é entendida como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade (www.portal.saude.gov.br)

eventos e manifestações públicas, divulgando o PIATI na mídia falada e escrita. As Curadorias disponibilizam também seus técnicos para cursos de capacitação que o próprio programa oferece, qualificando alunos extensionistas, participantes dos projetos e coordenadoras.

A Associação dos Aposentados e Pensionistas da Universidade Federal de Campina Grande é parceira do programa no que se refere também à divulgação dos eventos e ações realizados pelo PIATI. Auxilia na organização de eventos científicos e oficinas, fornecendo materiais de apoio, participando das oficinas de memória intergeracional, bem como nas oficinas e palestras sobre os direitos dos aposentados. É a única organização sindical que está diretamente ligada as ações do programa desde o início do mesmo em 2003.

3.3 Funcionamento do programa

Anualmente os projetos, bem como o programa, precisam se renovar junto aos órgãos de fomento a pesquisa, ao ensino e a extensão. As propostas são realizadas mediante a abertura de editais que oferecem subsídios financeiros e apoio institucionais a projetos voltados às temáticas relevantes ao programa e seus projetos constituintes. As seleções são sempre anunciadas em editais afixados em murais espalhados pela UFCG, campus de Campina Grade, bem como na frente da sala sede do próprio programa. Cada coordenador tem a liberdade de realizar a seleção da forma que melhor lhes aprouver.

Há também no programa alunos e colaboradores voluntários, que não recebem nenhum tipo de bolsa ou abono salarial para realizar atividades junto aos projetos. Os alunos podem ser oriundos da seleção via edital e mesmo não obtendo êxito foram convidados a participarem de forma voluntária. Também podem ser alunos que se interessam pelos projetos e pelo programa e conversaram com as coordenadoras que aprovaram sua participação.

As coordenadoras do programa não recebem nenhum tipo de salário, auxílio ou bonificação salarial para coordenarem e participarem do programa, todo o

financiamento solicitado visa à compra dos materiais necessários para o funcionamento do programa, bem como para o pagamento das bolsas aos alunos extensionistas.

Após aprovado, selecionado, convidado ou aceito pelas coordenadoras do programa e dos projetos, os alunos precisam seguir uma rotina de estudos, pesquisas e ações. São reuniões semanais para estudos teóricos referentes às questões pertinentes a cada projeto, para avaliação e acompanhamento das atividades.

Periodicamente, normalmente a cada quinze dias, ocorrem estudos teóricos e metodológicos, referente a questões que englobam o sentido e a temática do programa, como: Envelhecimento e Velhice; Linguagem e identidades etárias; Educação Intergeneracional; Desenvolvimento Regional; Educação Patrimonial/Ambiental; Saúde e cuidado entre as gerações; Políticas Públicas; O Estatuto do Idoso e o Estatuto da Criança e do Adolescente; Inclusão digital e novas tecnologias educacionais. Todos os pertencentes ao programa precisam estar presentes nessas reuniões, que servem também de avaliação das ações do programa para o fim que se propõe o projeto inicial.

Nas reuniões também são discutidos e decididos à organização de eventos técnico-científicos, manifestações públicas com o objetivo de implementar as políticas públicas referentes aos direitos dos idosos e de propor novas políticas públicas inclusivas, oficinas pedagógicas em escolas públicas urbanas e rurais, Unidades Básicas de Saúde da Família, grupos de convivência de idosos, asilos e orfanatos. Também são programadas as palestras e mini-cursos que os projetos e programas desenvolverão na sede para os docentes e discentes, bem como as que vão ser oferecidas para a comunidade.

Os encontros, congressos e seminários são informados a todos os integrantes do programa por meio do quadro de avisos que é constantemente atualizado, sendo reforçada nas reuniões a importância da participação e produção acadêmica sobre as pesquisas desenvolvidas nos projetos. A produção científica sobre a velhice e o envelhecimento na UFCG teve um considerável aumento após a criação do PIATI, pois os alunos extensionistas são estimulados a participarem de eventos e produzirem conhecimentos sobre as atividades e pesquisas que desenvolvem no mesmo.

Mensalmente são produzidos relatórios que versão sobre as ações dos projetos que são avaliados pelas coordenadoras, para que haja um direcionamento caso o planejado não esteja acontecendo. Esses relatórios normalmente são produzidos pelos próprios alunos extensionistas, que registram suas atividades.

São realizados periodicamente cursos que capacitam os alunos extensionistas a tratar com questões relativas ao envelhecimento humano e as relações intergeracionais. Esses cursos são oferecidos por docentes da própria instituição, professores visitantes, ex-alunos do programa, pós-graduandos e coordenadoras dos cursos do programa. Um dos objetivos da existência do programa é capacitar profissionais para atuarem junto ao público idoso, nas mais diversas áreas do conhecimento e isso é feito desse modo, investindo nas experiências extensionistas, de pesquisa e ensino ainda na graduação.

Ao término da vigência de cada projeto é escrito um relatório que formalize as ações do mesmo, explicitando de forma detalhada os alcances e impedimentos ocorridos durante as ações planejadas no início do projeto. Geralmente esse relatório é feito de forma coletiva, entre os participantes do projeto e a(s) sua(s) respectiva(s) coordenadora(s). No que se refere ao relatório do programa, ele é a síntese das ações relatadas nos projetos e é construído pelas coordenadoras dos projetos em conjunto com as coordenadoras do programa.

Cada projeto segue uma dinâmica própria no que concerne ao funcionamento de suas atividades, sendo essas realizadas dentro e fora dos muros da universidade. Elas acontecem no Centro de Convivência do Idoso da Prefeitura Municipal de Campina Grande no bairro dos Cuités; nos centros sociais dos bairros e nas SAB's; no SESC Centro; na sala do PIATI – Campus da UFCG; no bairro de Bodocongó; no Instituto São Vicente de Paulo, localizado no bairro Catolé; no bairro do Pedregal; na Escola Pública Municipal Petrônio Figueiredo, no bairro de Bodocongó; e na Escola Pública Municipal Padre Antonino, também localizada no bairro de Bodocongó.

A interdisciplinaridade é uma das marcas centrais do PIATI, uma vez que tanto coordenadoras, quanto alunos extensionistas que compõe o programa são oriundos dos mais diversos cursos e áreas do conhecimento, o que garante uma troca contínua de experiências.

A interdisciplinaridade, enquanto princípio mediador entre as diferentes disciplinas, não poderá jamais ser elemento de redução a um denominador comum, mas elemento teórico-metodológico da diferença e da criatividade. A interdisciplinaridade é o princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão dos seus limites, mas, acima de tudo, é o princípio da diversidade e da criatividade. (ETGES,1993p.21)

A experiência das trocas de conhecimento entre alunos e coordenadoras de cursos e áreas do conhecimento distintos, proporciona pesquisas e vivências ricas no âmbito educacional, social e cultural.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade atravessam o nosso Programa. Somos profissionais de áreas de conhecimento diferenciadas, sensibilizados com as questões que envolvem a velhice, a infância, a juventude e a idade adulta. Todos educadores, temos como meta maior vencer e denunciar preconceitos relacionados às pessoas pobres, idosas e às diferenças como um todo. A Pedagogia, a História, a Antropologia, a Educação, o Direito, a Medicina, a Psicologia e a Sociologia e as questões do letramento estão presentes nas reflexões e ações que subsidiaram a nossa meta maior. A violência simbólica tem sido a forma de exclusão social mais cruel e pernicioso. Ela é filha da cultura midiática e produz de forma sedutora o consumo desenfreado de preconceitos e estigmas, com receitas homogêneas para a felicidade. Como educadores temos que recorrer a análises das imagens, dos discursos e das crenças que reproduzem o estado de anonimato e indignidade em que se encontram os “corpos estranhos”, os chamados *refugos humanos*. As nossas atitudes e construções discursivas foram realizadas em *rede*, dada a complexidade do nosso processo de marginalização e pauperização social. A transdisciplinaridade foi experienciada através dessas ações em *rede*. No nosso Programa, a universidade, a escola e a comunidade foram chamadas a um diálogo propositivo permanente, de forma que a *interculturalidade* fosse assegurada. Foi um verdadeiro encontro de saberes.⁵⁵

A definição de interdisciplinaridade presente na citação acima trás um discurso atual no que se refere à concepção da educação concientizadora, que capacita os agentes envolvidos no processo educacional a reconstruírem conceitos e destruírem preconceitos através do contato e respeito ao outro, a partir do conhecimento que trazem inicialmente o estranhamento e em seguida a compreensão.

3.4 A relação dos relatórios anuais com o Desenvolvimento enquanto liberdade

⁵⁵ Programa: Envelhecimento, Educação Intergeracional e Desenvolvimento Regional. Edital do PROEXT 2009. SIGProj Nº: 28267.210.32115.13072009.

Os resultados das ações dos projetos integrantes do PIATI foram aqui analisados, a partir dos relatórios anuais dos quatro anos considerados (2007-2010), para que antes de partirmos para as análises das entrevistas, tenhamos um panorama sobre o que é afirmado pelos documentos oficiais referentes as ações do programa. Essas informações foram retiradas das considerações finais e descrição das ações de cada relatório, bem com a nossa colaboração enquanto participante por 3 anos do programa.

Para uma melhor esquematização dos dados, decidimos por agrupar as ações por modalidade de liberdade que as ações forem atribuídas. Desse modo, serão quatro grupos de dados e em cada grupo as ações serão subdivididas de acordo com o ano em que foram realizadas. Uma mesma ação pode ser qualificada em mais de um grupo de liberdade.

1º Grupo: Liberdades Políticas

Categorias	Indicadores	Ações do programa	Ano
Processo eleitoral (nacional/estadual/municipal)	Acesso aos conhecimentos os direitos civis (eleitorais)	Aulas de alfabetização;	2007
		Palestras sobre a importância do voto;	2008
		Oficinas sobre a utilização da urna eletrônica;	2009
			2010
Conselhos comunitários	Conhecimento e participação	Palestras sobre o Conselho Municipal do Idoso;	2007

Quadro 1 - Liberdades Políticas

As liberdades políticas, como explicitadas no fim do capítulo anterior, dizem respeito aos direitos civis, ao acesso ao voto, a fiscalização dos governantes e do acesso as democracias. Nesse sentido os relatórios dos quatro anos analisados mostram que as aulas de alfabetização ocorreram com os grupos de idosos e de acordo com a

concepção de Sen, o acesso a educação é instrumentalizadora para qualquer liberdade, pois a sua ausência limita a participação social e política.

Palestras sobre a importância do voto e a utilização da urna eletrônica de papel também são relatadas. Durante a nossa participação aulas sobre a história do direito ao voto no Brasil foram realizadas, com o intuito de conscientizar os idosos do significado desse processo. Além da oficina com a urna eletrônica, também testemunhamos oficinas com modelos de títulos de eleitor para os idosos preencherem, de modo a mostrar-lhes o significado de cada componente desse documento.

Entendemos que as palestras sobre o Conselho Municipal de Saúde também promoveu a liberdade política dos idosos, uma vez que o conhecimento sobre o funcionamento do conselho pode proporcionar a participação no mesmo e uma maior fiscalização das ações realizadas neles, contudo, foi apenas no ano de 2007 que essas palestras foram registradas.

Durante os anos que participamos do programa também presenciamos e compartilhamos de aulas sobre a organização das sociedades amigas do bairro (SAB's) e como elas funcionam no apoio as necessidades coletivas das comunidades, a participação nas mesmas também era incentivada.

2º Grupo: Liberdades Econômicas

Categorias	Indicadores	Ações do programa	Ano
Ações possibilitadoras de fonte de renda	Cursos profissionalizantes	Curso de origami; Curso de reciclagem de papel; Curso de corte e costura; Curso de maquiagem; Oficina para uso do caixa eletrônico; Oficina para abertura de crediário;	2007

		Palestras sobre os direitos dos consumidores.	
		Curso de reciclagem de papel/ embalagens para presentes.	2008
		Nenhuma ação relatada.	2009
		Curso a coleta seletiva do lixo; Curso sobre o desperdício de água e energia. Curso (Atelier da Arte) para confecção de materiais, a exemplo de: marca-textos, cartões, porta-retratos, blocos de anotações, utilizando o papel reciclado e materiais reutilizáveis; Eventos para a comercialização dos produtos confeccionados no “Atelier da arte”.	2010

Quadro 2 – Liberdades econômicas

Como liberdades econômicas entendemos, a partir de Sen, as capacidades que o programa desenvolveu nos idosos com o intuito de conseguir aumentar a renda dos mesmos. Nesse caso temos relatado cursos profissionalizantes que não exigiam grandes investimentos financeiros iniciais, tampouco graus muito elevados de dificuldades.

A maioria dos idosos que frequentou o PIATI durante esses 4 anos eram mulheres, talvez por isso os cursos oferecidos eram em sua maioria direcionados ao

público feminino, contudo, em nenhum deles tenho a lembrança de haver proibição da participação de homens.

No projeto “Atelier da Arte”, onde eram feitos produtos a partir do uso de materiais e produtos recicláveis, e em seminários ocorridos na UFCG e eventos da instituição esses produtos eram disponibilizados para comércio, bem como os alunos e coordenadoras do programa também adquiriam os produtos.

Os cursos de reciclagem de papel, de economia de energia e água, além de ajudar na economia doméstica, também proporcionaram uma maior conscientização dos idosos sobre o papel de cada na preservação do planeta. Durante nossa experiência enquanto extensionistas do PIATI, podemos testemunhar diversas aulas sobre ecologia no programa.

Em 2009 nenhuma atividade relatada nos trouxe referencia ao ganho de rendimentos ou a cursos profissionalizantes, sendo o ano de 2007, o que forneceu mais atividades nesse sentido.

3º Grupo: Oportunidades Sociais

Categorias	Indicadores	Ações do programa	Ano
Processos educativos	Aprendizagem da leitura e da escrita da língua materna	Aulas de alfabetização;	2007
		Oficinas temáticas sobre: - Desconstrução de preconceitos sobre a 3ª idade; - Intergeracionalidade; - Novos modelos de família com idosos cuidadores de netos;	2008 2009 2010
	Domínio de tecnologias da	Aulas de informática; Aulas sobre o uso da internet;	2010

	informação	Elaboração de uma cartilha personalizada sobre “O cuidar, o autocuidado e o cuidador”.	
Saúde	Conhecimento e conscientização	<p>Palestras e oficinas sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A promoção da saúde e a prevenção de doenças; - Menopausa, osteoporose, queda, diabetes mellitus, hipertensão arterial, câncer de próstata e câncer de mama; - A automedicação e seus riscos; - A Política Nacional de saúde do Idoso e direitos dos idosos com relação à saúde; - O auto cuidado para idosos. 	2007 2008 2009 2010
	Produções resultantes da experiência com a extensão e com idosos	<p>Curso de cuidadores de idosos</p> <p>Elaboração de uma cartilha sobre a saúde do idoso.</p>	2010

Quadro 3 – Oportunidades Sociais

As oportunidades sociais estão diretamente ligadas as liberdades que, de acordo com nossas análises o programa ofereceu nas áreas de educação e saúde. Desse modo os processos educativos são promotores de desenvolvimento.

As aulas de alfabetização e letramento, onde temas relacionados ao cotidiano dos idosos eram abordados é por nós interpretado como viabilizador de oportunidades sociais, uma vez que a compreensão de mundo dos idosos foi possivelmente ampliada com esses conhecimentos.

Oficinas que versavam sobre a convivência pacífica entre os idosos e as outras gerações, os novos modelos de família e a participação ativa dos idosos na maioria dos lares paraibanos também ocorriam semanalmente. O convívio com os idosos também permitia a investigação do universo vocabular dos mesmos, no sentido de analisar a linguagem comum que o grupo falava, para maior conhecimento das palavras comuns à realidade sociocultural dos mesmos.

Creemos que a importância do domínio da língua escrita, seus tipos e sua função social, é mister ao exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais e possibilita aos idosos uma maior capacidade de organizar reflexivamente seu pensamento, desenvolvendo o aspecto crítico interpretativo para que os mesmos se posicionem de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais.

Nesse sentido o conhecimento de novas tecnologias representa também o acesso ao mundo contemporâneo, onde o acesso ao conhecimento também está ligado ao domínio (mesmo que parcial) do uso do computador, bem como da navegação na internet. Desse modo as aulas de computação e informática confluíram para o potencializar o aprendizado dos idosos que delas participaram.

No tocante a saúde, as ações foram em torno de palestras e oficinas que objetivavam o acesso ao conhecimento e a conscientização física e biológica da condição da maioria dos idosos no país. Os alunos do curso de medicina traziam para os idosos os estudos mais recentes na área de geriatria e gerontologia para viabilizar o conhecimento e se necessário o tratamento de males comuns a velhice.

As oficinas educativas sobre a saúde também abordavam temas como a Política Nacional do Idoso e os direitos dos mesmos no tocante a saúde pública no país. A caracterização dos idosos quanto ao aspecto sócio-econômico-demográfico e epidemiológico através era realizada através de entrevistas com aplicação de um questionário semiestruturado sobre autonomia e condições de vida dos idosos, para que houvesse a elaboração de pesquisas na área da saúde do idoso.

A anamnese clínica e exame físico simplificado, bem como a realização do índice de massa corporal, a identificação de fatores de riscos e ou agravos com relação à saúde eram realizados para possíveis encaminhamento dos principais problemas ou

agravos para as especialidades no Hospital Universitário Alcides Carneiro. Nesse sentido as ações do programa iam além da sala de aula.

As palestras e oficinas ocorriam no intuito de capacitar cuidadores e potenciais cuidadores para o cuidado com pessoas idosas frágeis, bem como para possibilitar a alguns idosos serem pessoas autônomas, com mais qualidade de vida através da educação para o cuidado direcionada aos seus cuidadores e também ao auto cuidado.

Como resultado desses estudos e coleta de dados duas cartilhas foram elaboradas, ambas no sentido do cuidado com o corpo, uma sobre a “Saúde do Idoso” e outra sobre “O cuidar, o autocuidado e o cuidador” como uma perspectiva humanística, biomédica e reflexiva, só possível após as vivências do projeto de “Cuidadores de Idosos”, também resultado da especialização de alguns ex-alunos extensionistas que participaram do programa, junto a outros profissionais ligados a gerontologia na cidade de Campina Grande.

Creemos que no sentido de propiciar oportunidades sociais os relatórios mostram significativas ações do programa nos anos analisados.

4º Grupo: Proteção e Segurança

Categorias	Indicadores	Ações do programa	Ano
Benefícios e ações que o governo direciona ao segmento analisado	Acesso ao conhecimento sobre direitos previdenciários e assistenciais direcionados aos idosos	Elaboração de pesquisa na área de saúde do idoso; Palestras sobre a seguridade social; Palestras sobre o Estatuto do Idoso; Palestras sobre a aposentadoria.	2007
			2008
			2009
			2010

Quadro 4 – Segurança Protetora

A segurança protetora diz respeito a uma rede de segurança social ligada a populações ou grupos que de alguma forma sejam afetadas por uma condição adversar. Buscamos nos relatórios ações ligadas ao acesso dos idosos a conhecimento sobre a assistência social estatal direcionadas aos idosos.

Encontramos relatado nos 4 anos analisados palestras que versão sobre a seguridade social, com destaque para a análise do funcionamento e aquisição da aposentadoria e o Estatuto do Idoso.

Nos anos que estivemos presente no programa também nós, palestramos sobre os principais pontos do referido estatuto e como o mesmo representou um ganho social para o segmento. Lembramo-nos de alunos do curso de Direito que também ministraram palestras sobre a seguridade social e tiraram dúvidas de idosos que participavam das aulas. Contudo, não encontramos nada além dessas palestras sobre o estatuto e a seguridade nos relatórios que os remetam a segurança e proteção dos idosos.

A partir desse quadro esquema que construímos, podemos afirmar que nas ações descritas nos relatórios do PIATI o desenvolvimento social foi propiciado aos idosos que participaram do programa. Houve atividades de estímulo a aquisição de renda e palestras concientizadoras sobre os direitos sociais a que os idosos tem direito, são exemplos de instrumentos que proporcionam liberdades, essenciais ao desenvolvimento.

Os alcances sociais das ações e pesquisas desenvolvidas pelo programa em questão, de acordo com as informações disponíveis nos relatórios, nos mostram um quadro qualitativo de atuações positivas no âmbito de produzir autonomia, emancipação e melhoria de vida.

Veremos mais adiante se os entrevistados confirmam esses alguns desses dados apresentados nos documentos oficiais. Os resultados apresentados pelos relatórios são bastante positivos no sentido da aquisição de liberdades, contudo, falhas e não concretização de objetivos também ocorreram no percurso analisado, no próximo capítulo os próprios agentes da construção desse processo tiveram direito a voz na composição desse trabalho, de modo a permitir a pesquisa realizar o mesmo exercício que a extensão universitária realiza: a troca de conhecimentos e experiências entre a comunidade e a universidade.

IV CAPÍTULO: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE IDOSOS

A expansão das liberdades é para Sen(íbid.), o fim primordial e principal meio do desenvolvimento. É desse modo, a eliminação de privações ou a providencia de oportunidades que trará o desenvolvimento. O direito a escolha faz parte desse processo.

Franco (2012) afirma que o desenvolvimento é sempre mudança social, uma vez que qualquer mudança na sociedade humana é mudança social, e essa mudança só ocorre quando alguma alteração no curso da das vidas das pessoas é experimentada, pois desenvolvimento é o movimento sinérgico promovido por essa alteração, desse modo, crescer, renovar, reinventar, tudo isso é movimento, desenvolvimento.

A extensão universitária promove movimento. Suas ações unem universidade e sociedade, pois, ao mesmo tempo em que o saber universitário é alicerçado sobre os pilares do ensino, da pesquisa e da extensão, a extensão, para alcançar resultados satisfatórios, precisa dessa união, onde os saberes acadêmicos poderão alcançar a comunidade.

Crescimento, renovação, melhorias, avanços, liberdade, desenvolvimento. São esses os resultados que se buscam nas ações extensionistas, nem sempre alcançados, mas, geralmente intencionado. Não podemos esquecer que entre os objetivos da extensão estão “a criação e recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais, onde a questão central será identificar o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos” (MEC, Plano Nacional

de Extensão Universitária, 1999: 5). A produção do conhecimento é sim parte central desse processo, mas entendemos aqui, após os meses de pesquisas, que ele normalmente não é o único objetivo da extensão, é normalmente seu resultado.

Abaixo segue a análise dos conteúdos das entrevistas, como já mencionado, realizadas com idosos que participaram das ações extensionistas do PIATI, entre 2007 e 2009, alunos extensionistas que também participam do programa nesse mesmo recorte temporal e com as duas últimas coordenadoras do programa.

Lembrando que ao iniciar as entrevistas com os idosos, salientamos que todas as questões deveriam ser respondidas a partir da participação deles no programa, independente do projeto do qual fizeram parte.

4.2 – Liberdades Políticas

Essas liberdades dizem respeito à compreensão dos direitos políticos, as liberdades de expressão política, de participação social na construção da sua comunidade, no direito e liberdade ao voto e principalmente na conscientização de pertencimento e entendimento dos processos políticos sociais que ocorrem em sua comunidade. Optamos por sempre iniciar as análises com as respostas dos idosos, uma vez que eles representam o segmento norte dessa pesquisa.

Os três idosos foram inquiridos sobre o voto, e os três afirmaram que ainda votam, mesmo dois deles não sendo obrigados legalmente por causa da idade a fazê-lo.

Dona Rosa, afirma vê o voto como uma obrigação e não como um direito. Para ela, esse ato não simboliza liberdade e sim prisão, prisão essa que em pouco tempo ela diz que irá se libertar:

Voto, por dois motivos, porque a democracia existe e não existe, por que ainda é obrigado votar. Por que quem é aposentado, quem depende de emprego, quem tem ligações estaduais, federais... é um dos motivos. E outro que... assim, é uma democracia que não é democrata. No que for liberado, não votarei mais. (Rosa. Depoimento a autora. 05 de agosto de 2012)

Sobre esse respeito, a lei nº 4.737⁵⁶, de 15 de julho de 1965 informa que o voto (bem como o alistamento) é obrigatório a todos os brasileiros de ambos os sexos, excetuando os casos de pessoas inválidas, ou que se encontrem fora do país, ou ainda que tenham mais de 70 anos. É bom lembrar que na década de 1960⁵⁷ a média de vida dos brasileiros não passava de 48 anos. Desse modo, o que a lei realmente gostaria de informar é que os brasileiros deveriam votar até o fim dos seus dias. Contudo, os legisladores não deveriam imaginar que em pouco mais de meio século a expectativa de vida do brasileiro aumentaria tanto. Atualmente, ainda de acordo com o IBGE(2010) o brasileiro vive em média 25 anos a mais que na década de 1960, chegando a viver 73,3 anos.

Os outros dois idosos que participaram da pesquisa (Gardênia e Delfim) tem uma compreensão diferente do papel do voto na vida deles. Dona Gardênia afirma que ainda vota, “porque é um direito meu. Eu escolho, eu vejo eles na televisão. Imagine só, antes a mulher nem podia votar, aí eu deixar pra lá o meu direito?” (Gardênia. Depoimento a autora. 10 de agosto de 2012). Ela, mesmo sem muita instrução escolar entende o voto como um direito e o voto feminino como um ganho. Lembremos que só a partir de 1946 no Brasil, o voto feminino⁵⁸ foi aceito, sem restrições de casamento e autorização de maridos ou pais para que isso ocorresse.

Seu Delfim afirma que,

Voto, eu não preciso por que meu voto é facultativo, mas eu faço questão de votar, é bom que a gente vote pra gente não ficar esquecido. (Delfim. Depoimento a autora. 10 de setembro de 2012)

Ele entende o voto como liberdade e faz questão de exercê-la. Contudo, ao ser inquirido sobre a ação dos atuais políticos na cidade em prol do bem da população ele

⁵⁶ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737compilado.htm, acessado no dia 10.08.2012.

⁵⁷ Disponível em <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=438543>, acessado no dia 10.08.2012.

⁵⁸ O Código Eleitoral Provisório, de 24 de fevereiro de 1932 concedia a permissão para mulheres casadas, com a autorização do marido para votarem, viúvas e solteira com renda própria também tinham esse direito, caso desejassem. No Código Eleitoral de 1943 as restrições ao voto feminino foram retiradas, contudo apenas em 1946 é que ele passou a ser obrigatório a todas, como já ocorria com os homens desde 1891, quando foi elaborada a Primeira Constituição da República Brasileira.

afirma que nada foi feito para melhorar a sua vida, principalmente no que tange a saúde em sua cidade e Dona Rosa tem a mesma opinião que seu Delfim, no que diz respeito a saúde. Dona Gardênia é contrária, pois ela assegura que,

Acho que eles até fazem, mas nem tudo a gente vê. Tem gente que rouba o dinheiro que era pra ajudar a gente e eles parecem que não sabe disso. Mas tem muita coisa boa que eles faz, tem lugar com aquela rampa, a gente não fica esperando nas filas, as professoras do PIATI sempre dizia que tem coisa mudando. (Gardênia. Depoimento a autora. 10 de agosto de 2012)

É interessante notar a percepção que dona Gardênia possui sobre a política, pois ela, na sua linguagem fala sobre a corrupção nos gastos públicos, entende que nem todas as ações dos políticos são visíveis e que no tocante aos idosos, mudanças estruturais e legais estão ocorrendo. O Decreto Lei nº 5296, de 02 de dezembro de 2004, veio regulamentar a Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000 que prioriza o atendimento a pessoas com algum tipo de restrição de mobilidade, englobando pessoas com mais de 60 anos, bem como a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece algumas normas e critérios para a promoção da acessibilidade a pessoas com deficiência e com mais de 60 anos⁵⁹. Dona Gardênia pode não ter memorizado cada data ou número de lei, contudo afirma que esse entendimento foi gerado através das aulas no programa de extensão que ela participou. Houve movimento intelectual, sinergia.

Na esfera local, o bairro representa a menor célula política para intervenção e participação da comunidade nas decisões políticas de uma cidade . Geralmente, os representantes de bairros são escolhidos como líderes comunitários que são legitimados como porta-voz das demandas de uma dada comunidade. As associações de bairro são uma forma organizada que a sociedade civil utiliza para exigir os direitos dos cidadãos, respeitando as especificidades locais. Desse modo, inquirimos os idosos sobre a existência dessas organizações em seus bairros e todos afirmaram saber da existência de algum grupo ou associação, mas não participar, mesmo, dona Rosa garantindo que há uma associação de moradores em seu bairro, mas que ela não participa. É emblemático

⁵⁹ Disponível em <http://www.aceessobrasil.org.br/index.php?itemid=43>, acessado no dia 14.08.2012.

saber que nenhum dos três idosos participa de grupos ou associações em seus bairros, mesmo após suas participações no PIATI.

A mesma resposta obtivemos quando perguntamos aos três sobre a existência de grupos de idosos que se reúnem nos seus bairros e da participação deles nos mesmo. Eles afirmam existir grupos, mas optaram por não participar. Sen(ibid.) afirma que no direito de escolha consiste a liberdade. Tanto a iniciativa pública quanto a privada desenvolvem trabalhos voltados ao público idoso da cidade, a cada dia, mais grupos são criados, contudo, os idosos não são obrigados a participarem dos mesmos. Contudo é com estranheza que recebemos essa informação, uma vez que eles afirmaram por diversas vezes nas entrevistas que a experiência de sair de casa, poder conversar, ser ouvido e estar com pessoas que entendiam mais sobre a velhice tinha sido bastante positivo. Não compreendemos a não continuidade em outros programas ou grupos, uma vez que eles afirmam saber da existência dos mesmos.

Os idosos foram questionados sobre o Municipal de Saúde, contudo, houve uma confusão no entendimento e na resposta, pois dona Gardênia diz participar desse conselho respondendo as perguntas do agente de saúde do bairro. Enquanto seu Delfim afirmou participar sempre desse conselho, mas apenas representantes de associações de bairros e representantes de instituições tem acesso as participação nesses conselhos. cremos que seu Delfim confundiu o Conselho Local de Saúde com o Municipal, pois no Conselho Local todos os moradores que queiram, tem acesso as reuniões e deliberações.

Os conselhos de saúde são uma forma da população participar de algumas decisões sobre os usos do dinheiro público na saúde. De acordo com o portal⁶⁰ do Ministério da Saúde no Brasil,

Os Conselhos Municipais de Saúde são órgãos permanentes e deliberativos com representantes do Governo, dos prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários. Atuam na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.

⁶⁰ Disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=1039, acessado no dia 13.08.2012.

Os conselhos consistem num espaço de participação de gestores e usuários da saúde pública no Brasil. Contudo, só a partir de efetiva participação em associações da sociedade civil é que se tem “abertura” a essa fiscalização dos projetos e ações realizadas por esse órgão. Referente à Campina Grande:

O Conselho Municipal de Saúde possibilita a negociação de propostas que pretendem direcionar os recursos para as diversas prioridades, caracterizando-se como efetivo controle social da Saúde. A Legislação Federal orienta a participação da comunidade na Gestão do SUS, através dos Conselhos de Saúde, que buscam participar da discussão das Políticas de Saúde, tendo uma ação independente do Governo, embora fazendo parte de sua estrutura, manifestando os interesses dos diferentes segmentos sociais. O Conselho Municipal de Saúde foi criado pela Lei Municipal nº 8.301/97 e atualmente é regido pela Lei nº 11.089/97, se encontrando no mesmo nível do Secretário Municipal da Saúde, com orçamento próprio, se constituindo num órgão fiscalizador da gestão da saúde, possuindo um caráter deliberativo.⁶¹

Quando inquiridos sobre a participação em associações presentes nos seus bairros, todos os idosos entrevistados responderam não fazerem parte, o que também os impossibilitou de participarem do Conselho Municipal de Saúde de suas cidades, contudo, seu Delfim, mesmo não tendo direito a voto, diz que não apenas conhece, como também assiste as reuniões.

Conheço, às vezes eu sempre participo. É importante porque a gente discute as ideias, onde a gente pode falar, pode discutir. A gente pode ser ouvido ou não, mas a gente expôs a nossa opinião. E depois que eu entrei no PIATI eles escutam mais o que eu falo, tem muita gente lá que torce por mim, do menos simplesinho ao mais. (Delfim. Depoimento a autora. 10 de setembro de 2012)

Os saberes legitimados pela universidade continuam a perpetuar um discurso que auferem a construção do conhecimento apenas a instituições do saber. O direito a voz foi concedido a seu Delfim após sua passagem por esse lugar mítico a quem pertence à ciência e a informação. Desse modo, a experiência da extensão universitária garante e promove uma relação de troca de saberes acadêmicos e populares.

“A intervenção na realidade não visa levar a universidade a substituir funções de responsabilidade do Estado, mas sim produzir saberes,

⁶¹ Disponível em <http://arquivos.mp.pb.gov.br/psicosocial/programas/saude.pdf>, acessado no dia 13.08.1012.

tanto científicos e tecnológicos quanto artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à população, ou seja a compreensão da natureza pública da universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruem dos resultados produzidos pela atividade acadêmica, o que não significa ter que, necessariamente, frequentar seus cursos regulares” (MEC, Plano Nacional de Extensão Universitária, 1999: 6).

Na outra ponta das ações extensionistas, estão os acadêmicos. Os alunos extensionistas ao serem inquiridos sobre a viabilização e ampliação da conscientização política que as ações do PIATI podem ter gerado para os idosos foram categóricos ao afirmarem que sim, o programa proporcionou conhecimentos necessários para se alcançar essas liberdades.

Bom, na vigência dos projetos que eu participei, um dos focos que a gente priorizou foi discutir com idosos a questão do Estatuto do Idoso, pra eles terem consciência dos direitos e deveres. Formulávamos palestras, encontros com idosos de grupos de terceira idade e também do Programa Conviver, que é da Prefeitura Municipal. Com relação aos idosos do asilo a gente não direcionou tanto esse foco, por que já é outro perfil, um perfil que é diferenciado, mas de qualquer maneira esses momento em que a gente debatia sobre o Estatuto do Idoso foi muito proveitoso pra que eles pudessem expor suas dúvidas e a gente também. Pode ter esse diálogo aberto e essa foi uma situação que acabou dando essa oportunidade de participação política, de participação mesmo social no ambiente em que ele está inserido. Na sociedade em que ele está inserido. Eu acho que foi importante sim e nesse sentido. (Fátima. Depoimento a autora. 05 de julho de 2012)

Para Fátima, ex-integrante de um projeto de Ciências Sociais, a conscientização política está no fato dos idosos terem acesso ao conhecimento de seus direitos e deveres, que segundo ela ocorreu com a participação deles no PIATI durante as palestras que ocorreram nos encontros do programa.

O conhecimento sobre o Estatuto do Idoso, enquanto documento legal que assegura espaços de cuidado e preservação das pessoas com mais de 60 anos no Brasil, é visto pela entrevistada como fundamental na participação política dos idosos. Bem como o diálogo, tem participação importante na construção da liberdade política. Ela acredita que as ações do PIATI proporcionaram sim essa liberdade.

Sim. As aulas costumavam ser um espaço aberto ao diálogo e a troca de informações. Em praticamente todas as aulas tentávamos alertá-los que, mesmo idosos, eles tinham voz ativa na sociedade, ainda podiam voltar ao mercado de trabalho e participar efetivamente das decisões políticas. A maioria deles aprendeu a expressar, sem sentir-se

envergonhados, suas opiniões. Também, entenderam a importância do voto consciente, do retorno ao mercado de trabalho. Libertaram-se muitas vezes de problemas familiares através da colaboração dos programas realizados pelo projeto. (Luzia. Depoimento a autora. 07 de agosto de 2012)

Ex-participante de um projeto da área de educação no PIATI, Luzia vê como produtor e estimulador da liberdade política o diálogo. Ela compreende que o acesso para luta por direitos produz liberdade. Estimular o exercício da cidadania, a liberdade de expressão, o direito de escolha, ter acesso ao conhecimento e a ser ouvido são para ela o caminho percorrido para essa liberdade e alcançado pelos idosos que participaram do programa.

Inácio, ex-integrante de um projeto de saúde no PIATI afirmou:

Acredito que sim, as palestras sobre previdência social, os cursos sobre cuidados com o corpo, as palestras sobre medicamentos, tratamentos e prevenção de doenças ajudaram os idosos a perceber alguns de seus direitos e deveres na sociedade. (Inácio. Depoimento a autora. 06 de agosto de 2012)

Ele, como os outros extensionistas, vê no acesso ao conhecimento a maior contribuição do programa para a conscientização política dos idosos. Direitos e deveres são citados pelos três como formas de conhecimento que o PIATI proporcionou. Inácio demonstra na sua fala, compreende o corpo como espaço político, uma vez que em nenhum outra fala do mesmo na entrevista ele usa a palavra “corpo” para se referir a liberdade, ou mesmo o autocuidado. O auto conhecimento, o domínio sobre informações de tratamentos, medicamentos e prevenção de doenças seriam, ao ver dele, mais uma forma de liberdade política. Isso é ratificado com uma fala de dona Rosa sobre um dos maiores ganhos dela ao participar do programa:

Bem eu tenho várias doenças e uso vários medicamentos. [...] hoje eu sei o que estou tomando. Eu sei chegar para um médico e dizer: “Dr., saiu de cogitação, mediante esse outro medicamento, esse medicamento é barato, mas não é tão útil quanto aquele” e por aí vai, me deu um esclarecimento muito grande. Todo medicação eu pesquiso na internet, tanto o preço, quanto a contraindicação e opiniões de quem já usa. Então eu chego no médico toda sabida. [risos] E ele fica todo sério, tem uns que diz “ih... onde é que está estudando medicina?”, pela internet. É autonomia. Tá uma coisa muito útil é essa verificação de medicamento. Por que tem remédios como o Celebra, ele saiu de circulação e eu não sabia. Ai eu perguntei ao médico e ele disse que realmente não estava mais passando essa medicação. Quando a minha taxa aumentou eu disse: pronto, como é que vou fazer pra comer uma coisa melhor, uma torta, um suflê, uma coisa? Na

internet, na parte *diet*, eu posso procurar umas receitas. É muito útil mesmo. (Rosa. Depoimento a autora. 05 de agosto de 2012)

O auto conhecimento gera autonomia, como sabiamente analisa dona Rosa. Inácio, enquanto aluno participante desse processo de autonomia sobre os corpos dos idosos vê nesse processo um instrumento de emancipação, promotor de liberdade.

As coordenadoras do programa tem a opinião bastante parecida com a dos alunos de extensão. O próprio lugar de fala institucional leva os entrevistados a creditarem a liberdade ao conhecimento, pois a universidade é vista nos dias atuais como um espaço de produção e disseminação do conhecimento, fazendo com que as pessoas que estão nela, professores, pesquisadores e alunos se sintam protagonistas no desenvolvimento das pesquisas que oficializam o conhecimento.

Carmen, a ex-coordenadora do PIATI acredita que o uso de textos concientizadores podem ter gerado uma maior participação e compreensão política nos idosos. Lembrando sempre que conhecer, na fala dela, o Estatuto do Idoso facilita o acesso à cidadania. Nas palavras dela:

Contribui muito através das palestras, principalmente quando a gente vai pra parte do Estatuto do Idoso por que o idoso não conhece o seu estatuto, então não conhece os seus direitos. A gente o conscientiza e todos os textos trabalhados, tanto na alfabetização convencional, como na alfabetização digital são textos de cunho conscientizador. Por exemplo, a gente trabalha os direitos do cidadão, quais os documentos que ele deve ter, quais os direitos que ele tem, a gente trabalha contratos de trabalho, inclusive contas de água e luz pra gente mostrar pra eles quais os direitos que ele tem, o que ele tá gastando e o que não está gastando.[...] e a gente tem formado multiplicadores, a gente fala isso pra eles e na comunidade deles muitos deles transmitem para os colegas. Entendeu? A gente sempre incentiva, por que a gente trabalha também com SAB's. (Carmen Verônica. Depoimento a autora. 09 de agosto de 2012)

Para a coordenadora, o conhecimento gerado a partir das discussões realizadas no PIATI foram capazes de também produzirem resultados com pessoas que não participaram ativamente do programa. Ao afirmar que o programa gerou multiplicadores, ela quer assegurar que o conhecimento gera liberdade não apenas para quem o busca, mas também para quem é de alguma forma envolvido nesse processo (amigos e familiares). Contudo, os idosos entrevistados não participam de nenhum grupo ou associação nos bairros que residem. Lembremos que a multiplicação também pode se dar na família ou mesmo entre os amigos desses idosos.

A professora Keila, atual coordenadora do PIATI acredita que o programa contribuiu para a conscientização política, mas não foi o gerador dessa conscientização, pois para ela as pessoas já possuem seus níveis de consciência antes de chegarem ao programa.

Eu acredito que o PIATI tem contribuído qualitativamente nesse sentido, não vamos dizer que a gente conscientizou, por que as pessoas já são conscientizadas. Mas eu acho que o PIATI contribuiu. Primeiro no sentido de dá visibilidade aqueles que eram considerados invisíveis, até na própria universidade, por que a gente sabe que até hoje o nosso curso de Cuidadores de Idosos, muitas vezes para funcionar a gente passa pelo problema de não ter sala de aula, então é uma luta que continua. Mas o fato dos idosos terem vindo a universidade e reivindicar o direito deles de aprender a usar o computador, aprender a ler e escrever, aí as pessoas que cuidam dos idosos tentarem se tornar melhores cuidadores para esses idosos, familiares e através da experiência também do PIATI nas comunidades, nos asilos, além das atividades que a gente desenvolveu em praças públicas, manifestações. [...]São micro políticas que podem se transformar em macro políticas, ou não. (Keila Queiroz. Depoimento a autora. 05 de setembro de 2012)

Para ela não foi a universidade que foi até a comunidade, foram os idosos que vieram reivindicar seu direito de participarem dessa instituição, não se organizando em grupo, mas no ato de ir até a instituição e receberem o que a eles foi oferecido. E esse fato da busca pelo conhecimento, da luta por seus direitos educacionais e científicos, que é o acesso ao que é produzido sobre e para os idosos é consciência política. As múltiplas atividades realizadas pelo PIATI, dentro dos muros da instituição, nas praças, asilos, grupos da terceira idades e SAB's são micro ações políticas que podem gerar macro ações que são sintomáticas de graus de participação da sociedade e da universidade na produção da liberdade gerada pelo conhecimento.

Ambas as coordenadoras, bem como os alunos que participaram do PIATI concebem o programa como instrumento viabilizador de conhecimentos para a liberdade e emancipação política. A fala dos idosos confirma a premissa do acesso ao conhecimento, uma vez que os três dizem que conhecem os mecanismos de ações políticas do Estado, contudo, apenas um optou por participar (do modo dele) e as outras duas não. A liberdade política não se encontra apenas em conhecer e participar, ela também está no fato da opção de escolha.

4.3 – Disponibilidades e facilidades econômicas

A livre negociação, as oportunidades de utilizar recursos econômicos, o aumento nas posses dos indivíduos, o aumento no crédito, a maior facilidade de acesso a bens materiais, o uso satisfatório dos recursos disponíveis no cotidiano, representam fatores que proporcionam liberdade. O Estado, de acordo com Sen, possui importante papel na construção dessa liberdade instrumental, uma vez que as facilidades ligadas as transações econômicas são, em nível macro, obrigação do governo.

Os idosos no Brasil, de acordo com Camarano (1990), apresentam um alto grau de dependência econômica estatal e isso é determinado pela provisão de rendas fornecida pelo Estado na forma de benefícios previdenciários. Para o autor, o sistema previdenciário do país influí na repartição de riquezas entre as gerações.

Goldman (2004) afirma que principalmente nas famílias mais pobres, os idosos com suas pensões e aposentadorias representam a maior fonte de sustento. De acordo com dados do IPEA, em 2009, cerca de 14 milhões de famílias tinha idosos como responsável econômico pelo sustento, o que significa uma média de 36% dos lares brasileiros, havendo nas famílias filhos adultos e em 2,3 milhões delas, netos. Mais de metade da renda vinha desses idosos o que inverteu uma clássica concepção de dependência financeira dos mesmos.

Questionamos os idosos sobre a participação deles no PIATI e a geração de renda a partir dos conhecimentos adquiridos com ações do programa. Obtivemos as respostas:

Não, por que eu tenho a minha aposentadoria e a idade avançada, agora eu consegui economizar, houve essa influência. Melhorou, por que como eu já frisei antes, a gente começa a investigar preços, quer comprar um processador, aí vamos ver na internet, vamos ver nas lojas, as vezes na internet tá até mais baratos que nas lojas. As vezes acontece isso. (Rosa)

Minha fia, teve umas aula de costurar lá, de fazer presente, mas nada do que eu aprendi eu faço não, por que eu sou aposentada sabe e minhas filhas também me ajudam, aí eu não trabalho em nadinha não. (Gardênia)

Não. Melhorou por que tenho o direito de falar. Hoje a gente vê nos seminários, mas ganhar dinheiro não. Primeiro porque existe um boicote no meio familiar por que acha que idoso não deve estudar, que isso é perder tempo, que nós deve é dormir e isso, esse preconceito

não vai acabar. Existe uma crítica generalizada, o idoso sempre tem preconceito com ele mesmo. Eu não aprendi nada pra ganhar dinheiro lá não, eu só sei mesmo contar história. E isso ainda não dá dinheiro. (Delfim)

Os três idosos iniciam suas respostas com uma negação. A aposentadoria é apontada como principal sustento dos três entrevistados. Rosa, a idosa que tem o maior poder aquisitivo, contudo, afirma que suas compras agora são realizadas através de pesquisas na internet, o que na maioria das vezes a faz economizar. Não gera renda, como ela afirma, contudo a faz gastar menos na aquisição de produtos.

Dona Gardênia diz ter participado de cursos profissionalizantes no PIATI, porém, a aposentadoria e a ajuda financeira das filhas são suficientes para seu sustento. Apesar do programa ter fornecido meios para o aumento da renda dela, ela optou por não utilizar aqueles conhecimentos para isso. Ela não falou se utiliza esses aprendizados no dia a dia, sem fins lucrativos.

Seu Delfim, que na maioria das respostas mostra o quanto se sente discriminado pela condição de velho, afirmou não ter desenvolvido nenhum tipo de mecanismo (trabalho) para aumentar a sua renda a partir do que foi aprendido no PIATI. Ele ressalta ainda que a família não gosta que ele estude e que os próprios idosos são preconceituosos a esse respeito.

Desse modo os idosos entrevistados afirmam não terem desenvolvido nenhuma atividade econômica com os conhecimentos apreendidos no PIATI. Cada um com sua motivação. Dona Rosa recebe aposentadoria e pensão do marido falecido e desde então não exerce nenhuma atividade remunerada. Dona Gardênia afirmou receber aposentadoria e auxílio financeiro das filhas, não precisa mais trabalhar. Seu Delfim apesar da idade que tem, ainda trabalha na construção civil para ajudar no complemento da renda da casa, que ele e a esposa sustentam com a aposentadoria de ambos.

Questionamos os idosos com o intuito de sabermos se eles possuem autonomia para comprar o que necessitam ou se outras pessoas são responsáveis por essa atribuição, uma vez que entendemos o ato de ir até os produtos e serviços que necessitam representa também, liberdade e autonomia econômica.

Hoje os outros é quem compra é os outros, mas com meu dinheiro. (Rosa)

Eu compro tudo que eu quero, as vezes eu levo uns netos comigo, por que é pesado e eles são mais sabido, diz o que é pra eu fazer. (Gardênia)

Eu que compro, eu que faço as minhas compras. (Delfim)

Rosa, que afirma ter tamanha liberdade com o computador e as novas tecnologias da comunicação, constatou triste que atualmente não realiza mais suas compras, a sua condição física e a atual presença da sua mãe doente em sua casa faz com que outras pessoas comprem o que ela necessita, mas, como ela bem frisou, a compra é realizada com seu dinheiro.

Gardênia diz levar, algumas vezes, netos para realizarem junto com ela as compras. Eles, mais jovens a auxiliam com o peso das compras e também “dizem” o que é para ela fazer. Essa última informação é emblemática, pois ao mesmo tempo em que ela diz que realiza sozinha a compra do que precisa, afirma que seus netos, por serem mais “sabidos”, que ela vão sempre realizar as compras junto dela. Uma vez que a pergunta a foi direcionada a ela, vemos nessa resposta a confirmação da constatação de seu Delfim mais acima, quando afirma que alguns idosos tem preconceito com eles mesmos, atribuindo a juventude a esperteza e inteligência.

Seu Delfim tem a resposta mais positiva dos três, diz ser autônomo na realização das necessidades econômicas e único responsável pelo que realiza com seus rendimentos.

Sobre a participação do individuo no que é feito e decidido na sua vida, Sen afirma que:

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção. (SEN, 2000. p.71)

A aposentadoria foi apontada como rendimento principal dos três entrevistados, desse modo os inquirimos sobre o acesso inicial as aposentadorias, pois quem a retira do

banco diz muito sobre quem tem o poder distributivo nesse benefício previdenciário símbolo da velhice no Brasil.

É a filha quem tira. Eu, eu que digo o que deve ser feito com o dinheiro. (Rosa)

Eu que tiro, mas eu levo um neto comigo, ou uma filha, porque hoje em dia banco é muito perigoso viu, ir sozinha não pode não. Outro dia minha vizinha foi pegar a dela e um cabra na moto tomou lá mesmo, na porta do banco e ela só não passou fome por que o povo da rua ajudou ela, deu as coisas, porque ela é sozinha, os filhos num mora aqui e eles não tem condição, o marido morreu faz é anos e a gente daqui é que vai com ela nos médicos, que ajuda nas coisas, o povo daqui é muito bom viu. (Gardênia)

Sou eu mesmo. (Delfim)

Os três afirmam ter total controle no que é feito com a aposentadoria, contudo, a insegurança, de acordo com dona Gardênia, faz com que ela leve um neto ou uma filha em sua companhia no momento em que se dirige ao banco. Para ela a solidão é um perigo e nesse trecho da entrevista podemos notar que a solidariedade da comunidade é uma marca da localidade em que ela reside.

Dona Rosa, mais uma vez afirma não realizar atividades extra casa, contudo é enfática ao falar que como o dinheiro é dela é ela quem decide o que é feito, bem como seu Delfim. Esse empoderamento é garantido por essa autonomia financeira gerada pela certeza de que mesmo não sendo o valor desejado, na maioria das vezes, mensalmente o Estado garante ao idoso um benefício financeiro.

Sen (ibid.) afirma que possuir bens materiais não garante desenvolvimento, é necessário que as pessoas tenham liberdade de escolha, por mais que elas não precisem acionar essas liberdades o tempo todo, a garantia que quando for necessário utilizá-la, ela estará disponível é o que o desenvolvimento precisa proporcionar. Mas o aumento no poder aquisitivo das pessoas é também gerador de desenvolvimento, uma vez que ele pode proporcionar melhores condições de vida e de uso das capacidades humanas.

Podemos comprovar a afirmação acima com as respostas que os idosos deram a seguinte pergunta: você é satisfeito com a quantidade de dinheiro que vive?

Não, por que o ser humano nunca é satisfeito com dinheiro, a gente sempre acha que precisa de mais, principalmente quando envelhece, por que só de medicamento né... tenha dó. Gasta-se demais, demais, demais... eu não costumo gastar mais do que eu ganho. Eu tenho um equilíbrio muito grande nisso. [...] Pra viver bem, ter direito a viagens,

compra mais que necessário... a mais assim, porque a gente vive do básico, então ter algo como um computador novo. Não compro porque tem que deixar pra lá. (Rosa)

Dá, dá demais pras minhas coisas, porque minhas filhas ajuda, eu só tomo remédio pra pressão e o governo dá uns. Não me falta nada não. Eu tenho paz, tenho família, vou pras festa... [risos], dá pra fazer tudo. Nessa vida a gente tem que ser agradecida viu, senão Deus castiga. (Gardênia)

Não, inclusive eu tou até trabalhando pra completar a renda, por que o salário não tá dando. Na minha casa mora eu, minha esposa e quatro netos e tem mais a minha cunhada. A renda é o meu salário, o da minha esposa, só. Nenhum dos netos ajuda, mas todos trabalha. Mas a minha preocupação que é que eles se preparasse, que eles estudassem. O pessoal da minha família não é muito amante da leitura. Eu acho importante ler e entender, por que tem gente que lê e não entende. Isso é uma pobreza grande. (Delfim)

Dona Rosa, apesar de possuir a maior renda dos três idosos e ter os gastos com o sustento da casa divididos com a filha e o genro, não se sente satisfeita com a quantia de dinheiro com que vive, ela gostaria de comprar mais do que é necessário, fazer mais viagens. Durante quase toda a entrevista ela demonstrou insatisfação com a vida que leva, com o tratamento que recebe da família atualmente, em especial da filha, com o fardo de cuidar sozinha da mãe acamada, bem como com os agravantes que a velhice trouxe para ela, referente a saúde debilitada que tem hoje.

Dona Gardênia acredita que a sua aposentadoria de um salário mínimo, juntamente com as ajudas das filhas são suficientes para ela viver bem. Ouvir uma pessoa com quase 80 anos, que vive sozinha por opção, com um rendimento mínimo, dizer que possui tudo que precisa nessa vida é extremamente contrastante com a premissa economicista de que desenvolvimento é ganho econômico.

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riquezas e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. (SEN, 2000. p.29)

O IBGE (2010) nos trás a informação de que em média 30,9% das pessoas que tem 60 anos ou mais ainda estão no mercado de trabalho, mesmo recebendo a aposentadoria. Podemos comprovar essa informação com a resposta de seu Delfim ao questionamento feito anteriormente, ele ainda trabalha, mesmo com 73 anos e aposentado, por que muitas pessoas adultas dependem economicamente do seu salário.

E mesmo sendo o idoso que vive em piores condições econômicas, ele demonstra depositar na leitura, na educação uma grande valoração, pois não se importa de estar trabalhando em Campina Grande durante a semana e apenas nos fins de semana retornar à sua cidade, Assunção. O que realmente o importa é que seus netos tenham o que a ele foi negado durante muitos anos, o direito a educação.

Os alunos extensionistas também foram questionados sobre as disponibilidades econômicas que o PIATI proporcionou ou não aos idosos e obtivemos as seguintes respostas:

Melhoria econômica não assim... diretamente, mas, ainda nessa questão do Estatuto do Idoso a gente discutia e caso eles tivessem dúvida sobre algo a gente sempre via se podia ajudar de alguma forma. Mas não nessa forma especificamente. Reorganizar finanças seria... mas, no nosso projeto a gente não teve esse foco não, mas em outros projetos tinha algumas aulas de corte e costura, de reciclagem que podem gerar renda sim. Mas no nosso não. (Fátima)

No meu projeto não, mas no PIATI tinha uns cursos profissionalizantes, acredito que eles devem ter ajudado aos idosos de lá. Mas o meu não. (Inácio)

Sim. O projeto oferecia cursos de corte e costura e reciclagem para que eles pudessem complementar a renda ou abrir o seu próprio negócio. (Luzia)

O aluno que participava do projeto de saúde e a aluna que participava do projeto de ciências sociais acreditam que os projetos que participaram não trouxeram desenvolvimento ou melhorias econômicas aos idosos. Contudo, ambos reconhecem que outros projetos do programa realizaram atividades que podem ter proporcionado renda, bem como melhorias econômicas para os idosos participantes do PIATI.

Luiza, que participou de um projeto da área de educação no programa, lembra que os cursos profissionalizantes oferecidos pelo mesmo para os idosos podem ter sido gerador de renda e melhorias econômicas.

As coordenadoras do programa fazem uma análise mais complexa de ganhos e disponibilidades econômicas. Tanto Carmen, ex-coordenadora do programa, atualmente afastada para concluir o doutorado, como Keila, a atual coordenadora compreendem o acesso ao conhecimento como o maior possibilitador dessas disponibilidades apontadas por Sen como necessárias a instrumentalização da liberdade.

No curso de corte e costura as mulheres aprenderam a costurar, elas estão costurando pra fora. Eu vou lhe dá um exemplo do curso de Alfabetização: uma aluna que ela tinha uma mercearia, um fiteiro em casa, na porta de casa. No domingo os homens iam rachar lá no Pedregal, iam pro racha, que é jogo né. Eles iam rachar, quando voltavam do jogo eles iam beber. Então eles bebiam e como ela não sabia ler e escrever, eles mesmos anotavam a quantidade de cerveja que bebiam e ela nunca teve lucro, agora que ela aprendeu a ler e a escrever ela hoje tem uma mercearia, ela cresceu muito, por que ela começou a ver que os homens não estavam anotando corretamente quantas cervejas tinham bebido e hoje como ela anota, então ela viu o dinheiro dela render, ninguém consegue mais enrolar. Como outro senhor que é dono de vários frigoríficos, uma pessoa que tem dinheiro, condição, mas não sabia ler e escrever, então ele assinava os cheques em branco e os próprios fornecedores que preenchiam. Muitas vezes ele foi lesado. Quando ele aprendeu a ler e a escrever, o que foi que aconteceu? O patrimônio dele cresceu bastante. Então eu acho que essas ações fizeram com que as pessoas tivessem mais... fossem mais inseridos na sociedade, além de que, não foram mais lesados. (Carmen)

Esses dois casos citados pela professora demonstram claramente como a alfabetização e o letramento são necessários para a viabilização da liberdade e concomitantemente ao desenvolvimento.

O analfabetismo, de acordo com Nóbrega (2006), é um dos mais complexos e alarmantes problemas educacionais que o Brasil enfrenta e esse problema é agravado quando tomamos ciência que a nossa sociedade é letrada e os indivíduos que não dominam os usos dos códigos da linguagem são marginalizados nas relações sociais.

[...] O letramento representa a evolução histórica mais sofisticada do comportamento humano chamados, segundo Vigotsky (1984), de “processos mentais superiores”, como por exemplo, as habilidades de raciocinar de forma abstrata, de usar a memória ativa interagente e mediadora, de problematizar situações de aprendizagem e solucioná-las, utilizando-se dos processos cognitivos em foco. Segundo o autor, essas habilidades estão aliadas ao conhecimento do uso da língua, esta concebida pelo autor, como instrumento mediador do conhecimento entre o homem e a natureza (sociedade). (NÓBREGA, 2006.p.64)

A educação precisa possibilitar o desenvolvimento de conhecimentos que tragam desenvolvimento afetivo, social, físico, intelectual e ético. Seu objetivo deve ser promover consciência sobre direitos e deveres, estimular a autonomia do indivíduo.

Isso aí eu acho que foi uma experiência muito forte no projeto de Alfabetização, que inclusive a professora Carmen na dissertação de mestrado dela fala disso, que a partir do momento que os idosos que já tinham seu pequeno comércio, aprenderam a ler, a escrever, a contar,

ela mostra inclusive na própria dissertação como essas pessoas mudaram de vida e melhoraram até a sua própria administração da sua bodega, do seu comércio, a partir do momento em que eles começaram a contar o seu dinheiro e se tornaram pessoas mais letradas. Então essa contribuição para o letramento acabou sendo uma contribuição também no sentido da geração de renda, por que melhorou a qualidade do serviço e lógico que acaba melhorando a qualidade de vida [...] (Keila Queiroz)

Contrariando os alunos extensionistas e os idosos, as coordenadoras vislumbraram as disponibilidades econômicas no acesso a leitura, a escrita e a maior e melhor compreensão do mundo que circunda os idosos. A educação seria geradora das melhorias econômicas.

Sen (ibid.) aponta o investimento na educação básica, bem como na saúde de um povo como um dos mais importantes que um governo pode fazer no seu povo para aplicar os aumentos econômicos de uma nação. Para o autor o desenvolvimento completo de uma nação só se dá quando socialmente ocorrem avanços, e o aumento na expectativa de vida de dada população deve levar em conta a qualidade de vida desses anos acrescidos.

4.4 – Oportunidades Sociais

Viver melhor. Essa liberdade instrumental resalta as disposições que a sociedade estabelece principalmente nas áreas da saúde e na da educação para que os indivíduos consigam ter uma participação mais efetiva em atividades econômicas como em políticas, de modo que a melhoria de vida das pessoas, tendo uma saúde melhor e participando do mundo simbólico ao qual pertence propicie o desenvolvimento.

Por exemplo, o analfabetismo pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas que requeiram produção segundo especificidades ou que exijam rigoroso controle de qualidade (uma exigência sempre crescente no comércio globalizado). De modo semelhante, a participação política pode ser tolhida pela incapacidade de ler jornais ou de comunicar-se por escrito com outros indivíduos em atividade políticas. (SEN, ibid.p.56)

As questões e as respostas algumas vezes, parecem se repetir, contudo, as liberdades instrumentais para o alcance do desenvolvimento são complementares, como dito anteriormente. O domínio da leitura e da escrita já foi elencado como mister para a

aquisição de melhorias econômicas e aqui, na busca por oportunidades sociais ela também se faz necessária.

[...] Não é de todo descabido, então, afirmarmos que, quanto mais consciência uma pessoa tem em relação à sua realidade, mais condições ela terá para encarar a “árdua” situação sócio-econômica do país, particularmente do Brasil, pondo em prática as habilidades que a aquisição da escrita aliada ao letramento lhe proporciona. (NÓBREGA, *ibid.*p.57)

A relação que os idosos estabelecem na sua família, em meio a realidade social, cultural, psicológica e biológica que a velhice os apresenta também pode ser indicadora de mudanças sociais, bem como, pode denunciar realidades de marginalização e preconceito geracionais.

O acesso ao mundo do letramento pode propiciar aos indivíduos o desenvolvimento da capacidade de imaginar, inventar, criar e recriar, pois ele incide no respeito a pessoa humana, que é vista a partir de então como mais que um indivíduo, é visto enquanto expressão de uma prática social. (NÓBREGA, *ibid.*)

Todos os idosos entrevistados dominam a leitura e a escrita. Gardênia chegou ao PIATI sem dominar a leitura e a escrita, ela apresentava dificuldades até para segurar o lápis para escrever. Delfim tinha um bom nível de leitura, mas não sabia escrever e Rosa, já dominava a leitura e a escrita, uma vez que frequentou a escola na idade convencional (infância) para o letramento e a alfabetização e continuou a utilizá-las no seu cotidiano.

Gardênia (re)aprendeu a utilizar a leitura e a escrita com as aulas que frequentou no PIATI durante um ano, no projeto “Alfabetização de Adultos e Idosos”. Para ela aprender a ler e escrever mudou a maneira com que a mesma se relaciona com o mundo. Nas palavras dela:

Eu sei ler as coisas sozinha, vejo os preços, os anúncios, ninguém me engana mais não. Eu escrevo meu nome, faço lista das coisas... antes eu tinha que ficar pedindo ao povo pra fazer pra mim e tinha que esperar eles querer. A pessoa só é gente mesmo quando não precisa pedir nada aos outros. Depois de velha é que eu virei gente [risos]. E foi bom demais, eu fiz muito amigo, dei tanta risada, aprendi muita coisa sobre a vida, as pessoas. (Gardênia)

Perguntamos aos três idosos se eles, após participarem das ações do PIATI leem jornais e revistas e, para nossa surpresa, mesmo em quantidades pequenas eles afirmam

ler. Como nossa pesquisa procura dados qualitativos e não quantitativos, foi bastante gratificante poder constatar que eles entraram no mundo dos símbolos contemporâneos.

Hoje em dia raramente, por que eu não disponho de tempo, mas gosto demais de lê e até ano passado antes da minha mãe vim morar aqui eu lia quase todo dia. (Rosa)

Às vezes eu leio, mas não é sempre não. Eu leio mais quando a letra é bem grande, minha vista tá ruim, aí leio mais na rua, as propagandas, as lojas, jornal eu assisto na televisão. Lá no PIATI a gente lia jornal, revista, as professorinha butava pra gente lê [risos], todo mundo lia e depois tinha que explicar, por que elas dizia que tinha que entender. E elas tava certa mesmo. Se você não souber contar o que leu é a mesma coisa de não ter lido. Você passou o olho só. (Gardênia)

Vejo, hoje não que eu tou com a vista ruim, mas eu gosto de ler, vê as notícias. Por que o povo entende que só quem sabe decidir as coisas... As pessoas que tem preparo acadêmico é muito bom, mas acho certo que haja uma comunhão das pessoas leigas que não podem estudar, por que um tem vivência e o outro tem técnica e a vivência com a técnica é que vai ajudar. (Delfim)

Os problemas acarretados com o envelhecimento físico, como a dificuldade em enxergar bem, problema ligado a saúde, ou ao acesso a bons tratamentos são apontados como a maior dificuldade para uma maior frequência da leitura de revistas e jornais, afirmam seu Delfim e dona Gardênia. Ambos demonstram entender o papel da leitura para a interação social, seja lendo as palavras escritas ou compreendendo auditivamente e visualmente as informações passadas por jornais na TV, como afirma dona Gardênia. Ela ressalta ainda que, hoje compreende o que lê, o que vê, afirmando ter praticado a interpretação quando estava no PIATI e que sabe o quanto é importante ir além de “passar o olho”, é preciso interpretar as informações que recebe para entender e participar do funcionamento do mundo.

Seu Delfim acredita que quem escreve as notícias são pessoas que tem preparo acadêmico, que dominam determinadas técnicas. Para ele, essas técnicas, esses conhecimentos científicos precisam ser mediados pelo saber empírico, pois só na união da ciência com a técnica é que podem ajudar as pessoas de alguma forma. Ele crê que quem pode tomar decisões importantes na sociedade são pessoas que buscam o conhecimento, pois o questionamento inicial foi sobre a procura dele por informação e a resposta terminou com a constatação de que as informações, os estudos, precisam levar

em conta as pessoas que tem conhecimento de vida “vivência”, mas não tiveram a oportunidade de frequentar a escola, como ele.

A mãe de dona Rosa, mora com ela a pouco mais de um ano, após o agravamento da doença da mesma. A mãe dela sofre de uma doença degenerativa e incurável, o Mal de Alzheimer⁶² e atualmente encontra-se num estado de semi coma, precisando de ajuda para realizar atividades simples, como se alimentar e sentar-se. De acordo com dados do Ministério da Saúde⁶³, no Brasil atualmente 900.000 mil idosos convivem com o Mal de Alzheimer e a dependência que essa doença gera nas pessoas que são acometidas por ela gera transtornos para as famílias.

Dona Rosa afirma ter uma vida bastante ativa antes da sua mãe precisar da sua ajuda, ela reclama que tem quatro irmãs e nenhum aceita levar a mãe para morar com eles. Ela se queixa de levar um fardo muito grande sozinha, que é inclusive financeiro, uma vez que nenhum deles a ajuda no cuidado cotidiano da sua mãe, o que nos revela mais uma faceta da realidade de conviver com idosos dependentes: nem todos os parentes que são responsáveis apoio e cuidado do idoso com dependência física e psicológica se sentem responsáveis por ele e cumprem com seu dever.

Legalmente os filhos tem a obrigação civil de se responsabilizarem pelos pais. A Carta Magna, no artigo 230 afirma isso com a seguinte afirmativa:

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º - Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

⁶² De acordo com o Ministério da Saúde o Mal de Alzheimer é uma doença neuro-degenerativa que provoca o declínio das funções intelectuais, reduzindo as capacidades de trabalho e interferindo no comportamento e na personalidade. De início, o paciente começa a perder sua memória mais recente. Pode até lembrar com precisão acontecimentos de anos atrás e esquecer que acabou de realizar uma refeição. Com a evolução do quadro, a doença causa grande impacto no cotidiano do paciente e afeta a capacidade de aprendizado, de atenção, de orientação, de compreensão e de linguagem. A pessoa fica cada vez mais dependente da ajuda dos outros, até mesmo para rotinas básicas, como a higiene pessoal e a alimentação. Disponível em http://portal.saude.gov.br/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=21062, acessado no dia 15.10.2012.

⁶³ Disponível em http://portal.saude.gov.br/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=21062, acessado no dia 15.10.2012.

§ 2º - Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Ainda, no Estatuto do Idoso, artigo 3º, parágrafo único, inciso V, temos:

Art.3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito a vida, a saúde, a alimentação, a educação, a cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, a cidadania, a liberdade, a dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

V – priorização do atendimento ao idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar exceto dos que não a possuam, ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência.

Vemos claramente que a legislação brasileira incumbe a família como responsável pela pessoa idosa, respeitando ainda os atuais arranjos familiares⁶⁴. Esses deveres não impõe aos filhos o amor aos pais, mas sim o amparo na velhice dos mesmos, sem que os laços afetivos sejam levados em conta. A convivência familiar, a atenção e o apoio a ordem física e moral dos idosos também consistem em abandono imaterial, não afetivo. (KARAM, 2011)

Devido a nova realidade demográfica brasileira, é cada vez mais comum lares multigeracionais, onde pessoas de gerações diferentes tem convivido, de forma pacífica ou não.

Para a Rosa, realizar sozinha o cumprimento de uma obrigação que deveria ser compartilhada entre os irmãos, que são, os parentes mais próximos que a mãe tem, faz com que ela esteja atualmente afastada do mundo da leitura e da informação escrita.

Questionamos os idosos sobre o tratamento recebido por parte dos seus parentes, se o na velhice eles acreditam que estão sendo respeitados, e eles responderam o seguinte:

⁶⁴ De acordo com o IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD (2010), os modelos atuais de união parental podem ser determinados de acordo com o modelo matrimonial (com filhos biológicos; com filhos biológicos e filho adotivos; com filhos adotivos; sem filhos); A união estável heterossexual (com filhos biológicos; com filhos biológicos e adotivos; com apenas filhos adotivos; sem filhos); A família monoparental (pai ou mãe e descendentes biológicos; pai ou mãe e descendentes biológicos e adotivos; pai ou mãe e apenas filhos adotivos); A união de parentes e pessoas que convivem em interdependência afetiva, sem pai ou mãe, a exemplo do grupo de irmãos, após falecimento ou abandono dos pais; Pessoas sem laços de parentesco que passam a conviver em caráter permanente, com laços de afetividade e de ajuda mútua, sem finalidade sexual ou econômica; Uniões homossexuais, de caráter afetivo e sexual; Uniões concubinárias, quando houver impedimento para casar de um ou de ambos conviventes, com ou sem filhos; Comunidade afetiva formada com “filhos de criação”, sem laços de filiação natural ou adotiva regular. Esses novos arranjos expandem também a responsabilidade que os indivíduos tem com outras pessoas que se relacionam.

Não, nem boa nem ruim, são indiferentes. (Rosa)

Tenho, ixi se tenho... [risos]. Tenho tanto neto que não cabe tudo aqui em casa de uma vez. Eles tudo me abraça, me beija. Minha filhas é tudo unida comigo. Todo mundo aqui gosta de mim. (Gardênia)

Não. Eu acho que não. Eu não sei por que eles não tem eu como uma pessoa assim... fraco do juízo e eu não sou não é? É por que tem esse preconceito, as pessoas acham que pessoas idosas só tem que dormir.(Delfim)

Seu Delfim afirma que é vítima de preconceito por ser velho. Ele acredita que não precisa dormir o tempo todo. Algum familiar deve ter dito a ele que pessoas com a idade dele precisam ficar quietas, dormir de preferência. Mas, mesmo com todo o preconceito que ele afirma sofrer, ele contraria as estatísticas, além de receber aposentadoria, ele ainda trabalha fora de casa.

A fala de seu Delfim aponta para outra realidade social brasileira, a da marginalização social da velhice. A ditadura da juventude cria redutos de segregação geracional nos espaços de convivência no meio da sociedade. A não produtividade econômica, comum a maioria das pessoas que chega aos sessenta anos os separa dos economicamente produtivos e cria uma gama de preconceitos em torno da velhice.

Para Lins de Barros (2004), essa não aceitação se deve ao fato de que a juventude é a idade padrão da sociedade contemporânea, embora saibamos que alguns países, e isso incluiriam o Brasil, já são consideradas como nações de população envelhecida. Assim, a velhice é encarada como declínio, uma vez que o indivíduo na condição de idoso ultrapassou o ponto máximo do ciclo de vida. Além do mais, outras ciências se apropriam desse contexto social para pensar a velhice sob diferentes aspectos. A medicina, por exemplo, estabelece uma série de normatizações e a psicologia condutas que são atribuídas a um dado grupo social específico. (ANDRADE, 2011)

Rosa, afirmou que sua família, ou seja, sua filha, é indiferente a ela. O não lugar do idoso nas famílias e na sociedade é um incômodo sentido pela maioria dos idosos com quem temos a oportunidade de conversar. Obviamente que esse tipo de comportamento não é uma regra. Dona Gardênia nos trás um ponto de esperança ao falar do bom tratamento que a sua família a concede. A união das filhas e netos, o carinho e afeição que os mesmos a dirigem demonstram os laços afetivos desenvolvidos por ela nessa instituição nova que é a família multigeracional com idosos convivendo com crianças e adultos.

Indo para questões referentes a saúde, perguntamos ao idosos se no bairro deles existe postos de atendimento de saúde do PSF e se eles frequentam os mesmos.

Eu ouço falar que sim, mas eu nunca usei não, eu tenho plano de saúde. (Rosa)

Tem sim, e eu vou é muito. Mas não é por que eu sou doente não [risos], é que eu gosto é muito das enfermeiras de lá. Eu levo uns doce pra elas, levo café, elas gostam é muito. (Gardênia)

Tem. Participo. Mas não direto, por que as vezes eu saio de comunicação. (Delfim)

Como a saúde pública no Brasil é frequentada majoritariamente por pessoas de baixa condição aquisitiva, vemos no exemplo acima que dona Rosa, a entrevistada que possui melhor condição financeira utiliza planos de saúde da iniciativa privada quando é acometida de alguma doença. Os três asseguram saber da existência de postos de saúde pública em seus bairros e dona Gardênia e seu Delfim afirmam fazer usos dos serviços públicos de saúde sempre que necessitam.

A pobreza é uma condição econômica, que tem variantes culturais e sociais. Viver com 500 dólares nos EUA não é o mesmo que viver no interior da Paraíba com 500 dólares mensais. As condições socioculturais de uma determinada nação ou localidade vão influenciar na composição e variação desse conceito.

No Censo Demográfico de 2010, o IBGE afirma existirem 16,27 milhões de brasileiros em situação de extrema pobreza, 8,5% da população do país. O marcador desse conceito foi estabelecido da seguinte maneira, as pessoas que vivem com R\$ 70,00 reais ou menos por mês e reside em domicílio é considerado extremamente pobre. Há casos de pessoas que não tem nenhum rendimento mas que em seu domicílio existe renda advinda de outras pessoas, desse modo outros critérios⁶⁵ também são utilizados para que o instituto chegue a conclusão de que o indivíduo realmente é pobre.

⁶⁵ Para calcular as pessoas sem rendimento que, de fato, se incluem na linha de miséria, o IBGE realizou um recorte que considerou os seguintes critérios: residência sem banheiro ou com uso exclusivo; sem ligação de rede geral de esgoto ou pluvial e sem fossa séptica; em área urbana sem ligação à rede geral de distribuição de água; em área rural sem ligação à rede geral de distribuição de água e sem poço ou nascente na propriedade; sem energia elétrica; com pelo menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto; com pelo menos três moradores de até 14 anos de idade; com pelo menos um morador de 65 anos ou mais de idade. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/brasil-tem-1627-milhoes-de-pessoas-em-situacao-de-extrema-pobreza.html>, acessado no dia 18.10.2012;

Os idosos entrevistados não se consideram pessoas pobres. Quando questionados sobre esse tema, responderam:

Não, normal! Nem sou pobre, nem sou rica. Vivo do que tenho e como posso. (Rosa)

Eu sou riquinha [gargalhadas]... tem muita gente que queria ter a paz que eu tenho. Não cuido de filho nem de neto, vou pra onde eu quero. Tenho saúde. Não me falta nada. Eu queria poder viajar, por que é muito caro e eu não viajo muito, mas as vezes eu vou pro interior ver meus netos, pelas festas. Tirando isso eu tenho é tudo. (Gardênia)

Financeiramente eu me considero uma pessoa não muito feliz, por que eu não tenho o apoio familiar. Eu precisava de mais dinheiro pra viver. (Delfim)

Levando em conta os indicadores do IBGE, nenhum dos entrevistados se encaixa no conceito de pobreza extrema, contudo, eles, os idosos, apontam outras variantes para se medir a pobreza.

A paz, a liberdade de não ter obrigações de cuidado com filhos e netos, boa saúde, são os indicadores que dona Gardênia aponta para marcar riqueza. Se a riqueza é o antônimo da pobreza, para nossa entrevistada a falta desses critérios na vida gera pobreza.

Seu Delfim afirma que precisava de mais dinheiro para viver, uma vez que divide com a sua esposa o sustento de mais 5 pessoas. Um espírito que está longe da pobreza. É assim que ele se declara e concordamos com essa afirmação.

Para nossa surpresa, dona Rosa, que possui alguns bens matéria com grande valor, e que tem o maior rendimento dos três, chegando a quase quintuplicar os rendimentos dos outros entrevistados acha que é uma pessoa na média, normal, nem pobre e nem rica. Afirma ser uma pessoa que tem o suficiente pra uma vida tranquila porque só gasta o quanto ganha.

Dona Rosa, ao ser questionada sobre a segurança pública e a sensação de segurança em sua casa e no seu bairro, responde da seguinte forma:

Em qualquer lugar a gente vive com medo. Como eu tou velha, eu digo que a gente não vive, sobrevive. Por que em casa tem o mal, lá fora tem o mal. Hoje pra onde você for conviver e viver, você tá correndo risco. Sempre foi, só que hoje é relativamente mais, mais e mais. Antes era muito raro, crime, perseguição, roubo... menino, a cidade entrava em luto, era uma novidade. Hoje é uma rotina, se não

tiver ninguém pra contar que durante o dia houve um assalto, a gente se surpreende.

Ela se sente refém da situação de insegurança, descrita por ela como realidade atual da cidade. O medo que o discurso sobre a violência gera nas pessoas, faz com que a casa aos poucos, se transforme no reduto de segurança e também num túmulo precoce para os idosos.

Seu Delfim, morador da zona rural, afirma que mora em um local tranquilo, onde “não existe isso de medo. É tanto que os meninos às vezes deixa a moto do lado de fora.” A sensação que a segurança ocasiona gera liberdade, seja para deixar um bem material passar a noite fora dos muros da casa, seja para ele voltar meia noite para casa, quando está nas aulas do PIATI.

O fato de morar a muitos anos na mesma casa, na mesma rua ajuda dona Gardênia a se sentir segura em sua casa, no seu bairro. É uma realidade do bairro no qual ela mora - localizado na Zona Oeste de Campina Grande - possui graves problemas ligados ao tráfico de drogas e a violência civil. Contudo ela afirma sentir-se em segurança estando lá.

Serviços como saneamento básico e de saúde pública também fazem parte dos elementos que potencializam a liberdade e a segurança, ambos os elementos que corroboram para o desenvolvimento social de uma dada população ou grupo social.

Dona Rosa e dona Gardênia afirma serem satisfeitas com o saneamento básico que a sua rua possui. Seu Delfim, morador da zona rural denuncia a falta de água como realidade do seu dia-a-dia e os gastos com carros-pipa são altos. Já no tocante ao acesso a médicos no sistema público de saúde eles afirmam terem sim acesso, contudo, dona Rosa garante que tem bom atendimento quando procurar a rede pública por que conhece muitos médicos.

De acordo com dona Gardênia “não é todo dia que tem médico lá não, quando tem, eles atendem a gente bem direitinho. Eles são bonzinhos comigo, também eu não reclamo de nada, escuto eles e faço o que eles manda, eles tem mais estudos que eu né.” Mesmo de modo não continuo, o atendimento ocorre e ela tem acesso a ele. E seu Delfim garante ter sorte com os médicos, pois só foi atendido por médicos que o tratam bem.

Os alunos entrevistados acreditam que o PIATI gerou oportunidades sociais para os idosos, contudo, cada um tem uma interpretação diferente para o significado desse termo. Pedimos que eles exemplificassem essas oportunidades com casos de idosos no programa, se fosse possível.

Nos grupos de terceira idade nós percebíamos que os participantes eles melhoravam as relações entre eles, a sociabilidade geracional mesmo dentro do próprio grupo e intergeracional conosco, já que todos do projeto [extensionistas] eram jovens. Então eles tinham esse diálogo aberto conosco e em questão de experiência concreta, eu não estava no projeto no momento mas a professora Benedita sempre relata que teve uma idosa, da época de Elisandra, de Elânia, as meninas mais antigas do projeto que ela, a idosa, mudou tanto, ela cresceu tanto que sempre ela procurava as meninas aqui, vinha sempre aqui até pra agradecer as meninas que nesse sentido, tiveram uma atuação mais concreta com ela. Até na defesa de monografia ela veio aqui prestigiar e tudo. Ela foi uma idosa lá do Conviver. Mas, conosco, como eram trabalhos assim, pontuais e mais no asilo, teve uma época que a gente ficou muito no asilo, então o perfil dos idosos é diferenciado. A gente conversava, dava pra ter mais um momento de distração pra eles, de diálogo, humanização mesmo, saber sobre o asilamento, saber como é que estava a vida deles lá e eles com esse retorno conosco, nesse sentido. (Fátima)

Teve vários idosos que falavam que aprender lá no PIATI ajudava eles a ver a vida diferente, mas como o meu projeto funcionava mais com palestras sobre saúde e cuidados, eu não tinha tanto contato quanto os outros alunos que ficavam mais tempo conversando com os idosos. (Inácio)

Um dos nossos alunos tinha um projeto de uma casa de cultura para a cidade dele. Com a ajuda do projeto ele conseguiu documentar o projeto e inaugurar a casa de cultura na cidade de Assunção. Realizou o sonho dele de deixar uma casa de cultura para cidade dele, proporcionando mais conhecimentos para pessoas que como ele também não tiveram tantas oportunidades na vida, que precisaram trabalhar a vida inteira no roçado para sustentar a família e não puderam estudar. (Luzia)

Fátima entende por oportunidades sociais a chance de falar e ser ouvido, a humanização social, a relação de respeito intergeracional, bem como a relação de carinho e afetuosidade desenvolvidas entre alguns idosos participantes do programa e os jovens extensionistas. Mesmo os idosos asilados apresentaram para ela ganho sociais, ao poderem conversar, se distrair da realidade institucionalizada que eles tinham e poderem ter pessoas que demonstram interesse na vida deles.

A partir dos estudos sobre a institucionalização no Brasil, podemos concluir que a maioria dos idosos asilados no Brasil são entregues a instituições por parentes ou filhos, não vão por vontade própria (DEBERT, 1999; GROISMAN; CAMARANO, 1999; VERAS, 2001; PEIXOTO, 1995; ALCANTARA, 2004). Não existem dados oficiais sobre a quantidade de asilos no Brasil, estima-se de que o número seja igual ao de municípios do país e que cada um tenha em média de 10 a 300 asilados, o que representaria 15% da população de idosos no Brasil⁶⁶. Contudo, essas estimativas são de 1985, tendo em vista que a expectativa de vida no país aumentou consideravelmente (IBGE) de 54 anos na década de 80 para 73,1 anos de vida em 2010, ampliando a quantidade de pessoas asiladas.

A vida asilar segue regras rígidas e muitas vezes o único contato com o mundo extra muros que os idosos tem são as visitas permitidas em dias e horários pré estabelecidos. A família nem sempre representa a maior porcentagem de pessoas que visitam os idosos asilados. Grupos de apoio aos idosos, ONG's, pesquisadores e religiosos costumam buscar um diálogo com essas pessoas e os alunos de alguns projetos do PIATI também realizavam essas visitas.

Palestras que levavam conhecimento sobre cuidados com a saúde e o corpo não são para Inácio, promotoras de oportunidades sociais. Ele afirmou que esses mesmo conhecimentos aumentariam as liberdades políticas, através da conscientização das suas necessidades e seus direitos, mas como geradores de oportunidades sociais não.

Luzia cita o exemplo de um aluno que foi alfabetizado no programa e conseguiu expressar em forma de um projeto suas ideias para melhorar a cidade na qual morava. Ter vizibilidade social e direito à dizibilidade são ao ver de Luiza uma forma de ter oportunidades sociais e o programa conseguiu desenvolver essa característica na vida dos idosos.

Carmen, ex-coordenadora do PIATI sobre esses respeito diz:

Primeiro, a coisa mais importante que eu acho foi que os alunos que terminaram a alfabetização conseguiram se inserir nas escolas públicas de Campina Grande. A gente tem aluno que terminou a alfabetização e hoje já está no segundo grau. Outros que conseguiram emprego por que aprenderam a ler e escrever. Outros que fizeram o curso de informática e estão trabalhando. [...] Então assim, isso é

⁶⁶ Disponível em <http://portaldoenvelhecimento.org.br/noticias/voz-do-leitor/o-termo-institucionalizacao.html>, acessado no dia 18.09.2012.

muito importante pra gente, saber do que o PIATI proporcionou e tá proporcionando pras pessoas.

Inserção social, aceitação no mercado de trabalho, desenvolvimento de habilidades, para ela esses são fatos que comprovam as oportunidades sociais que o programa gerou aos idosos e ela continua,

Além da família, o que eles mais falam é porque eles assinavam colocando a digital, o dedo, então eram muito discriminado por isso, serem analfabetos e aprenderam a ler e a escrever, assinar o nome e nunca mais assinaram nada que não fosse... que eles não soubessem o que estavam assinando e notam que tem mais respeito, principalmente na fila do banco, por que eles não precisam mais daquela moça pra tá do lado ensinando, por que demora e ninguém tem paciência, principalmente por que é idoso, não é? E na família eles também tiveram esse respeito, por que os netos e os filhos faziam tudo por eles, faziam as vezes com muito má vontade. Agora eles não precisam mais dos netos, eles estão fazendo sozinhos, essa é a diferença.

Autonomia, diminuição de preconceitos, mais respeito da família para com eles, menor dependência. Para a coordenadora os ganhos sociais são enormes e ocorrem principalmente no que diz respeito à satisfação pessoal, fatores psicológicos. O sentir-se melhor é o maior ganho social presente no trecho supracitado.

A gente teve sim, depoimentos como o de dona Julita, que também é uma idosa que participa aqui do programa e seu João. Os idosos que aprenderam a usar o computador, por exemplo: saber usar um computador é entrar nas redes sociais, entrar nas redes sociais é pertencer a sociedade. Hoje o mundo é muito mais virtual. Então as pessoas deram vários depoimentos dizendo que estavam sendo mais respeitadas pelos próprios familiares depois que aprenderam a usar o computador e também com a vida ativa, com o fato de ter vindo a universidade. Frequentar a universidade para eles dá um status muito grande. Aí, tanto gerou conflitos na família, por que tem famílias que realmente não querem dá esse lugar social ao idoso, quer que o idoso seja o empregado doméstico da família, mas também gerou mais respeito, mas reconhecimento. Tem situações e situações, mas a gente percebe que a partir do momento que o idoso entra no programa que participa de algum curso e realmente ele se sente valorizado, isso muda também as relações sociais dele. (Keila Queiroz)

Essa lista de ganhos só aumenta, pois, de acordo com a professora Keila outro ganho social da participação dos idosos no programa foi a entrada deles em um mundo novo e até então desconhecido que é o virtual. Num mundo tecnologicado desconhecer os usos das tecnologias de comunicação é não se comunicar eficazmente. A valorização pessoal e o respeito familiar são ganhos também imensuráveis. Ela denuncia a cultura

do silenciamento familiar imposta ao idoso. Muitas vezes o não lugar do idoso na família é trocado por um lugar marginal de subserviência, onde as vontades e desejos dos mesmos são negados. Para ela a participação desses idosos em cursos que promovem aprendizados uteis para a vida dos mesmos é dar a chance dessas pessoas se sentirem valorizadas e alcançarem oportunidades sociais.

4.5 – Proteção e Segurança

Uma rede de segurança social é necessária aos indivíduos de uma nação para proporcionar uma rede de proteção social, para que males que venham a atingir determinada população ou grupo em situação de risco ou mudança abrupta de estado econômico seja reduzida a miséria ou a fome. Essa liberdade instrumental de segurança e proteção abarca disposições institucionais fixas, que tragam a sensação de confiança para a população, como os benefícios aos desempregados, a seguridade social, programas governamentais que auxiliem na redução das desigualdades, medidas para geração de renda aos necessitados, bem como distribuição de alimentos em crises de fome coletiva e criação de instituições para abrigar os mais carentes.(SEN, *ibid.*)

A insegurança também é tolhedora de liberdade, pois limita a ação de agente livre das pessoas e faz com que o medo instaure uma república da punição e da vigia. Tem-se medo de sair de casa, de mobilizar-se em prol de direitos. O acesso a esses conhecimentos emancipa, liberta e garante que mesmo não sendo aplicadas corretamente, os direitos a serviços, conquistados através de processos de lutas sociais ou não, sejam cobrados.

Sobre essa liberdade inquirimos os idosos sobre alguns serviços básicos de proteção a pessoa idosa e de proteção social, independente da geração. Buscamos compreender se a participação no PIATI proporcionou algum conhecimento novo a esse respeito e também fizemos questões referentes a privações que eles possam passar ou ter passado.

Como já citado, os três idosos entrevistados recebem o benefício social da aposentadoria. Dona Rosa também recebe uma pensão deixada pelo marido. Esse benefício foi criado para atender as demandas de trabalhadores rurais e urbanos que

envelheciam e não tinham como prover seu sustento, desse modo o Estado criou mecanismos de proteção para trabalhadores que chegavam a uma idade avançada (ou que são considerados inválidos para o trabalho). cremos que esse benéfico contribui para a segurança alimentar dos idosos participantes dessa pesquisa.

Dois dos idosos entrevistados – Gardênia e Delfim - afirmam já terem passado fome durante a infância, tendo em vista que a média familiar era de 6,1 filhos por família no Brasil (IBGE). No Nordeste essa média chegava aos 7,15 filhos e na Paraíba, em dados não oficiais, não é incomum termos avós e bisavós que formaram famílias com mais de 10 filhos por casal. Na verdade, não causa nenhum espanto quando em conversas informais paraibanos falem sobre sua genealogia e remetam-se a 12, 13 tios e dúzias de primos.

Seu Delfim chega a afirmar que na época da infância dele, década de 1940, todo mundo passava fome, ele e os 13 irmãos. Dona Gardênia completa a assertiva dizendo “quando era mais nova a gente passa (fome) né. Antes era pouca comida pra muita gente e a gente tinha que dividir.” Uma realidade cruel que gera insegurança no futuro e na promoção de liberdade.

Dona Rosa agradece a Deus o fato de não ter passado por isso, com certeza ela sabe bem que muitas outras pessoas sofreram esse tipo de privação quando ela era mais jovem.

Questionamos os idosos se eles tiveram conhecimento do que rege o Estatuto do Idoso, através do PIATI, e se esses conhecimentos os foram úteis, de modo a relacionarmos com essa última liberdade instrumental analisada. Eles responderam:

Honestamente, não. Ouvei falar assim em televisão mas eu não conheço, por que eu digo que conheço quando eu participo. O que eu posso usar por ele, o que eu posso usar pra mim, mas um artigo de televisão... não dá pra mim. (Rosa)

Sei que ninguém pode fazer eu passar vergonha só por que eu sou velha não, pode até ser preso. A gente ser velho não é impedimento de nada não. É direito da gente estudar. Se eu ficar doente é obrigado o hospital deixar uma filha minha ficar comigo, idoso não pode ficar só não minha fia. Tá escrito. Mas eu aprendi mais os direitos, os deveres eu não lembro nenhum não [risos]. (Gardênia)

Aprendi muita coisa. A gente é assistido pelo governo se passar necessidade demais, idoso não pode passar fome, tem que ser atendido

antes de todo mundo. Isso tudo é importante porque quem não sabe pode tá sendo prejudicado por aí. De qualquer maneira eu sempre fui um pesquisador dos direitos, pelo rádio, A Voz do Brasil eu era ouvinte... as vezes pela TV, mas a TV Senado eu não assisto, assisto mais o que os meninos quer, que é pra não contrariar. (Delfim)

Dona Rosa afirma conhecer, parcialmente o Estatuto do Idoso, mas não através do PIATI e sim de programas de TV, mas conhece apenas de ouvir falar, ela diz nunca ter usado algo que aprendeu com as informações que estão escritas nesse documento.

Sempre muito sorridente, dona Gardênia diz conhecer o estatuto mas afirma lembrar- se muito mais dos direitos do que dos deveres. Cita algumas conquistas, como a proibição da exposição a humilhação e o ataque a dignidade ao idoso, previsto no Art. 10 do Estatuto do Idoso, parágrafo 3º, que rege sobre o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.

Art. 10. É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

§ 1º O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

I – faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II – opinião e expressão;

III – crença e culto religioso;

IV – prática de esportes e de diversões;

V – participação na vida familiar e comunitária;

VI – participação na vida política, na forma da lei;

VII – faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

§ 2º O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

§ 3º É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor [grifo nosso] (BRASIL, 2003).

É direito assegurado através do Art. 20 e 21, que trata da educação, cultura, esporte e lazer, que os idosos, como garantiu dona Gardênia, tenham acesso a educação, com cursos que devem incluir avanços tecnológicos em seus conteúdos e com uma linguagem que respeite a peculiar condição do idoso, cabendo ao Poder Público criar as oportunidades adequadas para que isso ocorra.

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

§ 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais (BRASIL, 2003).

Creemos que a inclusão da *atenção à pessoa idosa*⁶⁷ como um dos temas desenvolvidos pelo PROEXT, faz parte do cumprimento ao estatuto no que tange a facilidade e aumento no acesso de idoso a universidade, bem como estudos e pesquisas desenvolvidas para melhorarem a vida dessa população.

Dona Rosa poder levar uma filha ao hospital com ela é realmente um direito, pois o estatuto citado estabelece, no Art. 16, referente a saúde, o direito a acompanhante, em caso de internação, informação que ela atesta ter recebido quando da sua participação no PIATI.

Art. Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.

Parágrafo único. Caberá ao profissional de saúde responsável pelo tratamento conceder autorização para o acompanhamento do idoso ou, no caso de impossibilidade, justificá-la por escrito.

Seu Delfim amplia a importância de conhecer o Estatuto do Idoso afirmando que quem não sabe dos seus direitos termina por ser prejudicado. Ela cita direitos, previsto no Art.3º, do Estatuto, que tange ao atendimento nos serviços as pessoas idosas, nas palavras dele: “tem que ser atendido antes de todo mundo”.

Art. 3o É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com **absoluta prioridade [grifo nosso]**, a efetivação do direito à vida, à saúde, **à alimentação [grifo nosso]**, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

⁶⁷

Disponível

em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12242%3Aproext-apresentacao&catid=235%3Aproext-programa-de-extensao-universitaria-&Itemid=487, acessado em 15.10.1012.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- I – atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;
- II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;
- III – destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso;
- IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;
- V – priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuem ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;
- VI – capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos;
- VII – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento.

Nosso entrevistado assegura ter conhecimentos sobre seus direitos, adquiridos também com os programas da TV Senado⁶⁸, contudo, se contradiz no fim da resposta, sabendo ele que tem prioridade e que essa prioridade precisa ser respeitada pela família, se impede de realizar uma vontade, que é assistir a esse canal citado por que só faz o que os netos querem, para evitar contrariá-los. Não o questionamos sobre o que ocorre quando ele os contraria.

Podemos notar então, pelo que foi afirmado que eles, dois dos idosos entrevistados tiveram acesso a conhecimentos disponíveis no Estatuto do Idoso, mesmo não dominando a linguagem jurídica, compreendem (não de todo) alguns dos artigos que lá existem, bem como sua aplicabilidade.

Já os alunos extensionistas, afirmam ter o PIATI, corroborado para o alcance da segurança protetora dos idosos, e eles atribuem isso, principalmente as ações jurídicas informacionais que o programa realizava, com palestras sobre a seguridade social, cursos sobre o Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso. Eles asseguram que nessas palestras os idosos tinham espaço para tirarem suas dúvidas e com exemplos reais, algumas ações concretas eram analisadas, idealizadas e realizadas. Podemos perceber isso nas respostas dadas por eles a essa questão:

Eu acho que o nosso projeto, o de Sociologia, foi o que mais contribuiu com essa questão da seguridade. Tinha sempre uma preocupação de estar deixando os idosos a par dos seus direitos e dos

⁶⁸ Disponível em <http://www.senado.gov.br/noticias/TV/>, acessado no dia 15 de setembro de 2012.

seus deveres e de ter essa preocupação mesmo de estar estudando essa questão da previdência social e as situações concretas onde o Estatuto do idoso poderia ser aplicado. A gente sempre observava situações da nossa sociedade mesmo, para o estatuto poder ser aplicado eficazmente e a gente sempre levava isso pros idosos, tinha esse diálogo com eles mesmo. Tínhamos sempre essa abertura para conversarmos com eles e acho que o PIATI contribuiu com isso também. (Fátima)

Eles assistiam palestras, debatiam os parágrafos, liam junto com as coordenadoras, acho que aprenderam muito, só não sei se colocaram em prática. (Inácio)

Os temas das aulas sempre eram escolhidos a partir do interesse dos idosos. Daí, sempre levávamos coisas que condissessem com a realidade deles. Levamos o estatuto para ser discutido e percebemos que o que chamou mais atenção deles foi a aposentadoria e a gratuidade ou descontos nas passagens de ônibus e aéreas para idosos. (Luzia)

A resposta da professora Carmen coaduna com as dos alunos sobre a forma que se deu a construção dessa liberdade protetora na interpretação deles, com as ações jurídico informacionais, ela ainda cita exemplos de casos concretos que comprovam as ações de serviços públicos de apoio aos idosos, como a acessória jurídica e os encaminhamentos e acompanhamentos de saúde no hospital universitário. Também de acordo com a entrevistada, os serviços eram realizados numa rede de assistência que abrangia as mais diversas áreas do conhecimento, visando assegurar aos idosos não apenas conhecimento sobre os direitos, mas também ações diretas, como podemos comprovar com a leitura da resposta abaixo:

Com as palestras que a gente tem, a gente informa... Tem um professor de Direito que vem dá aula pra os idosos, inclusive lá no Centro de Convivência do Idoso, que a gente tem uma parceria com Gilma, a gente leva também pra lá... tem mais de cem idosos, a gente leva também um odontólogo pra fazer um trabalho de odontologia, cuidar dos dentes deles, tanto cuidar dos dentes quanto das próteses e também de prevenção, fazendo todo esse tratamento. Depois de fazer um levantamento completo sobre o estado de saúde deles, aí depois vieram pra cuidar dos dentes e nisso a gente leva pessoas pra fazer palestras, a gente levou um professor de Direito que trabalho todo o **Estatuto do Idoso, que é o mais importante pra eles [grifo nosso]** e mostrando pra eles também alguns problemas que eles tem, na justiça, alguma coisa que eles não recebem, que eles não conseguem, a gente sempre consegue que eles tenham uma assessoria. Por exemplo, a gente encaminha para o escritório modelo da Facisa, UEPB. A gente sempre tenta encaminhar, por exemplo, quando eles tem um problema de saúde a gente tenta encaminhar para o H.U. através da professora Rejane. A gente consegue que eles façam cirurgias, catarata, essas coisas, sempre através da professora Rejane. (Carmen)

A professora Keila, assim como a professora Carmen e os alunos extensionistas, também vê a segurança e a proteção, liberdades instrumentais para se alcançar o desenvolvimento, apontadas por Sen, nas ações do PIATI, e concorda com o fato do conhecimento sobre direitos do grupo geracional ao que eles pertencem ser o caminho mais rápido para se chegar até ele. Contudo, ela segue em sua resposta com uma denúncia importante:

A gente tem uma parceria com a ASAP, que é a Associação dos Aposentados e através da ASAP a gente fez algumas palestras, sobre o Estatuto do Idoso, sobre os direitos dos idosos, sobre. Também junto ao pessoal da CEMAS, da Secretaria da Ação Social e junto ao curso de Cuidadores de Idosos, que a gente tem uma disciplina na área de Direito, onde esses direitos dos idosos são apresentados, mas eu acho que isso precisa ser mais aprofundado, por que o desconhecimento ainda é muito grande e eu acho que eles precisam realmente ter mais esclarecimento. Tem também a omissão da sociedade. Quantas pessoas sabem de situações de maus tratos e não querem se expor, vivemos a cultura do “não denunciar”, é muito forte. A gente vive numa sociedade individualista, então as pessoas tem muito medo de denunciar. Muitas vezes chegam aqui no PIATI falando de uma situação de violência e a gente nem faz a denuncia... mas as vezes a gente faz a mediação dessas denúncias, mas a gente percebe que há uma cultura do silenciamento, muitas vezes por medo de sofrer uma retaliação, mas também por desinformação. Acho que, não só o PIATI mas, os diversos órgãos da cidade que trabalham nessa direção, no sentido de assegurar os direitos dos idosos, eu acho que tem que fazer trabalhos, através da mídia para maiores esclarecimentos, por que o índice é altíssimo, de violência contra os idosos na Paraíba. (Keila)

Keila afirma que de nada adianta o Estado criar leis, estatutos de proteção, delegacias especiais, espaço nas universidades com cursos de incentivo a convivência geracional se a população se calar diante das injustiças e violências que acontecem com os idosos diariamente. A conscientização tem que partir de cada cidadão. Devido às ações desenvolvidas com idosos ao longo de quase 10 anos, muitas pessoas veem no PIATI um espaço também de denuncia e levam as coordenadoras problemas relacionadas a casos de violência, descaso e extrema necessidade de alguns idosos. Ela reconhece que o papel do programa, nesses casos, é muito mais de mediação que de ação direta, uma vez que o programa não tem autonomia para intervir em problemas familiares de maneira direta.

Ela encerra sua fala com uma constatação interessante: todas as pessoas são responsáveis pela fiscalização para a efetivação de ações institucionais de proteção e

segurança aos idosos. A coordenadora reconhece que o programa realiza ações com esse norte, mas também pondera os limites das mesmas, acreditando que são superficiais em seus efeitos. Para Keila, a efetivação de ações que protejam e garantam a segurança e os direitos dos idosos se darão quando o conhecimento sobre as ações públicas em defesa dos idosos for intensificado, pois o pouco conhecimento leva a ideia ilusória de que já está sendo feito tudo o possível nesse sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações Finais

Chegamos ao termino dessa pesquisa com a certeza de que conceitos podem ser (e são) apropriados e reapropriados de acordo com o lugar de fala de cada indivíduo e interesse de cada grupo. O desenvolvimento, conceito central dessa pesquisa, é visto de formas e maneiras bastante específicas por cada segmento analisado.

A partir do que foi exposto por cada um dos entrevistados chegamos a conclusão de que a extensão universitária é promotora do desenvolvimento social. Salientamos, todavia, que analisamos um programa de extensão específico, composto por vários projetos das mais distintas áreas do conhecimento e que ambos desenvolveram, no período analisado, ações e pesquisas com pessoas idosas.

Escolhemos utilizar a conceituação sobre *desenvolvimento* de Sen (ibid) devido o enfoque nas liberdades individuais e coletivas que ele apresenta em sua obra. As liberdades políticas, econômicas, de segurança e proteção, bem como as oportunidades sociais foram geradas com ações do PIATI. Cada liberdade foi de modo maior ou menor, apropriada pelos idosos entrevistados.

Podemos também comprovar que as atividades que os relatórios apontam ter acontecido no programa realmente foram desenvolvidas, de acordo com as entrevistas. Idosos, alunos e coordenadoras coadunam com o que os documentos oficiais apresentam, salientando que nossa amostra foi mínima para um universo de muitos indivíduos que participaram do programa. As entrevistas vão mostrando como são concebidas as ideias de liberdade para cada segmento.

As liberdades políticas foram fornecidas no formato de acesso a informações. O direito ao voto, a não obrigatoriedade após certa idade, a compreensão sobre a administração da sua cidade, respeitando as limitações do nível de instrução e da idade de cada um, as organizações político-sociais presentes no bairro, os conselhos municipais da cidade, constituem algumas forma de participação política que os idosos que participaram do programa poderiam ter. A compreensão dos processos políticos e a participação social nos mesmos foram a forma pela qual o programa de extensão proporcionou liberdade política aos idosos, oferecendo a eles, além do conhecimento, a

liberdade de escolha. cremos que a conscientização política é um instrumento proporcionador de liberdade, ele é potencializador.

As disponibilidades econômicas foram geradas de formas diferentes. Cursos foram oferecidos com o intuito de gerar renda para os participantes, contudo, entre os entrevistados nenhum desenvolveu o que aprendeu nos cursos para ganhar algum tipo de rendimento. A autonomia de comprar o que precisam, ter acesso aos produtos e serviços que necessitam também é característica da liberdade econômica. Nas aulas e cursos que os idosos tiveram no programa analisado eles aprenderam a usar a internet como aliada na busca por melhores preços, aprenderam a usar o caixa eletrônico o que facilitou o acesso a aposentadoria, que na maioria das vezes ficava sobre a administração de algum parente próximo. Esses conhecimentos oferecidos em ações práticas realizadas sob a supervisão de alunos extensionistas e coordenadoras instrumentalizou liberdades econômicas e uma certa autonomia no tocante ao acesso aos próprios rendimentos, elas, as liberdades, foram colocadas de forma ativa nesse processo.

A participação no programa também gerou oportunidades sociais para os idosos, isso pode ser notado nos depoimentos que remetem a importância do acesso à leitura e a escrita, o que levou os idosos a lerem mais, recebendo dessa forma mais informações sobre sua cidade, facilitando a compreensão de alguns processos políticos. A educação e a saúde foram os pressupostos indicados por Sen como importantes para incrementação de liberdades e melhorias sociais. Os idosos tem conhecimento sobre os serviços de saúde pública nos seus bairros, utilizam-na na medida das suas necessidades.

Na contramão dessa informação está a constatação da solidão e descaso por que passam alguns idosos nos dias de hoje. A família tem sido muitas vezes o lugar da construção de discursos negativos e preconceituosos relativo aos idosos. Os discursos e narrativas sobre a velhice decadente e inclusa resultam em práticas de segregação que são entraves ao desenvolvimento, pois barram as liberdades sociais geracionais dos indivíduos idosos.

E finalmente, ao que se refere a segurança e proteção, como instrumentalizadoras da liberdade, geradora de desenvolvimento, notamos que a situação financeira, no caso da nossa pesquisa, foi inversamente proporcional a

realização pessoal dos entrevistados. Quando maior o ganho mensal, menor a sensação de segurança e proteção social. Os textos contidos no Estatuto do Idoso, foi apontado pela maioria dos idosos como fundamental para compreensão do seu lugar e dos seus direitos na sociedade. Mesmo tendo em nossas entrevistas múltiplas territorialidades no tocante a condição econômica e social, ao questionarmos os idosos se falta algo para eles serem realmente felizes, ambos remeteram suas respostas a aquisição de sonhos não materiais.

Após esse percurso analítico das entrevistas, chegamos à conclusão de que os alunos extensionistas e as coordenadoras creditam ao conhecimento o alcance de liberdades. Em todas as respostas dadas por esses dois segmentos a questão central estava no fato dos idosos poderem ter acesso aos processos sociais e políticos que os inserem na comunidade e no país, no conhecimento sobre direitos e deveres (resposta bastante repetida) dos idosos e do governo, no autoconhecimento, no conhecimento sobre processos cotidianos que facilitam a vida dos idosos, como utilizar sozinho um caixa eletrônico, ler jornais e revistas, participar de conselhos locais de saúde, associações de bairros.

O desenvolvimento proporcionado pelo programa é, de acordo com as respostas dos alunos e coordenadoras é o acesso ao conhecimento. De acordo com a coordenadora Carmen:

Desenvolvimento social, pra mim é o seguinte, a partir do momento em que conscientizo um idoso dos seus direitos e dos seus deveres ele vai multiplicando isso e ele vai agindo e interagindo com esses direitos e esses deveres... por exemplo, a gente ensina o idoso a usar a máquina do caixa eletrônico do banco. Numa pesquisa que a professora Keila fez a gente percebeu que muitos netos e filhos roubam os cartões dos idosos, pegam as senhas deles e tiram o dinheiro e muitos deles os próprios idosos dão pra eles tirarem o dinheiro da feira e vem só metade do dinheiro por que eles gastaram com outras coisas. Então como há o desenvolvimento aí? Qual a função do PIATI? Ensinamos pra eles como usar esse cartão, ir ao banco. A gente foi com esses idosos no caixa eletrônico, eles mesmo com a moça do banco, por que a gente não pode orientar, por que a gente não tem esse acesso, a moça do banco ensinou pra eles várias vezes, fazia, repetia, fazia, repetia. Muitos deles aprenderam a usar, cresceram economicamente, por que todo o dinheiro que eles estavam perdendo, esse dinheiro está voltando pra eles e eles estão sabendo usar de alguma maneira, então esse é um desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, certo? Então pra mim desenvolvimento

é crescimento. (Carmen Verônica. Depoimento a autora. 09 de agosto de 2012)

Nesse sentido foi o conhecimento que proporcionou o crescimento. O crescimento econômico que gerou desenvolvimento social, respeito, interação com o meio. Vemos isso também nas palavras da coordenadora Keila, que afirma que o desenvolvimento é a busca pela minimização de desigualdades na sociedade. E em alguns momentos o PIATI proporcionou essa minimização. De acordo com seu Delfim e dona Rosa:

Uma boa experiência que não só de mim, todos foram beneficiados. Por que aconteceu assim... pessoas com pouca condição financeira, alguns sem cultura, sem condição e lá pra mim... eu tenho uma certa condição, alguns amigos. Eu conheci pessoas lá que não tinha condição, não tinha amigos, não tinha nada e com esse contato, todos tiveram. O conhecimento de chegar a internet, descobrir o mundo, como conhecer pessoas que chamou a atenção deles por: eu não tinha amigos e agora eu conheço vários. E nos convidavam pra ir no sítio, tomar um café, aquelas coisas todas e a gente convidava eles pra vir também na nossa casa, pra conhecer um pouco mais e isso foi muito interessante, por que uma coisa que eu observei é que não foi só a gente aprender internet, fraternidade, que é uma coisa que não tem mais. Então lá eu tive amigas, diversão, por que cada um comenta algo né, a gente ri, brinca, foi bom demais. O pouco que eu pude ir foi muito bom
(Rosa)

Lidar com o povo. Saber tratar as pessoas, saber discutir. O PIATI é um setor que comunga um com outro. Tanto aluno como professor, quer dizer, comunga junto, se comporta como uma verdadeira família e isso facilita. Não tem aquele autoritarismo, tem aquela participação comunitária da classe de aluno com professor, é uma comunidade só e isso facilita. (Delfim)

Durante os momentos em que os idosos estavam no programa, tratados da mesma forma e com contato com outras pessoas, com realidades sociais, econômicas, geracionais e culturais diferentes, eles tinham a oportunidade de conversar e interagir, minimizando, mesmo que por momentos, desigualdades e diferenças.

Todavia, entre os alunos de extensão, a conclusão sobre as ações do PIATI foram dissonante em alguns pontos. Luzia aponta que muitas vezes as ações ocorriam sem um bom planejamento prévio e os idosos pouco tinha a receber.

Olha... contribuiu assim... pontualmente. Nem sempre eu achava assim as ações desenvolvidas não eram bem planejadas não. Na verdade eu achei que o PIATI contribuiu mais pras pessoas, pros alunos que queriam estudar lá, que queriam estudar a temática. Tinha

uma biblioteca legal, os professores eram bem conceituados, eles tinham uma formação muito boa, uma bagagem teórica muito boa. Então, contribuiu mais para o desenvolvimento dos alunos, tanto é que vários estão na pós-graduação, outros estão bem, terminaram a graduação de uma forma bem satisfatória, do que para os idosos que foram beneficiados (Luzia. Depoimento a autora. 07 de agosto de 2012)

É bem verdade que a maioria dos alunos que já passaram pelo programa estão na pós-graduação desenvolvendo pesquisas que iniciaram ainda no PIATI ou com temáticas relacionadas ao envelhecimento. Mas, como citado, nem todas as ações ocorrem da forma como está presente no relatório final. Se de um lado os pesquisadores ganham muito com a extensão, do outro, muitas vezes a comunidade espera mais das ações que simples visitas esporádicas uma vez ao mês. Esse é um desafio dos trabalhos realizados fora da instituição e sem apoio financeiro, de forma quase autônoma.

Creemos que os idosos entrevistados foram beneficiados, os alunos também. Os problemas na execução das ações são normais, e ambos se beneficiaram com o programa. Tanto os idosos quanto os alunos passaram por um processo de desenvolvimento, processos específicos para cada realidade, expectativas e de características particulares para cada um dos grupos.

No tocante a extensão universitária, alguns problemas precisam ser sanados, pois nossas pesquisas revelaram que há um enorme abismo entre os discursos institucionais, sobre a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão e a aplicação dessa relação. A extensão ainda é vista como a prima pobre da universidade, uma vez que a política de incentivos a pesquisa é maior e mais bem remunerada que a extensão.

As bolsas de extensão atualmente são menores, em boa parte do país que as de pesquisa. Na UFCG a bolsa paga pelo Probex é de 250,00 reais, enquanto que a de bolsa PIBIC é de 360,00 reais. Os congressos de pesquisa recebem financiamento do CNPq e os projetos são premiados pela instituição e por órgãos de fomento a pesquisa. Os projetos de extensão normalmente só recebem maior notoriedade quando realizam grandes ações de intervenção, articulando muitos setores da universidade e chamando a atenção para os resultados imediatos.

Na UFCG atualmente não há nenhum funcionário efetivo trabalhando na Pró-reitoria de Extensão, há apenas uma funcionária, contratada como secretária que realiza todas as atividades de assessoria á coordenadora de Extensão Cultural e ao Pró-reitor de Extensão da instituição.

Nadeje Dantas, coordenador de Extensão Cultural da mencionada instituição, em conversas informais, afirma que há grande resistência da instituição em cumprir o acordado pelo Plano Nacional de Extensão que determina que 10% do orçamento geral da universidade seja destinado a extensão. A alternativa, explica ela, a esses entraves é muitas vezes a criação de fundações que administrem os projetos de extensão, tendo parte do financiamento advindo da iniciativa privada, mas garantindo a continuidade das ações. Elas recebem recursos das universidades e aplicam na execução das ações e no pagamento de bolsas e salários.

Vale salientar que só em maio do corrente ano que a Plataforma *Lattes*⁶⁹ passou a permitir a inserção de atividades de coordenação/participação em projetos de Extensão. Até então a participação em projetos de extensão, em qualquer modalidade, não era registrada nessa plataforma fundamental para os acadêmicos.

A versão atualizada do "currículo *Lattes*", em vigor desde o início do mês de agosto, permite a inserção de coordenação/participação em **Projeto de Extensão**. A janela de inserção é acessada no sub-item "projeto de extensão", na aba "projetos". A inclusão da Extensão no "currículo *Lattes*" foi uma das reivindicações encaminhadas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em maio último, ao presidente do CNPq, Prof. Dr. Glaucius Oliva. Outra reivindicação do Fórum ao órgão é a implantação de Bolsa Produtividade em Extensão.⁷⁰

Nesse sentido, podemos concluir que determinados ganhos, mesmo que modestos estão acontecendo no cenário nacional referente a extensão. Alguns programas de pós-graduação já adicionaram ás suas seleções, espaços reservados a

⁶⁹ A Plataforma Lattes representa a experiência do CNPq na integração de bases de dados de Currículos, de Grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de Informações. Sua dimensão atual se estende não só às ações de planejamento, gestão e operacionalização do fomento do CNPq, mas também de outras agências de fomento federais e estaduais, das fundações estaduais de apoio à ciência e tecnologia, das instituições de ensino superior e dos institutos de pesquisa. Além disso, se tornou estratégica não só para as atividades de planejamento e gestão, mas também para a formulação das políticas do Ministério de Ciência e Tecnologia e de outros órgãos governamentais da área de ciência, tecnologia e inovação. (<http://lattes.cnpq.br/>)

⁷⁰ Disponível em http://www.unifal-mg.edu.br/extensao/?q=extensao_no_lattes, acessado no dia 07.11.2012.

pontuação no currículo para atividades ligadas a extensão. Na Universidade Federal do Paraná - UFPR⁷¹, sede do Fórum de Pró-reitores de Extensão, a bolsa de extensão é atualmente maior que a de pesquisa, chegando a 450,00 reais.

Acrescentamos ainda um questionamento referente a não existência de estágio em extensão, uma vez que há estágio em ensino e em pesquisa nas universidades. Se o estágio na universidade é fundamental e o tripé base da universidade é o ensino, a pesquisa e a extensão, por que apenas a extensão não tem estágio obrigatório? E por que a participação em projetos de extensão não serve como estágio, mesmo que o projeto seja em ensino? Por que não há um espaço permanente na maioria das universidades para o desenvolvimento de projetos de extensão, mas sempre há laboratórios para pesquisas? Essas são algumas questões que levantamos durante a tessitura dessa pesquisa e que nem a coordenadora de extensão da UFCG soube nos responder.

A professora Keila faz uma denuncia referente as atuais condições de precariedade que o PIATI vem passando.

A gente tem assim... duas concepções de universidade: se você for professor que faz extensão você está vivendo um modelo de universidade, se você for um professor que faz pesquisa você está vivendo outro modelo de universidade. Depois que eu voltei do doutorado, aí eu fui concorrer ao PIBIC e lá a gente mesmo que se avalia, vai contando a pontuação, então tudo que vale pra seleção do projeto do PIBIC, não tem nada a ver com o que a gente faz enquanto professor da graduação, não tem nada a ver com o que a gente faz na extensão, não vale nada isso. Vale orientações concluídas no mestrado, orientações concluídas no doutorado, artigos publicados em periódicos. Então assim, como é possível um recém doutor entrar num PIBIC para ser pesquisador se ele não tem uma história de pesquisador. É uma hierarquia terrível e sempre é premiado quem já está incluído e cada vez mais essa hierarquia ela vem distanciando a extensão da pesquisa, é como se o professor que é de extensão ele é o pião, e o professor pesquisador ele é o intelectual, então assim, eu vejo que há uma disparidade muito grande e uma universidade que eu vejo que tem essa compreensão, eu não acredito que vá formar alunos comprometidos socialmente, alunos que realmente tenham uma formação integral. Não tem como, se o currículo é fragmentado, se a avaliação é fragmenta... a gente faz essa opção por extensão sabendo que está se prejudicando do ponto de vista do marketing pessoal. É o professor que tem outra concepção de universidade, de currículo. E pra mim, extensão e pesquisa sempre caminharam juntos, porque pra fazer extensão eu tenho que fazer pesquisa. Mas do ponto de vista do reconhecimento mesmo, não há... reconhecimento institucional. É uma

⁷¹ Disponível em <http://www.proec.ufpr.br/links/extensao/bolsas.html>, acessado no dia 07.11.2012.

pena, por que acho que a universidade só vai avançar quando ela conseguir compreender o currículo a partir da experiência do ensino e a pesquisa com a extensão, que a gente chama de pesquisa-ação (Keila Queiroz. Depoimento a autora. 05 de setembro de 2012).

O programa dispõe de boa estrutura física, no tocante a bons equipamentos, biblioteca própria, contudo, devido a esse “preconceito” acadêmico com a extensão, a maioria dos professores que coordenavam projetos no programa se desligou dos mesmos, pois, nos departamentos do qual fazem parte, a carga-horária dedicada ao programa de extensão não é contada como atribuição do professor, ficando os mesmos sobrecarregados com as outras funções e terminando por abrirem mão do programa que além de não remunerar, não é reconhecido como atribuição de pesquisador.

Durante essa entrevista com a professora Keila, tivemos a notícia de que o programa pode vir a fechar, justamente no ano em que completaria 10 anos de existência, 2013, devido a essa falta de apoio. O curso de “Cuidadores de Idosos”, realizados há três anos pelo programa, atualmente não tem sala própria, funciona na sala do PIATI, onde já funciona o PET, e onde ficam todos os equipamento conseguidos aos longo dos anos pelo programa.

Eu vejo assim, o PIATI caminha muito de forma solitária, de repente algumas pessoas assumiram a causa, mas assim, apoio institucional nós não temos. Tanto que a UEPB criou a universidade aberta e a gente vem lutando por essa universidade aberta desde 2003... porquê que a gente não criou um grupo de convivência de idosos aqui na UFCG? Por que a gente não tem espaço. Temos só uma sala que é para reunião, é pra secretaria, é pra aula, agora o PET está funcionando aqui dentro. Eu acho que qualitativamente falando, a gente vem dando respostas significativas, mas a gente vem tentando atingir um número maior de idosos mas, a gente não consegue por que a gente não tem espaço físico, a gente não tem o apoio institucional merecido. Mas a nossa limitação hoje, eu considero falta de apoio institucional, insensibilidade por parte dos gestores. Se a gente continua, se a gente sobrevive, é amor a causa, por que na verdade a gente tem as nossas unidades acadêmicas que a gente tem que dar as aulas todas, cumprir com toda... ensino, pesquisa e extensão, lá na unidade de cada um e ao mesmo tempo tem que desenvolver as atividades no PIATI... é um preço que a gente paga por acreditar nesse sonho. Mas eu vejo assim, que a limitação do PIATI hoje é a falta de apoio institucional. (Keila Queiroz. Depoimento a autora. 05 de setembro de 2012)

É com tristeza que recebemos essa notícia, pois, após concluirmos uma pesquisa que aponta para a importância das intervenções realizadas por esse programa, temos também a comprovação das nossas afirmações: a extensão, por maiores e melhores

resultados que ela possa proporcionar aos estudantes universitários e a comunidade, não tem das instituições a mesma atenção que a pesquisa recebe. Se esse fato se concretizar, essa pesquisa funcionará como um epitáfio do programa. Mesmo com toda a instrumentalização proporcionada pelas liberdades alcançadas com o acesso ao conhecimento, o desenvolvimento gerado pelo PIATI não está sendo capaz de mantê-lo em funcionamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria de Fátima Ferreira de. *História das mulheres idosas do grupo “Aurora da Vida” Campina Grande –PB (1940-1950)*. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão. Nos espaços da extensão universitária a inclusão de sujeitos e culturas: saberes que formam e educam. p. 63 – 68 . *In: Extensão Universitária, espaço de Inclusão, formação e socialização do conhecimento*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

CÂNDIDO, Helena Hinke Dobrochinske. *Avaliação subjetivada da qualidade de vida como indicador de desenvolvimento regional*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau. 2010.

CAPELETTE, Márcia Clotilde Facci. MAZZEI, Bianca Burdini. A universidade contribuindo na formação do cidadão através da extensão universitária: o caso específico do projeto “Música, poesia e cidadania”. *Revista Travessias*. Nº 02. Versão digital disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/index>>

CARNEIRO, Maria Aparecida Barbosa. SOUZA, Maria Lindaci Gomes. A extensão universitária a partir da proposta do neoliberalismo: uma prática acadêmica a ser repensada. *In: Extensão Universitária, espaço de Inclusão, formação e socialização do conhecimento*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009, p. 15 – 36.

CARRARA, Sergio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CRESPO, Antonio Pedro Albernaz & GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE-eletrônica*, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>>, acessado em 07.03.2010.

FERNANDES, Magali. *Extensão Universitária: o jogo entre as teorias institucionais e as motivações pessoais*. Dissertação (mestrado em Educação): Faculdade de Educação e Letras da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.

FLORIDO, Caroline Maria Florido. *A História da Extensão Universitária na Faculdade de Educação da Unicamp: resistência institucional ou recorte social?* Trabalho de Iniciação Científica. Faculdade de Educação da UNICAMP. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br> Acessado em 13 de junho de 2011.

FRANCO, Augusto de. Pobreza e desenvolvimento Local. Texto disponível em, <<http://br.monografias.com/trabalhos/pobreza-desenvolvimento-local-exclusao-social/pobreza-desenvolvimento-local-exclusao-social.shtml>> Acessado em 12 de abril de 2012.

_____. Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?. In: *Separata da Revista Século XXI*. N. 3. Millenium – Instituto de Política: Brasília, 2000.

FRANTZ, W. SILVA, E. W. *As funções sociais da universidade – o papel da extensão e a questão das comunitárias*. Ijuí: Ed. Unijuí – SC, 2002.

FREITAS NETO, José Alves de. A Reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto. *Revista Ensino Superior*, Ano II, N° 03, São Paulo, julho de 2011.

FURTADO, Celso. *Cadernos do Desenvolvimento*. Ano 1, n° 2. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006.

GURGEL, R. M. *Extensão universitária – comunicação ou domesticação*. São Paulo: Cortez Editora, 1986.

HUNGER, Dagmar Aparecida Cynthia França. *A Universidade sob a ótica da Extensão Universitária. Análise da Função Extensão Universitária no Pensamento do Professor de Educação Física*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, 1998.

JEZINE, Edineide Mesquita As práticas curriculares e a extensão universitária. In: 2° Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. *Anais...* Belo Horizonte: 2004.

_____. *A Crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

MAGALHÃES, Marize Torres. Desenvolvimento na prática dos pontos de cultura. In: *III Encontro Baiano de Estudos em Cultura. Anais...* Cachoeira – BA: UFRB, 2012. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/ebecult/artigos-completos>>, acessado em 10.05.2012.

MELO NETO, José Francisco. *Extensão Universitária: uma análise crítica*. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. *Políticas de Extensão Universitária brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; LIMA, José Edmilson de Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. *Rev. FAE*, v.6, n.2, Curitiba, maio/dez. 2003. p.29-37.

ROCHA, R. M. Gurgel. A Construção do Conceito de Extensão universitária na America Latina. In. FARIA, Doris Santos de (org). *Construção Conceitual da Extensão na America Latina*. Brasília: Editora UNB, 2001.

ROTHEN, José Carlos. *A universidade brasileira segundo o estatuto de 1931*. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br>> Acessado no dia 15 de janeiro de 2012.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Marcos Pereira dos. Contributos da extensão universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário. *Revista Conexões*, Ponta Grossa – PR, Edição 06, 2010.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERRANO, R. S. M. *Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire*. Disponível em: <www.prac.ufpb.br> Acesso em agosto de 2011.

SILVA, Custódio da Silva et all. Extensão ou Comunicação? O desafio de desenvolver com a comunidade a ação comunicativa. In: *Extensão Universitária, espaço de Inclusão, formação e socialização do conhecimento*. João pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. p. 51- 62.

ULLRICH, Danielle Regina. *Responsabilidade social e desenvolvimento local: uma leitura da cooperação intersetorial em Blumenau (SC), enfocando os movimentos das organizações do núcleo RS/ACIB*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau. 2009.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

DOCUMENTOS

BRASIL, Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931. Estatuto da Universidade Brasileira. Disponível em: <www.planalto.gov.br>

_____. MEC. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Extensão Universitária: Organização e Sistematização. Universidade Federal de Minas Gerais – PROEX. COOPMED: 2007.

_____. MEC. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Avaliação Nacional da Extensão Universitária. Brasília: MEC/SESu, 2001.

_____. Decreto n. 6.495 de 30 de junho de 2008. Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm>

_____. Plano Nacional de Extensão 1999-2001. Disponível em: <www.mec.gov.br>

_____. MEC. Programa de Extensão Universitária. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241:proext-apresentacao&catid=235:proext-programa-de-extensao-universitaria-&Itemid=487>

_____. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Universitários. Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Brasília, 1975. 10p.

ANEXOS

Anexo A: Roteiro de entrevista realizada com os idosos.

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A PESQUISA INTITULADA: “A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE IDOSOS: O CASO DE UM PROGRAMA INTERDISCIPLINAR” – 2010/2012

PESQUISADORA: FERNANDA PINTO

ORIENTADORA: IDALINA SANTIADO

NOME:

PROFISSÃO:

DATA:

IDADE:

GRAU DE ESCOLARIDADE:

PROJETO(S) QUE PARTICIPOU NO PIATI:

ROTEIRO PARA OS IDOSOS

- 1) (Liberdades Políticas) A partir do que você aprendeu no PIATI, você acredita que participa mais sobre o que acontece na sua cidade, sobre política, sobre as decisões do seu bairro?
 - Você ainda vota? Por que?
 - Você acredita que os atuais políticos da sua cidade tem feito algo para melhorar a sua vida?
 - O seu bairro possui representante, um líder?
 - Você participa de algum grupo no bairro? Qual?
 - Você conhece o Conselho Municipal de Saúde?

- 2) (Facilidades econômicas) A partir do que foi feito no PIATI, alguma coisa melhorou economicamente na sua vida?
 - Você aprendeu algum meio de ganhar dinheiro com as aulas?
 - Você que compra o que você precisa ou alguém o faz em seu lugar?

- É você que retira e usa sua aposentadoria?
 - Você é satisfeito com a quantidade de dinheiro que vive?
- 3) (Oportunidades Sociais) Durante a sua participação do(s) projeto(s) do PIATI o que você aprendeu de mais importante?
- Qual sua escolaridade?
 - Você acredita que recebe um bom tratamento por parte dos seus familiares?
 - Você lê jornais, revistas?
 - Existe posto do PSF no seu bairro? Se sim, você o frequenta?
 - Você se considera uma pessoa pobre?
- 4) (Segurança Protetora) Com a sua participação do(s) projeto(s) do PIATI você aprendeu sobre algo que não sabia sobre os direitos do idoso?
- Você se sente seguro na sua casa?
 - Você acredita já passou por privações de alimentos?
 - Você tem acesso a médicos no atendimento público?
 - O saneamento básico da sua rua é satisfatório?
 - Há algo que você deseja alcançar para se considerar uma pessoa feliz?
 - Você conhece o Estatuto do Idoso? Se sim, esse conhecimento tem alguma serventia na sua vida?

Anexo B: Roteiro de entrevista realizada com os alunos extensionistas.

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A PESQUISA: “ A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE IDOSOS: O CASO DE UM PROGRAMA INTERDISCIPLINAR” – 2010/2012

PESQUISADORA: FERNANDA PINTO

ORIENTADORA: IDALINA SANTIADO

NOME:

PROFISSÃO:

IDADE:

DATA:

GRAU DE ESCOLARIDADE:

PROJETO(S) QUE PARTICIPOU NO PIATI:

ROTEIRO PARA OS ALUNOS EXTENSIONISTAS

- 1) Você acredita que o PIATI ajudou os idosos no tocante a participação e conscientização política? Se sim, de que forma?
- 2) Houve algum incentivo ou apoio aos idosos para que eles obtivessem algum tipo de melhoria econômica? Se sim, quais?
- 3) Relate algumas experiências de ganhos de papéis sociais que esses idosos alcançaram, bem como oportunidades sociais.
- 4) Qual o contato dos idosos, a partir do PIATI, com o conhecimento sobre a seguridade social e o Estatuto do Idoso?
- 5) Na sua opinião, o PIATI contribuiu para o desenvolvimento social dos idosos atendidos? Se sim, de que forma?

Anexo C: Roteiro de entrevista realizada com as coordenadoras do PIATI.

ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA A PESQUISA “A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE IDOSOS: O CASO DE UM PROGRAMA INTERDISCIPLINAR” – 2010/2012

PESQUISADORA: FERNANDA PINTO

ORIENTADORA: IDALINA SANTIADO

NOME:

PROFISSÃO:

IDADE:

DATA:

GRAU DE ESCOLARIDADE:

PROJETO(S) QUE PARTICIPOU NO PIATI:

ROTEIRO PARA AS COORDENADORAS

- 1) Quais as contribuições que o PIATI facilitou para os idosos no tocante a participação e conscientização política?
- 2) Houve algum incentivo ou apoio aos idosos para que eles obtivessem algum tipo de melhoria econômica? Se sim, quais?
- 3) Relate algumas experiências de ganhos de papéis sociais que esses idosos alcançaram, bem como oportunidades sociais.
- 4) Qual o contato dos idosos, a partir do PIATI, com o conhecimento (contato) sobre a seguridade social e o Estatuto do Idoso?
- 5) O PIATI contribuiu (e ainda contribui) para o desenvolvimento social dos idosos que participaram do programa? Se sim, de que forma?